

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

MARIA FERNANDA INCOTE MONTANHA TEIXEIRA

**PLANEJAMENTO URBANO E DESENHO URBANO:
UM ESTUDO SOBRE SUAS RELAÇÕES MÚLTIPLAS E MUTANTES**

CURITIBA

2013

MARIA FERNANDA INCOTE MONTANHA TEIXEIRA

PLANEJAMENTO URBANO E DESENHO URBANO:
UM ESTUDO SOBRE SUAS RELAÇÕES MÚLTIPLAS E MUTANTES

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia – CCET da Pró-Reitoria de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Gestão Urbana.

Orientador: Prof. Dr. Clovis Ultramari

CURITIBA

2013

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

T266p 2013	<p>Teixeira, Maria Fernanda Incote Montanha Planejamento urbano e desenho urbano : um estudo sobre suas relações múltiplas e mutantes / Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira ; orientador, Clovis Ultramari. --2013. 139f. : il. ; 30 cm</p> <p>Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013. Bibliografia: f. 136-139</p> <p>1. Planejamento urbano. 2. Desenho (Projetos). 3. Arquitetura. 4. Urbanização. 5. Política urbana. I. Ultramari, Clovis. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.</p> <p>CDD 20. ed. – 711.4</p>
---------------	--


TERMO DE APROVAÇÃO

**“PLANEJAMENTO URBANO E DESENHO URBANO: UM ESTUDO SOBRE SUAS
RELAÇÕES MÚLTIPLAS E MUTANTES”**

Por

MARIA FERNANDA INCOTE MONTANHA TEIXEIRA


Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Arquitetura e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



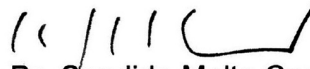
Prof. Dr. Fábio Duarte de Araújo Silva
Coordenador do Programa – PUCPR



Prof. Dr. Clovis Ultramari
Orientador – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Fábio Duarte de Araújo Silva
Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Candido Malta Campos Neto
Membro Externo – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Curitiba, 28 de fevereiro de 2013.

Dedico esse trabalho
à memória de José Furmann,
nutrindo as recordações de seu modo tão
peculiar de valorizar nossas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pelo suporte ao longo desses dois anos.

Ao professor Dr. Clovis Ultramari, por toda a atenção dispensada na orientação desta dissertação, e em especial pela acolhida de uma pesquisa já parcialmente realizada.

Ao professor Dr. Tomas Antonio Moreira, pelo convite ao ingresso neste programa de pós-graduação e por toda a atenção dispensada na orientação do primeiro ano desta pesquisa, desejando, sempre, ótima sorte em seus novos caminhos.

Aos professores Drs. Fabio Duarte e Rodrigo Firmino, pelas valiosas contribuições oferecidas na banca de qualificação desta dissertação, a partir das quais este trabalho pôde assumir-se como teórico.

Ao professor doutor Fabio Duarte, pela oportunidade de intercâmbio com a Universidade Nacional de Yokohama.

Às professoras Sylvia Leitão, Gilda Cassilha e Marta Gabardo, pela acolhida durante o estágio de docência.

A todos os arquitetos e urbanistas com quem tive a oportunidade de trabalhar e estudar. Utilizando a impessoalidade busco evitar ser injusta ao denominar cada arquiteto com quem tive a oportunidade de trocar e aprender. Essa dissertação é fruto de percepções que só a prática profissional poderia ter oferecido, e de questionamentos que só a investigação acadêmica poderia ter esclarecido, assim, agradeço a todos os fizeram parte dessa caminhada.

À compreensão da família e dos amigos, por tantos momentos de ausência. À amiga Eliziane Capeleti, pelo incentivo de ingresso neste programa de pós-graduação. À amiga Cristina Roorda, pelo carinho e atenção.

Aos meus pais, por não pouparem esforços e investimentos em minha educação, possibilitando a conclusão deste trabalho com tranquilidade e preparo.

Ao maior companheiro, nesta e em tantas jornadas. Daniel, obrigada por todo o amor que me faz seguir em frente confiante.

“O verdadeiro problema – viver hoje!
encontrará sua solução com o esforço
intenso de todo o país e com a sua
participação apaixonada daqueles que por
ele serão os responsáveis: os arquitetos,
transformados em urbanistas”.

(LE CORBUSIER, 2008, p. 16)

“Nem o arquiteto, nem o urbanista, nem o
sociólogo, nem o economista, nem o
filósofo ou o político podem tirar do nada,
por decreto, novas formas e relações. Se
é necessário ser exato, o arquiteto, não
mais do que o sociólogo, não tem os
poderes de um taumaturgo. Nem um, nem
outro cria as relações sociais”.

(LEFEBVRE, 1991, p. 107)

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a relação entre o planejamento urbano e o desenho urbano. Observa-se que tal relação ocorre sob duas ordens – prática e teórica – que se influenciam mutuamente. Aventa-se, inicialmente, a realidade contemporânea brasileira a partir de uma dicotomia: por um lado, o planejamento urbano realiza uma abordagem genérica e indireta do desenho urbano; por outro, o desenho urbano é frequentemente expresso em projetos urbanos pontuais, que configuram intervenções urbanísticas destituídas de um tratamento holístico da cidade, tradicionalmente vinculado ao planejamento urbano. Assim, investiga-se a seguinte questão-problema: como ocorre a relação entre planejamento urbano e desenho urbano, considerando a dicotomia constatada na realidade brasileira? Considera-se a hipótese de que existe hoje uma dissociação entre planejamento urbano e desenho urbano. A pesquisa é realizada em nível teórico, segundo método qualitativo, com base em revisão bibliográfica de obras brasileiras e estrangeiras. O referencial teórico versa, inicialmente, sobre o sentido de “planejamento” e “desenho”, e sobre a forma urbana como o grande objeto comum aos campos analisados. Em seguida, define-se planejamento urbano como um processo consciente, e desenho urbano como um produto, um processo consciente ou um processo inconsciente – tomando essa definição como um elemento constante, ou pressuposto, da análise. Discorre-se sobre a multiplicidade de entendimentos e aplicações identificadas em relação aos termos “planejamento urbano”, “desenho urbano” e “urbanismo”. Identifica-se como planejamento urbano, desenho urbano e sua relação são conceituados de modo desigual nas abordagens contemporâneas – concluindo sobre sua divisão em abordagens mais reflexivas e “organizadoras” do pensamento e da prática envolvida nos campos analisados, e em abordagens mais propositivas sobre como esses campos deveriam se comportar em uma situação diferente da existente. Verifica-se, também, que planejamento urbano, desenho urbano e sua relação são variáveis ao longo do tempo, e conformam-se segundo perspectivas com instrumentos, enfoque e legitimação próprios, agrupadas em dois paradigmas. Conclui-se que, sob o primeiro paradigma, planejamento urbano e desenho urbano mantêm mútua dependência na conformação de um único campo de prática e pensamento com pretensões científicas, envolvendo o processo consciente de desenho urbano e o planejamento das etapas para concretização de um desígnio antevisto para a cidade. Posteriormente, muda o paradigma, a forma como cada campo se constitui em si mesmo e como se relacionam, caracterizando uma relação de independência entre cada campo. Conclui-se, também, que a hipótese pode ser corroborada se comparadas as perspectivas atuais e pretéritas que resultam, no Brasil, na separação entre o processo institucionalizado de planejamento urbano e o processo consciente de desenho urbano, resultando na tendência à atuação dos arquitetos-urbanistas em duas frentes distintas. Conclui-se, por fim, que a relação entre planejamento urbano e desenho urbano é múltipla e mutante, ao mesmo tempo em que define o caminhar da prática e do pensamento sobre a cidade.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Desenho urbano.

ABSTRACT

The main objective of the research is to analyze the relationship between urban planning and urban design. It is observed that this relationship occurs under two orders – practical and theoretical – that influence each other. It's considered, initially, the contemporary Brazilian reality as a dichotomy: on one hand, urban planning addresses a generic and indirect approach to urban design, and on the other hand, urban design is often expressed in specific urban projects which configure urban interventions devoid of a holistic treatment of the city, traditionally linked to urban planning. Thus, the problem of investigation is: how does the relationship between urban planning and urban design occur, considering the dichotomy found in the Brazilian reality? The hypothesis regards the existence of a dissociation between urban planning and urban design today. The research is conducted on a theoretical level, according to a qualitative method, based on literature review of Brazilian and foreign titles. The theoretical frame treats, initially, the meaning of "planning" and "design", and the urban form as the common object to the analyzed field. Then, urban planning is defined as a conscious process, and urban design is defined as a product, a process or a conscious unconscious process - taking this definition as a constant element, or presupposition, of the analysis. The multiplicity of understandings and applications concerning the terms "urban planning", "urban design" and "urbanism" is observed. The way how urban planning, urban design and their relationship are conceptualized unevenly in contemporary approaches is identified, concluding on the division of approaches that are more reflexive and "organizers" of the theory and practice involved in the fields analyzed, and approaches that are more purposeful about how these fields should behave in a different situation. It is also observed that urban planning, urban design and the relationship between them are variable over time, and are conformed according to their perspectives with instruments, focus and legitimacy of their own, grouped into two paradigms. The conclusion is that, under the first paradigm, urban planning and urban design keep a mutual dependence on the conformation of a single field of practice and thought with scientific pretensions, involving the conscious process of urban design and the planning of the stages of completion of the design envisioned. Subsequently, the paradigm changes, as well as how each field constitutes itself and how they relate, featuring a relationship of independence between each field. The conclusion is, also, that the hypothesis can be corroborated through the comparison of current and previous perspectives that result, in Brazil, in the separation between the institutionalized process of urban planning and the conscious process of urban design, resulting in the trend of architects working on two different fronts. Finally, the conclusion is that the relationship between urban planning and urban design is multiple and mutant, at the same time that defines the development of the practice and thinking about the city.

Keywords: Urban planning. Urban design.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reconstrução da metodologia com autores e obras estudados.....	24
Figura 2 – Esquema das etapas de construção do referencial teórico.....	25
Figura 3 – Fluxograma de processo integrado de desenho urbano	57
Figura 4 – Desenho urbano como parte do processo de desenvolvimento.....	59
Figura 5 – Visão tradicional e visão de Lang na conformação do campo disciplinar do desenho urbano.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Possíveis tipologias de relação segundo o processo de abstração.....	27
Quadro 2 – Aspectos utilizados para conceituação de planejamento urbano e desenho urbano	55
Quadro 3 – Visão sistêmica dos limites e abrangências da arquitetura, desenho urbano e planejamento urbano.....	63
Quadro 4 – Tipologias de relação entre planejamento urbano e desenho urbano identificadas nas abordagens contemporâneas	64
Quadro 5 – Perspectivas de planejamento urbano e desenho urbano e suas características	70
Quadro 6 – Tipologias de relação identificadas nas perspectivas de planejamento urbano e desenho urbano e suas características	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPUR	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
D.U.	Desenho urbano
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
P.U.	Planejamento urbano
PUB	Plano Urbanístico Básico de São Paulo
SEDUR	Seminário sobre desenho urbano no Brasil
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMAS E JUSTIFICATIVAS	15
1.2 OBJETIVOS	22
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	22
3 REFERENCIAL TEÓRICO	28
3.1 O SENTIDO DAS PALAVRAS “DESENHO” E “PLANEJAMENTO”	28
3.1.1 O sentido de “desenho”	28
3.1.2 O sentido de “planejamento”	30
3.2 FORMA URBANA	32
3.3 PRODUTO E PROCESSO	36
3.3.1 Produto e processo de desenho urbano	36
3.3.2 Produto e processo de planejamento urbano	39
3.4 ENTENDIMENTO E APLICAÇÃO DE TERMOS	40
3.5 ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS	47
3.5.1 Definições de planejamento urbano e desenho urbano	48
3.5.2 Relação entre planejamento urbano e desenho urbano	55
3.6 EVOLUÇÃO HISTÓRICA	66
3.6.1 A primeira mudança de paradigma: a autoafirmação de uma ciência	72
3.6.1.1 Perspectiva estético-elitista	75
3.6.1.2 Perspectiva racionalista-progressista	76
3.6.2 A segunda mudança de paradigma: o novo olhar das ciências sociais	82
3.6.2.1 A consolidação do desenho urbano como campo disciplinar	88
3.6.2.2 A consolidação do planejamento urbano como campo interdisciplinar	92
3.6.2.3 Perspectiva racionalista-abrangente	94
3.6.2.4 Perspectiva social-reformista e o contexto contemporâneo	100
3.6.2.5 Perspectiva mercadofila e o contexto contemporâneo	109
3.6.3 Síntese e considerações finais sobre a evolução histórica	117
4 CONCLUSÃO	120
REFERÊNCIAS	126
REFERÊNCIAS CONSULTADAS	136

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar como ocorre a relação entre planejamento urbano e desenho urbano, sob sua dupla condição: campos de prática e de pensamento sobre a cidade.

Parafraseando a expressão utilizada por Choay (2010b, p. 2), admite-se que este trabalho surgiu de um “espanto refletido”: da impressão de algo que deveria ser, mas não é. Ao longo da formação no ensino superior do curso de Arquitetura e Urbanismo, recebe-se um receituário de como diretrizes de planejamento urbano devem se desdobrar em intenções mais detalhadas, incluindo as intervenções de desenho urbano, ou de como as intenções do desenho urbano devem encontrar respaldo e refletir intenções maiores de planejamento urbano. Deste modo, supõe-se uma hierarquia de ideias, em que planejamento urbano e desenho urbano estão continuamente relacionados.

A percepção do que “não é” surge quando a prática cotidiana da profissão se apresenta com uma série de diretrizes de planos sem consecução, de intenções de desenho urbano isoladas, das lacunas no diálogo entre os arquitetos “planejadores” e os arquitetos “*urban designers*” (para não entrar no mérito da ausência de diálogo entre os diversos profissionais cujo objeto de trabalho também é a cidade), e de que os processos e produtos do planejamento urbano e desenho urbano por vezes parecem relacionados mais incidentalmente do que intencionalmente. Esses questionamentos surgiram a partir da experiência profissional da autora nos campos do planejamento urbano e do desenho urbano – mais especificamente na elaboração de Planos Diretores, Planos Setoriais e Projetos Urbanos Estratégicos – em que se percebeu a pequena inter-relação, de fato, entre seus diferentes objetivos, conteúdos, metodologias e resultados.

Esse conjunto de percepções fragmentadas motivou esta pesquisa teórica, na qual foi necessário “dar dois passos para trás”, de forma a visualizar a extensão do cenário disposto sobre a relação entre planejamento urbano e desenho urbano em sua complexidade.

Não se pretende, todavia, levar adiante neste trabalho o tom introdutório sobre “o que deveria ser”. Ao contrário, busca-se analisar a situação posta sem reservas a respeito do correto ou errado sobre planejamento urbano, desenho urbano e sua relação. Ressalvados os percalços desse intento, busca-se

compreender a razão dos fatos em lugar da defesa de uma situação ideal. As motivações do trabalho, entretanto, deveriam estar presentes.

Parte-se do pressuposto de que planejamento urbano e desenho urbano, assim como a relação que guardam entre si, são dinâmicos e transformam-se segundo as demandas de seu grande objeto – a cidade –, ele também um elemento dinâmico e mutante. Assim, a pesquisa se contrapõe ao senso comum, que situa o planejamento urbano em um nível hierárquico superior ao do desenho urbano, buscando uma análise aprofundada sobre como a relação entre esses campos se configura sob distintas circunstâncias, envolvendo, para tanto, quatro estágios fundamentais de pesquisa: (i) compreender a definição fundamental de planejamento urbano e desenho urbano; (ii) compreender como os termos planejamento urbano, desenho urbano e urbanismo são entendidos e aplicados de maneira equivalente ou oposta; (iii) compreender como a relação entre planejamento urbano e desenho urbano é entendida contemporaneamente; e (iv) compreender o desenvolvimento da relação entre planejamento urbano e desenho urbano ao longo do tempo.

O trabalho consiste na construção de um estudo teórico sobre planejamento urbano e desenho urbano – envolvendo tanto a prática quanto o pensamento sobre a cidade – que permitisse elucidar as características de sua relação. Os conceitos de planejamento urbano e desenho urbano não são tomados *a priori* neste trabalho – ao contrário, são construídos a partir de uma análise, pois, esperadamente, considera-se mais adequada uma abordagem contextualizada dos conceitos envolvidos, em detrimento da adoção de uma definição encerrada em si mesma.

A dissertação é organizada da seguinte forma:

- a) a seção 1 traz, além deste texto introdutório, os problemas e justificativas da pesquisa, incluindo a questão-problema e a hipótese de pesquisa;
- b) subsequentemente a esta introdução, é apresentada, na seção 2, a metodologia da pesquisa, que delineia os procedimentos adotados na pesquisa teórica;
- c) o referencial teórico é trazido na seção 3 e versa sobre cinco aspectos principais: (i) o significado de planejamento e desenho; (ii) forma urbana; (iii) planejamento urbano e desenho urbano enquanto processo e produto; (iv) entendimento e aplicação dos termos “planejamento urbano”, “desenho urbano” e “urbanismo”, de forma equivalente ou oposta; (v) análise de

referências contemporâneas e sua abordagem acerca das características próprias de cada campo e da relação entre planejamento urbano e desenho urbano; e (vi) evolução histórica da relação entre planejamento urbano e desenho urbano.

- d) as conclusões da pesquisa são apresentadas na seção 4, trazendo o resgate da problematização e da hipótese, assim como as contribuições e limitações desta pesquisa.

A seguir, são apresentadas a problematização e justificativa desta pesquisa.

1.1 PROBLEMAS E JUSTIFICATIVAS

A relação entre planejamento urbano e desenho urbano se insere em um contexto com duas ordens gerais, que se influenciam mutuamente:

- a) ordem teórica – ou o pensamento sobre a cidade –, por meio da qual diferentes autores caracterizam planejamento urbano e desenho urbano segundo sua perspectiva pessoal e que, por sua vez, se insere em um contexto de pesquisa e debate sobre esses campos; e
- b) ordem prática – ou o modo como planejamento urbano e desenho urbano são empregados no tratamento da cidade –, por meio da qual motivações específicas configuram maneiras distintas de adoção desses campos em contextos particulares.

Considera-se que não há meios de abordar planejamento urbano e desenho urbano de modo determinístico, desvinculado de uma contextualização em suas ordens teórica e prática.

Considerando a ordem teórica, constata-se a presença de um problema basilar para o princípio desta pesquisa: o conceito de planejamento urbano e desenho urbano. A importância desse problema se impõe, pois, antes de analisar a relação entre esses campos é necessário compreender o que cada um deles representa de forma mais isolada. Verifica-se, entretanto, não ser possível adotar uma definição *a priori*, encerrada em si mesma, pois não há um consenso pactuado acerca das características de cada campo capaz de sentenciar a definição pura de planejamento e desenho urbano.

Essa questão é apontada por diversos autores. Ultramari (2009, p. 166) ressalta a dificuldade e a necessidade de uma discussão epistemológica que

estabeleça as semelhanças e distinções dos conceitos de planejamento urbano e desenho urbano, já que esses termos são muitas vezes usados indistintamente. A falta de critério no emprego desses termos distintos amplia-se também ao termo “urbanismo”, reiterando a dificuldade em relação à abordagem conceitual:

[...] muitas pessoas, desde alguns anos, têm visto no urbanismo uma prática social com caráter científico e técnico. Nesse caso, a reflexão teórica poderia e deveria apoiar-se nessa prática, elevando-a ao nível dos conceitos e, mais precisamente, ao nível *epistemológico*. Ora, a ausência de uma tal epistemologia urbanística é flagrante (LEFEBVRE, 1999; p. 15-32).

Soma-se a essa observação a constatação de Harouel (1990, p. 7-8) sobre a origem do termo “urbanismo” estar ligada a uma “nova disciplina que se apresenta como uma ciência e uma teoria da cidade [...] mas que é utilizada num sentido bem mais amplo e impreciso” (HAROUEL, 1990, p. 7-8). Já para Souza (2010, p. 56), isso remete ao uso dado aos termos no Brasil, em que arquitetos confundem urbanismo e planejamento urbano, embora os termos não sejam sinônimos.

Tendo em vista esse conflito na adoção dos termos “planejamento urbano” e “urbanismo”, é apresentada, na seção 3.4, uma breve discussão sobre a constatação de três modos distintos em que sua aplicação ocorre.

Já em relação ao desenho urbano, del Rio (1990, p.51) afirma que parte dos problemas em defini-lo passa pela tradução do termo “*urban design*” para a língua portuguesa, que não pode ser traduzido como “urbanismo”, pois este representa um caráter mais amplo. Adicionalmente, Carmona et al. (2003, p. vi) afirmam que os limites do desenho urbano são usualmente confusos. Analisando tais limites, Madanipour (1996, p.91-93) afirma que o termo “desenho urbano” é ambíguo, pois as abordagens teóricas sobre o desenho urbano são muito diversificadas em conteúdo – reflexo das distintas orientações conceituais que recebe em diferentes contextos. As definições de desenho urbano partem de distintos elementos, tais como: o domínio público, a produção da cidade, as escalas que atinge, sua interação com planejamento urbano ou arquitetura, e seus aspectos de processuais e de gestão. Assim, o autor identifica sete áreas de “confusão e ambiguidade” na definição de desenho urbano, referentes:

1. à escala do tecido urbano à qual o desenho urbano se refere; 2. à ênfase visual ou espacial do desenho urbano; 3. à ênfase espacial ou social do desenho urbano; 4. à relação entre processo e produto no desenho da cidade; 5. à relação entre diferentes profissionais e suas atividades; 6. à afiliação do poder público ou privado ao desenho urbano; e 7. ao desenho como um processo objetivo-racional ou expressivo-subjetivo (MADANIPOUR, 1996, p. 93, tradução nossa).

Além desses pontos aqui descritos, destaca-se que a profusão de diferentes termos e sentidos empregados nesse contexto se amplia quando considerados os termos utilizados em outros idiomas. Além dos termos adotados neste trabalho – “planejamento urbano” e “desenho urbano”, ao que correspondem “*urban planning*” e “*urban design*” –, podem ser também identificados termos com sentidos correspondentes ou sobrepostos, tais como: urbanismo (e *urbanism*), *design* urbano, *physical design*, *town design*, *town planning*, e *physical planning*.

Observa-se – neste universo de problemas que abrange desde os aspectos etimológicos dos termos envolvidos, até as distintas ênfases no escopo e nos processos próprios de cada campo, além da perspectiva (teórica e ideológica) carregada por cada autor – que “planejamento urbano” e “desenho urbano” são conceitos abertos. Não obstante, há, ainda, o fator de inserção em um contexto específico: por tratarem de algo que se encontra em permanente transformação – a cidade – esses termos adquirem ao longo do tempo significados diferentes e interpretações diversas, na proporção em que a própria cidade e o fenômeno urbano se complexificam.

Considerando os problemas de ordem teórica expostos, apresenta-se a seguir os problemas de ordem prática. Destaca-se que, como em um processo de mútua alimentação, os problemas de ordem teórica são tanto reflexo dos problemas de ordem prática, quanto nestes se refletem. Por esse motivo, a discussão teórica sobre o planejamento urbano e o desenho urbano toma como base a própria prática relativa a esses campos.

No presente trabalho, os problemas de ordem prática estão diretamente ligados às percepções que motivaram este trabalho, descritas anteriormente, com respaldo de uma revisão bibliográfica inicial de caráter exploratório, a partir da qual se aventa a realidade contemporânea brasileira a partir de uma constatação dicotômica:

- a) por um lado, o planejamento urbano realiza uma abordagem genérica e indireta do desenho urbano; e

b) por outro, o desenho urbano é frequentemente expresso em projetos urbanos pontuais, que configuram intervenções urbanísticas destituídas de um tratamento holístico da cidade, tradicionalmente vinculado ao planejamento urbano.

A primeira parte da dicotomia toma como base a leitura de Cuthbert (2003, p.11) sobre o fato dos mecanismos e instrumentos legais de produção da cidade estarem ligados ao planejamento urbano, e na leitura de del Rio (1990, p.108) sobre a legislação de Zoneamento ser também um instrumento de desenho urbano.

No Brasil, as legislações de Zoneamento são fruto do planejamento urbano e vinculadas ao Plano Diretor, estabelecendo parâmetros de adensamento e ocupação de lotes, configuração volumétrica e destinação de usos às edificações – de maneira diferenciada em zonas distintas da cidade. Tais parâmetros são condicionadores da forma urbana e, por isso, são também componentes de desenho urbano (DEL RIO, 1990, p.108).

Entretanto, o desenho urbano pode ir muito além da determinação desses parâmetros urbanísticos, chegando a níveis avançados de especificidade no desígnio de uma forma urbana ideal. O desenho urbano pode integrar planos diretores como um acordo entre o desejo inicial e a explicitação de um desígnio sobre a forma urbana, “oferecendo uma clara e tangível visualização daquele resultado, em torno do qual um processo complexo de produção pode ser organizado” (MADANIPOUR, 2006, p. 178, tradução nossa).

Tal característica, porém, raramente é contemplada nos Zoneamentos. A legislação urbanística das cidades brasileiras não é elaborada por meio de uma abordagem focada no desígnio de uma forma urbana de qualidade, ou ideal (DEL RIO, 1990; 2010).

Por conseguinte, os resultados dos Planos Diretores recaem sobre a determinação de parâmetros urbanísticos e edifícios genéricos, destituídos de uma real proposta de organização para a forma urbana. Esse fato frequentemente é justificado por uma dificuldade natural em transformar singularidades subjetivas do desenho urbano em aspectos objetivos legais para a cidade como um todo. Tendo em vista esses fatos, aponta-se para a maneira genérica e indireta por meio da qual o desenho urbano é tratado no processo de planejamento urbano, pois embora o primeiro decida sobre parâmetros conformadores da forma urbana, na maioria dos casos não o faz mediante um processo consciente de desenho urbano.

A segunda parte da dicotomia toma como base a afirmação de Siembieda (2010), que analisa a maneira como as intervenções sobre a forma urbana são realizadas no Brasil: “Como ferramentas para criar o domínio público, ‘projetos’ são preferidos em detrimento de abordagens mais abrangentes que requerem intervenções extensivas por parte do Estado” (SIEMBIEDA, 2010, p. 294)¹.

Além disso, Siembieda (2010, p. 293-294) utiliza a classificação de Lang (2005) para afirmar que os “‘*urban designers*’ brasileiros se afastaram da abordagem da cidade como um ‘todo’ ou um produto de uma única racionalidade – típica do ‘urbanismo modernista’”. Passam, então, a adotar como prática um processo para a concretização gradual e incremental do desenho urbano idealizado, ou a realização de investimentos pelo Poder Público capazes de fomentar a atividade privada na conformação de um desenho urbano idealizado.

Dentro do contexto relativo à segunda parte da dicotomia, o desenho urbano é frequentemente expresso em projetos para áreas específicas da cidade, apenas. Tal abordagem pode ser conduzida em diferentes níveis de integração entre projetos, e de projetos com o planejamento urbano. Em uma condição de desconexão, o conjunto urbano exterior ao projeto pode estar relegado à ausência de definições de desenho urbano, e às implicações disso decorrentes. Já em uma condição em que desenho urbano é expresso por projetos interconectados e abrangentes, incluídos em diretrizes de planejamento urbano, há mais possibilidades de lograr um tratamento da forma urbana como um conjunto urbano que se apresenta ao usuário.

Além disso, o “caráter ‘não-estrutural’ do desenho urbano tem frequentemente o levado a traduzir-se em políticas públicas que se articulam sob o sério risco da fragmentação e da parcialidade” (HEPNER, 2010, p. 34). Esse risco torna-se um problema quando o desenho urbano passa a ser uma ferramenta de legitimação de propostas vinculadas a interesses exclusivos de classes dominantes, ignorando interesses coletivos e agindo sobre áreas cuja delimitação é arbitrada por interesses políticos ou ideológicos de um grupo (HEPNER, 2010, p. 20-35).

Assim, o presente trabalho se justifica como uma investigação das motivações que levam a ordem prática sobre a cidade a se conformar em uma

¹ O domínio público a que se refere Siembieda (2010) envolve o espaço que permite a realização da esfera pública da vida, em que se destacam, segundo Custódio et al. (2011, p. 11), os espaços livres de edificações de propriedade e apropriação públicas (excluídos os vazios urbanos).

dicotomia, embora seus resultados não possam estar dissociados, já que são expressos sobre esse único grande objeto. Busca-se compreender o que diferencia a prática de elaboração de planos e legislação urbanística da prática de elaboração de projetos urbanos específicos, além de compreender como e por quais motivos essas práticas se apresentam em uma dicotomia.

O presente trabalho se justifica, portanto, como uma discussão epistemológica sobre o planejamento urbano e o desenho urbano, contribuindo para o necessário debate a respeito de conceitos que, embora absolutamente basilares e cotidianos, ainda guardam dúvidas quanto aos seus reais significados segundo diferentes interlocutores e diferentes momentos de se pensar a cidade. Para tanto, adota-se uma abordagem focada nos aspectos que levaram à constituição de sua relação ao longo do tempo, considerando a realidade estrangeira e brasileira na análise. Observa-se que tal discussão epistemológica aparece com maior frequência e destaque na literatura estrangeira, levando o presente trabalho a se justificar como um elemento de transposição dessa discussão à realidade brasileira.

Por fim, reitera-se que os problemas de ordem prática se refletem e são reflexo dos problemas de ordem teórica, como é possível observar na análise de Cuthbert (2003):

As profissões de planejamento têm sido relutantes em reconhecer amplamente o “desenho físico” [...], isso também rendeu a prática de planejamento convencional à inadequação para lidar com a tendência atual do planejamento baseado em projetos. Apesar do fato que os sistemas de planejamento mantêm controle sobre a produção formal e estética das cidades através dos mecanismos gerais de controle de desenvolvimento, [...] planejadores são manifestadamente inadequados para lidar com o processo de desenho urbano. Por essas e outras razões, muitas definições de desenho urbano têm sido dadas por profissionais e acadêmicos como sendo aquele colocado dentro dos campos dominantes da arquitetura e planejamento urbano (CUTHBERT, 2003, p. 11, tradução nossa).

Reiterando a reciprocidade da influência entre aspectos de ordem prática e de ordem teórica, verifica-se que a análise de Cuthbert (2003) é sintetizadora dos problemas aqui expostos. Em relação à ordem prática, o autor afirma que o planejamento urbano, ao desconsiderar o desenho urbano em seu escopo, torna-se carente de uma competência para lidar com a prática atual pautada em projetos. Além disso, também aponta para a existência de uma abordagem genérica e indireta do desenho urbano pelo planejamento urbano, diante do domínio que o último exerce sobre a determinação dos “mecanismos de controle e desenvolvimento” –

como o Zoneamento e os parâmetros urbanísticos nele contidos – ao que contribuiu a pouca afinidade dos profissionais do planejamento urbano com o processo de desenho urbano. Cuthbert (2003) vincula às questões práticas expostas uma parcela do motivo pelo qual o desenho urbano é conceituado como um campo intermediário entre a arquitetura e o planejamento urbano – o que considera um fator de subjugamento do desenho urbano a esses dois campos.

Considerando o universo dos problemas aqui elencados, a pesquisa toma como tema central a investigação da seguinte questão-problema: como ocorre a relação entre planejamento urbano e desenho urbano, considerando a dicotomia constatada na realidade brasileira? Reafirma-se que tal dicotomia subsiste na convivência do planejamento urbano cuja abordagem do desenho urbano é genérica e indireta, com o desenho urbano expresso em projetos urbanos alheios a um tratamento abrangente do conjunto urbano – tipicamente ligado ao planejamento urbano. Diante disso, considera-se a seguinte hipótese ou “verdade provisória” (SANTOS, 2002, p. 59): existe hoje uma dissociação entre planejamento urbano e desenho urbano.

Assim, a pesquisa consiste em investigação que considera tanto questões de ordem teórica quanto prática, segundo uma abordagem contextualizada, ou seja, busca-se não apenas identificar como ocorre a relação entre planejamento urbano e desenho urbano, mas também as razões que levaram a essa conformação. Observa-se que tal contextualização enfoca a experiência brasileira inserida em um cenário maior, internacional, pois foi sobre a cidade brasileira que ofereceu as percepções iniciais sobre as questões aqui colocadas.

Por esse motivo, são utilizados neste trabalho dois referenciais temporais: um referencial sincrônico, no qual busca-se compreender como a relação entre planejamento urbano e desenho urbano é entendida contemporaneamente; e um referencial diacrônico, que diz respeito à uma evolução histórica que se inicia com a urbanização consequente da Revolução Industrial.

Os objetivos, geral e específicos, que pautam esta pesquisa são elencados na seção a seguir.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é analisar a relação entre planejamento urbano e desenho urbano. A pesquisa é composta por um estudo teórico com os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar o sentido intrínseco às palavras “desenho” e “planejamento”, a partir da etimologia e dos fenômenos a que estão vinculadas, como forma de elucidar as questões básicas relativas ao que planejamento urbano e desenho urbano vêm a representar;
- b) apresentar o grande objeto sob o qual é possível visualizar a relação entre planejamento urbano e desenho urbano – a forma urbana;
- c) examinar como planejamento urbano e desenho urbano são compreendidos de forma desigual contemporaneamente, considerando especificidades autorais;
- d) avaliar a evolução histórica da relação entre os campos planejamento urbano e desenho urbano, identificando as principais características que cada um assume ao longo do tempo e os aspectos-chave de mudança na relação entre eles;
- e) compor uma síntese conclusiva sobre a relação entre planejamento urbano e desenho urbano, considerando a dicotomia constatada na realidade brasileira e promovendo a ampliação da discussão sobre a temática dentro do país.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia da pesquisa é aqui descrita por meio do conjunto de etapas que permitem a investigação do fenômeno determinado como tema de pesquisa. A análise da relação entre planejamento urbano e desenho urbano é empreendida no presente trabalho por meio de uma pesquisa qualitativa e em nível teórico. Empreendendo uma abordagem contextualizada, utiliza-se neste trabalho dois referenciais temporais: um referencial sincrônico, no qual busca-se compreender como a relação entre planejamento urbano e desenho urbano é entendida contemporaneamente; e um referencial diacrônico, que diz respeito à uma evolução histórica que se inicia a partir da urbanização advinda da Revolução Industrial, em

que o detalhamento da análise é gradualmente ampliado à medida que o trabalho adentra questões mais próximas à atualidade.

De forma a viabilizar a análise em seus amplos recortes geográfico e temporal, elegeu-se a modalidade de pesquisa bibliográfica – que é “elaborada com base em material já publicado” (GIL, 2010, p. 29). As características dessa modalidade de pesquisa são que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. [...] A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos (GIL, 2010, p. 30).

Com o objetivo de dirimir a repetição de possíveis incoerências presentes nas fontes secundárias consultadas, buscou-se cotejar informações em distintas obras e analisá-las com a profundidade necessária, conforme sugere Gil (2010, p.30) para as pesquisas bibliográficas.

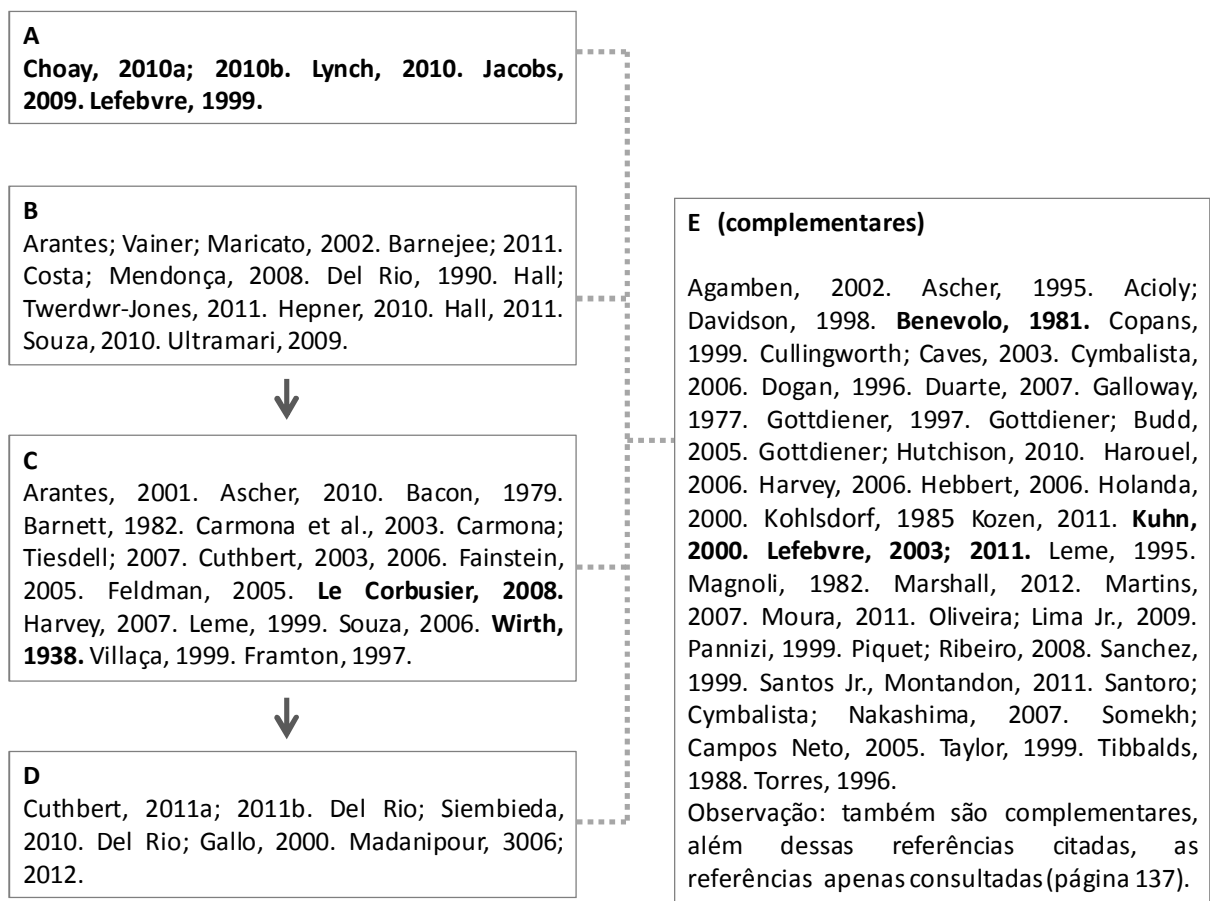
A metodologia busca determinar um caminho a ser percorrido na identificação das obras relevantes à pesquisa, independentemente da hierarquia de importância que as obras a investigar possam assumir neste trabalho. Assim, são estabelecidas as seguintes etapas (posteriormente reconstruídas na figura 1):

- a) releitura de referências tidas como “clássicas”, já previamente conhecidas;
- b) investigação inicial em fontes eletrônicas e impressas de acesso mais conveniente (livros, artigos em periódicos e em anais, teses e dissertações) por meio da busca pelas seguintes palavras-chave: (i) “desenho urbano”; (ii) “planejamento urbano”; e (iii) “relação entre planejamento urbano e desenho urbano” (na língua portuguesa e inglesa);
- c) identificação, nas obras inicialmente analisadas (na etapa “b”), de citações a outras referências que contemplam o tema desta dissertação, procedendo sua oportuna investigação;
- d) identificação, nas obras investigadas (nas etapas “b” e “c”), de autores especificamente relevantes, procedendo a ampliação da investigação às suas demais obras que versam sobre a temática deste trabalho;
- e) investigação de referências complementares – livros, capítulos de livros, artigos em periódicos e em anais, teses e dissertações – segundo busca

por palavras-chave em particular, de acordo com a necessidade de agregar informações específicas ao trabalho.

Reconstrói-se e apresenta-se o resultado deste processo na figura 1, abaixo, na qual estão agrupados os autores e obras de acordo com a etapa em que foram inseridos nesta pesquisa, independentemente da importância que assumiram na construção deste trabalho. Constam em destaque, na figura a seguir, as obras “clássicas” presentes em diversas etapas da investigação, de modo a diferenciá-las das obras contemporâneas.

Figura 1 – Reconstrução da metodologia com autores e obras estudados

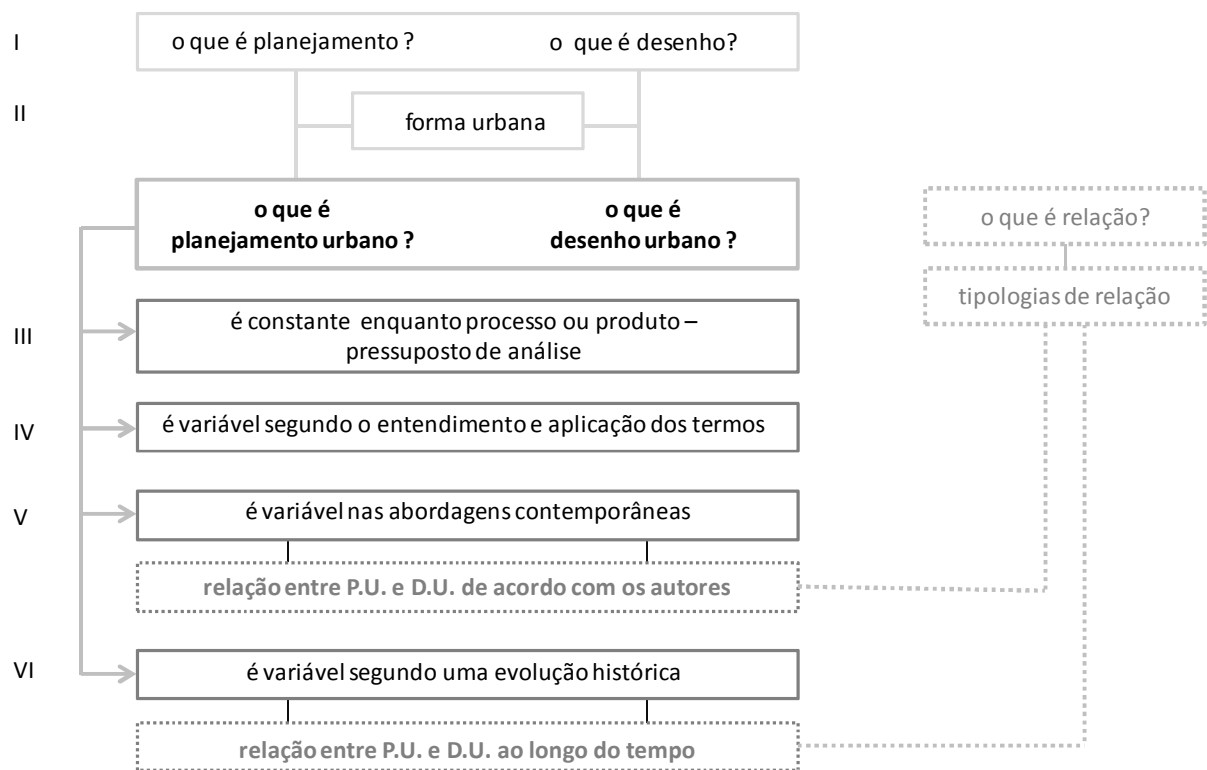


Fonte: a autora, 2012.

Foram analisadas obras brasileiras e estrangeiras, sendo os autores anglo-saxões especialmente relevantes nas questões de desenho urbano, devido à produção intelectual mais profícua encontrada nesses países sobre a referida temática.

Assim, o presente trabalho se caracteriza como um estudo científico retrospectivo, que sistematiza informações presentes na literatura, construindo um referencial teórico, conforme sintetiza a figura 2, abaixo.

Figura 2 – Esquema das etapas de construção do referencial teórico



Fonte: a autora, 2012.

A figura 2 resume o seguinte conteúdo:

- etapa I: compreensão do sentido dos termos “planejamento” e “desenho”, como subsídio à análise das etapas III, IV e V;
- etapa II: discussão sobre a forma urbana, entendida como o grande objeto comum ao planejamento urbano e ao desenho urbano, como subsídio à análise das etapas III, IV e V;
- etapa III: discussão sobre o que é planejamento urbano e desenho urbano enquanto processo e/ou produto, tomando as conclusões dessa análise como pressupostos da pesquisa, ou elementos constantes da análise;
- etapa IV: discussão sobre como os termos “planejamento urbano”, “desenho urbano” e “urbanismo” são entendidos e aplicados de maneira equivalente ou oposta na literatura;

- e) etapa V: discussão sobre o que é planejamento urbano e desenho urbano por meio do escrutínio de obras que analisam explicitamente a relação entre esses campos, concluindo sobre as distintas maneiras como os autores os conceituam separadamente e os relacionam;
- f) etapa VI: discussão sobre o que é planejamento urbano e desenho urbano e como ocorre sua relação a partir da análise de sua evolução histórica desde a Revolução Industrial até a atualidade (com enfoque no período atual), concluindo sobre como a relação entre esses campos se transforma ao longo do tempo.

As conclusões sobre como ocorre a relação entre planejamento urbano e desenho urbano nas etapas IV e V elencadas anteriormente demandam a pactuação de alguns critérios para o embasamento da análise, principalmente no sentido de sintetização e comparação de informações. Assim, a análise das informações obtidas com a pesquisa bibliográfica é demonstrada por meio do conjunto de tipologias que a relação entre planejamento urbano e desenho urbano pode assumir.

Para tanto, parte-se do pressuposto de que a relação entre planejamento urbano e desenho urbano não pode ser explicada de maneira unívoca e axiomática, pois ocorre de diversas formas, cada uma envolvendo inúmeras variáveis; ou seja, de forma múltipla e mutante no tempo. Tal conjunto de tipologias é construído a partir de um processo de abstração², ou seja, ainda de maneira hipotética e estanque – sem considerar o conteúdo de planejamento urbano e desenho urbano. As tipologias são confrontadas com o conteúdo de planejamento urbano e desenho urbano ao final da seção 3.5, Abordagens Contemporâneas (referente à etapa V) e da seção 3.6, Evolução Histórica (referente à etapa VI), como forma de sintetizar o exposto em cada seção e ilustrar as tipologias de relação identificadas.

São determinadas, assim, hipóteses sobre a configuração da relação entre planejamento urbano e desenho urbano, a partir de tipologias, como demonstra o quadro 1, a seguir.

² Tomou-se como base inicial para essa abstração uma analogia com as tipologias de relações matemáticas: simétrica, não-simétrica, reflexiva e transitiva (AULETE, 2012, p. 1).

Quadro 1 – Possíveis tipologias de relação segundo o processo de abstração

Tipologia de relação	Esquema gráfico
Dominação ou imposição	
Simetria	
Dependência ou simbiose	
Independência ou separação	
Inserção	
Sobreposição parcial	
Interposição	

Fonte: a autora, 2012.

Destaca-se que é possível, embora não obrigatório, que tipologias de relação se somem para ilustrar determinadas situações, pois, em uma mesma circunstância, pode haver uma sobreposição de diferentes ordens de relação. Tem-se como exemplos: a constatação, na ordem de escala, de que o desenho urbano se interpõe entre planejamento urbano e desenho urbano pode ser somada (i) à relação hierárquica de dominação do desenho urbano pelo planejamento urbano, ou (ii) à inserção do desenho urbano no conteúdo do planejamento urbano, ou ainda (iii) à atuação independente desses campos.

As tipologias de relação apresentadas nesta seção são retomadas ao longo do trabalho como meio de sintetizar as informações expostas e ilustrar as diferentes tipologias de relação identificadas. A seguir é apresentado o desenvolvimento teórico, organizado conforme a metodologia exposta anteriormente nesta seção.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está dividido por temáticas, conforme demonstrado na figura 2, apresentada na seção anterior: a análise do sentido das palavras “planejamento” e “desenho”, assim como a análise sobre a forma urbana, antecedem e subsidiam as seções cujos conteúdos tratam diretamente do planejamento urbano, do desenho urbano e de sua relação.

À exceção da seção 3.3, Produto e processo, em que são analisados planejamento urbano e desenho urbano em separado, considerou-se adequado analisá-los em conjunto, apontando suas particularidades, quando conveniente.

Esse encadeamento de assuntos é colocado como uma forma de construção da definição de planejamento urbano e desenho urbano, partindo dos aspectos mais genéricos aos mais específicos. Assim, a definição desses campos não é, neste trabalho, tomada como algo dado *a priori*, mas construída gradualmente a partir da própria análise.

Para tanto, parte-se do pressuposto de que (i) conceitos são noções, ideias, concepções sobre algo concreto ou abstrato, construídos mentalmente e representados linguisticamente (AULETE, 2012) com base em circunstâncias e prioridades vigentes em um momento específico, por isso se transformam ao longo do tempo; e (ii) definições são a delimitação de algo concreto ou abstrato a partir da descrição das características de sua própria essência.

3.1 O SENTIDO DAS PALAVRAS “DESENHO” E “PLANEJAMENTO”

3.1.1 O sentido de “desenho”

A construção de uma análise que defina o sentido de “desenho urbano” passa, necessariamente, pela discussão do que a palavra “desenho” representa. Um dos problemas apresentados na seção 1.1 remete a questões etimológicas da palavra e seu correspondente na língua inglesa – “*design*” –, pois parte do sentido que este carrega é perdido ao ser traduzido como “desenho” (DEL RIO, 1990; HEPNER, 2010). O termo “*design*” possui conotação mais ampla, que envolve “desenho, projeto, planejamento e processo: não é a palavra limitadora e estática como desenho ou projeto, em suas conotações usuais” (DEL RIO, 1990, p. 51).

Em seu sentido mais habitual, a palavra “desenho” é empregada como um substantivo referente à ação mecânica de representar algo sobre o papel. Na língua inglesa, tal ação mecânica está mais relacionada ao verbo “*to draw*”³.

O *desenho*, ainda hoje, é muito freqüentemente e basicamente entendido como uma técnica figurativa de representação da realidade. Essa característica, que recebeu muitas vezes, ao longo da história, um sentido pejorativo por ser identificado com a *imitação*, ou por um aspecto meramente artesanal, não intelectual e mesmo pouco digno, pode ter influído na imputada eqüidade entre esse tipo de procedimento, do *desenho*, e o ato físico de marcar, arrastando um instrumento sobre uma superfície, como em *drawing* [...] (MARTINS, 2007, p. 5).

Já o termo “*design*” remete à atividade intelectual de concepção e idealização de algo, podendo envolver a representação gráfica de um objeto:

Substantivo: 1. um plano ou desenho produzido para mostrar a aparência e função de algo antes que seja construído ou feito: a arte ou ação de planejar a aparência e função de algo; o arranjo de elementos de um artefato. [...] 3. o propósito ou planejamento que existe por trás de uma ação ou objeto. Verbo: decidir sobre a aparência e funcionamento de (algo), especialmente por meio da produção de um desenho detalhado do mesmo. [...] origem ME [*Middle English*] (como um verbo no sentido de “designar”): do Latim *designare*, reforçado pelo Francês *designer* (OXFORD, 2008, p. 1, tradução nossa).

Contudo, a origem das palavras “*design*” e “desenho” é comum: o termo latino “*designare*” – designar, o que corrobora “a superação de um pretenso ato meramente físico ou imitativo” para o vocábulo na língua portuguesa (MARTINS, 2007, p. 6). O verbo a que se refere o substantivo “*design*” é “*to designate*”, com origem no latim “*designare*” (TERZIDIS, 2007, p. 69). É, portanto, o ato de “designar” e o substantivo “desígnio” que congregam o sentido comum de “*design*” e “desenho”, ligado à expressão de uma intenção ou propósito:

Desígnio: 1. Ideia ou intenção de fazer ou realizar algo; VONTADE; PROPÓSITO. 2. O que se pretende realizar; INTENÇÃO; SONHO; DESEJO. 3. Fig. A manifestação ou expressão de uma vontade, de uma intenção. 4. Fig. A razão de ser ou a finalidade de algo (fato, acontecimento etc.); PROPÓSITO [F.: Do lat.tard. *designium*, ii, do v.lat. *designare*, 'marcar'; 'indicar'.] (AULETE, 2012, p. 1).

³ O sentido do verbo “*to draw*” é utilizado em diversos sentidos na língua inglesa, muitos dos quais estão relacionado a ações mecânicas. Destaca-se aqui um sentido: “produzir (uma imagem ou diagrama), fazer linhas e marcas no papel, traçar ou produzir (uma linha) em uma superfície” (OXFORD, 2008, p. 1, tradução nossa).

A partir dessa análise etimológica, justifica-se a adoção, nesta dissertação, do termo “desenho” como correspondente de “*design*”. Esses termos envolvem, necessariamente, uma ação intelectual direcionada a um sentido projetual de tomada de decisão para expressar uma intenção específica.

O desenho é uma atividade criativa, exploratória e de resolução de problemas por meio da qual objetivos e limitações são ponderados e equilibrados, os problemas e possíveis soluções são explorados, e soluções ótimas derivadas. Ele acrescenta valor aos componentes individuais, de modo que a totalidade resultante é maior do que a soma das partes (CARMONA et al, 2003, p. 54, tradução nossa).

Em relação ao “desenho” conjugado ao “urbano”, as dificuldades de definição apresentam-se ainda maiores. Diante das divergências existentes, considera-se seguro abordar esse campo considerando a advertência de del Rio (1990, p. 53) sobre a possibilidade de superar as dificuldades em definir os campos do desenho urbano e do planejamento urbano mediante a “busca de definições a partir do objeto em que se pretende atuar e dos objetivos a se alcançar, observando o contexto onde estará inserido”. Desse modo, empreende-se na seção 3.3 uma exposição do sentido dicotômico de desenho urbano enquanto produto e processo, com o objetivo de criar uma base para a análise histórica realizada na seção 3.6. Antes disso, porém, apresenta-se o sentido da palavra “planejamento”.

3.1.2 O sentido de “planejamento”

A etimologia da palavra “planejamento” remonta ao latim *planus*, influenciando também outras línguas latinas – como o termo em espanhol “*planeamiento*” e em francês “*planification*” – e anglo-saxãs – “*planning*”, em inglês, e “*planung*”, em alemão (SOUZA, 2006, p. 149). Diferentemente da controvérsia relativa à tradução de “*design*” como “desenho”, o termo “planejamento” e suas traduções constituem-se em um único sentido.

Ao contrário do “desenho urbano”, que possui questões controversas com seu equivalente em inglês “*urban planning*”, o termo “planejamento” é constituído por um único sentido.

Já a palavra “plano” apresenta uma transformação de seu sentido – que, originalmente remetia à representação gráfica bidimensional de uma construção

(SOUZA, 2006, p. 149). Nesse sentido original, relaciona-se à representação de um desenho do que o próprio termo “*designare*”, que originou o termo desenho. Outros significados são agregados ao termo “plano”, dentre os quais se destacam:

1 Diz-se de uma superfície tal que toda a reta que une dois quaisquer dos seus pontos está inteiramente compreendida nessa superfície. [...] 5 Desenho, planta ou traçado de uma cidade, de uma praça, de um edifício etc. 6 Arranjo ou disposição geral de uma obra. [...] 9 Programa, projeto. 10 Desígnio, intenção. [...] 12 Exposição ordenada dos objetos de um empreendimento qualquer: plano de metas; da execução dele: plano de ação; dos recursos a empregar: plano financeiro (MICHAELLIS, 2012, p. 1).

Segundo Hall e Tewdwr-Jones (2011, p. 1), o sentido a que estava originalmente vinculado o termo “plano” acarreta a ambiguidade ainda hoje presente no termo “planejamento”. Para os autores, planejamento não deve ser tomado como um plano físico desenhado sobre o papel, mas como o arranjo de partes para atingir a um objetivo determinado e como a reunião de procedimentos para isso, que pode ou não envolver representações gráficas de objetos.

[...] planejamento como uma atividade geral é a realização de uma sequência ordenada de ação que levará à realização de um objetivo ou objetivos declarados. Suas principais técnicas serão declarações escritas, oportunamente acrescidas por projeções estatísticas, representações matemáticas, avaliações quantitativas e diagramas ilustrando as relações entre diferentes partes de um plano. Ele pode, mas não precisa, necessariamente, incluir exatas plantas físicas ou objetos (HALL; TEWDWR-JONES, 2011, p. 3, tradução nossa).

Embora não seja obrigatório na prática geral do planejamento, Hall e Tewdwr-Jones (2011) afirmam ser obrigatória a representação espacial ou física, seja ela detalhada e precisa ou apenas generalista, quando o termo planejamento é aplicado ao “urbano e regional”:

É simplesmente impossível pensar neste tipo de planejamento sem alguma representação espacial - sem um mapa, em outras palavras. E qualquer que seja a sequência de tal planejamento, na prática ele tende a evoluir de mapas muito gerais (e bastante diagramáticos) para mapas muito precisos, ou plantas. Pois o resultado final de tal processo é o ato do desenvolvimento físico (ou, em alguns casos, a decisão de não desenvolver, mas deixar a terra como está), e o desenvolvimento físico, sob a forma de edifícios, necessitará de um desenho exato (HALL; TEWDWR-JONES, 2011, p. 3, tradução nossa).

Aqui se apresenta um ponto comum entre planejamento urbano e desenho urbano: ambos devem envolver representações espaciais. Esse aspecto comum, contudo, não significa que a representação espacial decorrente do planejamento urbano envolva sempre um desígnio intencional à forma urbana, como detalhado adiante.

Além disso, planejamento, na acepção contemporânea, envolve um processo muito mais complexo que em seu sentido original, remetendo sempre ao futuro:

[...] planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno, explicitar intenções de ação, estabelecer metas e diretrizes. Ou, para dizer a mesma coisa de modo talvez mais direto: buscar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor se precaver contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios (SOUZA, 2006, p. 149).

Madanipour (2010, p.352) afirma, com base em Cullingworth e Caves (2003, p. 6), que as definições de planejamento possuem um aspecto comum: a visão de futuro, que produz conexões temporais segundo um raciocínio linear, considerando um objeto determinado.

Planejamento difere, portanto, da “gestão”, que remete ao presente e “significa administrar uma situação com os recursos presentes disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas” (SOUZA, 2006, p. 150).

Teoricamente, o planejamento é a *preparação para a gestão futura*, em que o que se busca é evitar ou, pelo menos, minimizar problemas, além de ampliar margens de manobra; quanto à gestão, ela é, ou deveria ser, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes), o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis), a *administração das condições e dos resultados que o planejamento pretérito ajudou a construir* (SOUZA, 2006, p. 151, grifo do autor).

Na seção 3.3.2 retoma-se a discussão do planejamento urbano como um processo, discutindo especificamente sua característica de processo consciente.

3.2 FORMA URBANA

Antes de avançar à análise do planejamento urbano e do desenho urbano julga-se necessária uma reflexão sobre o sentido da forma urbana – considerada, neste trabalho, como o grande objeto comum a ambos os campos.

As abordagens e objetivos do planejamento urbano e do desenho urbano sobre a forma urbana são distintos. Enquanto o desenho urbano atua diretamente na composição da forma urbana, o planejamento urbano envolve-se com os aspectos da forma urbana de maneira mais ou menos ampla, explícita ou propositiva, dependendo da perspectiva a que está vinculada (como demonstrado na seção 3.6, Evolução Histórica). A forma urbana, contudo, sempre é reflexo dos direcionamentos provenientes do planejamento urbano (assim como da negligência de seus direcionamentos), bem como do processo de desenho urbano consciente e inconsciente, como demonstrado adiante na seção 3.3.1.

Tendo em vista esse cenário relativo à forma urbana, a análise toma como base dois aspectos intrínsecos a este grande objeto: (i) a apresentação concreta da forma urbana em um momento específico, e (ii) a produção da forma urbana.

A maneira como a forma urbana se configura em um momento específico compreende dois elementos simultaneamente: as particularidades físico-materiais da forma urbana e a nossa capacidade cognitiva – que permite a compreensão de tais particularidades e de suas dimensões de desempenho (HOLANDA et al., 2000, p.10). As particularidades físico-materiais são compostas por aspectos quantitativos (volumes, superfícies, densidades); funcionais (usos do solo); qualitativos (conforto ambiental e de acessibilidade); e figurativos (estética) (LAMAS, 2007, p.44-46). São basicamente arranjadas em espaços edificados e espaços livres de edificação (MAGNOLI, 1982) e constituídas a partir da relação entre o ambiente e seu usuário (HOLANDA et al., 2000, p.13). Tais aspectos, em conjunto, conferem à forma urbana um caráter próprio, que se faz percebido e classificado por meio de associações mentais⁴. A apresentação concreta da forma urbana, em seus aspectos físico-materiais e cognitivos, está sujeita à constante transformação:

Nenhuma cidade possui uma forma única e permanente, pois a todo momento novos edifícios estão sendo erguidos e outros estão sendo adaptados para abrigar novas funções; ou ainda, obsoletos ou indesejáveis, são derrubados para dar lugar a novas atividades e novas formas. Às vezes as formas permanecem, mas a sociedade lhes confere novos usos e significados (HEPNER, 2010, p. 23).

⁴ Temática na qual a teoria de Lynch (2010) se destaca.

Essa transformação é intrínseca ao processo de produção da forma urbana, determinado pelas relações sociais. Para Castells (2003), a forma urbana é determinada conjuntamente pelo significado urbano e pelas funções urbanas, constituindo-se como a “expressão espacial simbólica do processo que materializa o resultado deles” (CASTELLS, 2003, p.24, tradução nossa). Essa abordagem é pautada no entendimento da forma urbana como a expressão simbólica material da maneira como os conflitos sociais se estruturam sobre o espaço. Para o autor, o significado urbano é o resultado do processo de conflito entre atores e classes sociais que buscam impor seus valores e interesses à sociedade como um todo, assim, o significado urbano vigente somente pode ser transformado a partir de uma transformação da própria sociedade. As funções urbanas são determinadas segundo o significado urbano vigente em momentos históricos específicos. A forma urbana conjuga significado e funções urbanas em um símbolo material (CASTELLS, 2003, p.23-25).

Lefebvre também discute como as relações sociais que produzem funções urbanas específicas demandam formas específicas, cuja percepção cognitiva permite seu usufruto e sua constante transformação, como na seguinte análise:

Em verdade, é apenas no Ocidente europeu, no final da Idade Média, que a mercadoria, o mercado e os mercadores penetram triunfalmente na cidade. [...] No curso dessa luta (de classes) contra os senhores, possuidores e dominadores do território, [...] a praça do mercado torna-se central. Ela sucede, suplanta, a praça da reunião (a ágora, o fórum). [...] Deve-se notar que a *arquitetura* segue e traduz a nova concepção de cidade. O espaço urbano torna-se o lugar do encontro entre as coisas e as pessoas, da troca. [...] a *cidade mercantil* tem seu lugar, no percurso, depois da cidade política. Nessa data (aproximadamente no século XIV, na Europa Ocidental), a troca comercial torna-se **função urbana**; essa função fez surgir uma **forma** (ou formas: arquiteturais e/ou urbanísticas) e, em decorrência, uma nova *estrutura* do espaço urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 22-23, grifo nosso).

Lefebvre entende o “urbano” como um fenômeno que produz e é produzido pela “sociedade urbana”, definido não como um objeto acabado e definitivo, mas “como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é *possível*, definido por uma direção, no fim do percurso se vai em direção a ele” (LEFEBVRE, 1999, p. 28, grifo do autor).

Já a cidade é um objeto concreto que pode ser percebido na concentração de espaços edificados e espaços livres, infraestrutura, pessoas, meios de produção,

que coexistem segundo um modo de vida urbano (ULTRAMARI; FIRMINO, 2009; LEFEBVRE, 2003, p.119).

O urbano se configura segundo uma lógica social associada a formas quantificáveis, programáveis, geométricas e legíveis – em um ação produzida e que produz o urbano (LEFEBVRE, 2003, p.118-119). Assim, a forma urbana é a característica que a cidade possui sob seus aspectos de materialidade – que tanto são frutos quanto são produtores das relações sociais, em uma dialética inseparável entre forma e conteúdo.

A interpretação de Gottdiener sobre a perspectiva de Lefebvre destaca que, para este autor, “a essência do urbano é uma forma espacial que então sustenta o processo de reprodução do capital em geral” (GOTTDIENER, 1997, p. 147). Deste modo, a atuação da forma, ou “*design* do espaço”, é tida por Lefebvre tanto como um dos aspectos das forças e meios de produção, como também um produto dessas relações, como se observa a partir das duas citações a seguir:

Segundo Lefebvre, [...] o *design* espacial é, ele próprio, um aspecto das forças produtivas da sociedade – que, juntamente com a tecnologia, o conhecimento humano e a força de trabalho, contribuem para nosso “potencial de produção” (GOTTDIENER, 1997, p. 127-128).

Lefebvre observa que, além de haver um espaço de consumo ou, quanto a isso, um espaço como área de impacto do consumo coletivo, há também o consumo de espaço, ou o próprio espaço como *objeto* de consumo. [...] Assim, o próprio *design* espacial pode ser convertido em mercadoria, juntamente com a terra, algo que arquitetos, planejadores de cidade e turistas conheceram por algum tempo (GOTTDIENER, 1997, p. 129).

Reitera-se, aqui, a importância dada ao entendimento do significado da palavra “desenho”, na seção 3.1.1. Com base nesse entendimento, é possível remeter a expressão “*design* espacial” utilizada por Gottdiener (1997) ao sentido de “*desígnio*” de uma forma para o espaço – que tanto o potencializa como força produtiva quanto como um produto para consumo, e é utilizado pelo Estado como um “instrumento político de controle social” (GOTTDIENER, 1997, p. 130). Fazem parte desse instrumento político de controle social, segundo a perspectiva marxista, o planejamento urbano e o desenho urbano. Caracterizados como instrumentos de dominação ideológica, atuam como mecanismos de controle do conflito de classes nas cidades por meio da difusão da ideia de atuação do Estado na atenuação dos problemas da vida nas cidades – enquanto essa atuação é direcionada, em

realidade, à minoração dos problemas de acumulação de capital (GOTTDIENER, 1997, p.137).

A forma urbana é determinada pelo planejamento urbano e desenho urbano na medida em que esses campos participam do processo de produção social da cidade. Ao assumir sua materialidade transitória, a forma urbana apresenta características que podem ser identificadas e avaliadas por seus usuários, a partir de processos cognitivos.

Tendo em vista os aspectos aqui apresentadas para este grande objeto, parte-se, então, à análise desses campos, iniciando por sua caracterização enquanto produto e processo.

3.3 PRODUTO E PROCESSO

A análise dos sentidos das palavras “desenho” e “planejamento”, e da forma urbana em seus sentidos de produção e expressão, são apresentados como aspectos introdutórios aos temas planejamento urbano e desenho urbano.

Inicia-se a análise específica desses temas enquadrando-os como processo e produto, o que vem a constituir um elemento constante para as análises subsequentes, ou seja, constituem pressupostos da pesquisa. Assim, verifica-se adiante, na seção 3.6, Evolução Histórica – que o sentido dicotômico de desenho urbano enquanto produto e processo é a base da busca do sentido histórico do planejamento urbano como um campo interdisciplinar, e do próprio desenho urbano como um campo disciplinar.

3.3.1 Produto e processo de desenho urbano

O sentido do termo “desenho urbano” pode ser vinculado tanto a um produto quanto a um processo (CARMONA; TIESDELL, 2007, p.1) e está presente sob essas duas modalidades desde o princípio da urbanização, tornando-se parte do próprio processo de civilização.

Quando tratado como **produto**, o termo “desenho urbano” expressa as características de uma determinada forma urbana concretizada ou idealizada, qualificando-a. Exemplifica-se com o contexto apresentado na seguinte frase:

O desenho urbano de Ouro Preto é estreito e alongado, com a topografia acidentada dos vales e morros. Grande parte das casas tem um pavimento, mas há ruas que predominam os sobrados. Mesmo assim, a aparência homogênea da arquitetura permanece (IPHAN, 2012).

A forma urbana, ou o desenho urbano “produto” é concretizado sobre o espaço por meio de um **processo** que envolve diversos agentes: “As cidades evoluem nas mãos de uma miríade de *designers* buscando, consciente ou inconscientemente, satisfazer seus próprios interesses” (LANG, 2005, p. xix, tradução nossa).

Enquanto processo, o desenho urbano pode ocorrer de maneira inconsciente ou consciente. O **processo inconsciente** de desenho urbano ocorre por meio da sobreposição difusa de decisões e intervenções, em escala reduzida ou parcial, sobre a forma urbana. Esse é o processo por meio do qual a maioria das inserções sobre a forma urbana é concretizada, desde o princípio da conformação dos assentamentos urbanos (CARMONA, 2003, p.55).

É, enfim, um processo de consolidação *ad hoc* da forma urbana, na qual cada pedaço da cidade é gradualmente construído de acordo com uma lógica derivada do contexto social, econômico, cultural, legal, institucional e técnico vigente no momento da construção, sem conformar-se a uma intenção específica de desenho urbano (HEPNER, 2010, p. 41).

O processo inconsciente de desenho urbano dá origem a um desenho urbano “produto” em que estão presentes características de espontaneidade e organicidade, em diferentes níveis qualitativos. A compreensão do desenho urbano como processo inconsciente permite a desmistificação das casualidades e sua afirmação como elemento do processo de produção social da cidade:

A cidade de hoje não é um acidente. Sua forma é usualmente não intencional, mas não é acidental. É produto de decisões tomadas por propósitos únicos, separados, cujas inter-relações e efeitos colaterais não foram totalmente considerados. O desenho das cidades foi determinado por engenheiros, pesquisadores, advogados e investidores, cada um marcando decisões racionais e individuais por razões racionais, mas deixando o desenho da cidade para ser cuidado posteriormente, isso se for cuidado. (BARNETT, 1982, p. 9-10, tradução nossa).

O desenho urbano torna-se um **processo consciente** quando a forma urbana torna-se objeto de um processo de concepção anterior à sua concretização sobre o espaço (CARMONA, 2003, p.55). O processo consciente de desenho urbano tem

como objetivo esboçar uma intenção específica e orientar a configuração da forma urbana idealizada, e pode adotar distintos procedimentos ou metodologias para tal.

Lang (2005) descreve quatro diferentes tipos de processos conscientes de desenho urbano, de acordo com a maneira como os processos são conduzidos, conforme detalhado na seção 3.5. Além dessas, destaca-se que o processo consciente de desenho urbano pode ocorrer por meio da consolidação de uma regulação quanto à forma urbana. Tais medidas regulatórias podem variar de um simples compêndio de parâmetros sem caráter unificado até um nível mais restrito e detalhado de exigência de determinadas características para as edificações, como “volumetria, materiais, técnica construtiva, linguagem arquitetônica, modulação das fachadas e detalhes de acabamento de cada edificação” (HEPNER, 2010, p. 42). Esse nível detalhado de regulação da forma urbana é atingido, por exemplo, em alguns condomínios fechados de alto padrão.

Dessa forma, as medidas regulatórias do uso e ocupação do solo, esboçadas nas leis de Zoneamento, são elementos conformadores da forma urbana. Estes, entretanto, não são necessariamente elaborados com a perspectiva de composição de uma forma urbana ideal para a cidade por meio de um processo de desenho urbano consciente, pois, em diversos casos, apresentam-se apenas como um compêndio de parâmetros urbanísticos aos quais não se impõe uma idealização da forma urbana durante seu processo de elaboração. Por possuir caráter restritivo, e não necessariamente propositivo de um desígnio para a forma urbana, o Zoneamento não representa necessariamente um processo consciente.

O desenho inconsciente não significa, contudo, que a produção da forma urbana ocorra de maneira totalmente livre de restrições. De fato, boa parte das cidades possui legislações e códigos edilícios que determinam o que pode e o que não pode ser construído, quais são os usos permitidos em cada região, quais são os limites de altura, área edificada etc; no entanto, limitar o que pode ser feito não é, de modo algum, o mesmo que determinar ou induzir o que será construído (HEPNER, 2010, p. 41).

Essa leitura sobre as regulamentação edilícias é relevante à análise colocada na seção 3.6.2.4, Perspectiva social-reformista e o contexto contemporâneo.

Dessa análise é possível concluir que a maioria das grandes cidades toma forma sob uma condição dialética da presença de processos conscientes e inconscientes de desenho urbano.

Independentemente do fato de ser resultado de um ato deliberado de desenho urbano ou de processos vernaculares, espontâneos e informais, cada assentamento humano carrega consigo uma configuração urbana que possui qualidades e defeitos inerentes. Ou seja, pode facilitar ou dificultar certas práticas e fenômenos sociais, econômicos, tecnológicos e políticos (ACIOLY; DAVIDSON, 1998, p. 62).

Embora a qualidade da forma urbana resultante não seja, necessariamente, fruto de um processo consciente de desenho urbano, há uma tendência no sentido de estabelecer tal vínculo. Lynch (2010, p. 129), já em 1960, apontava o processo consciente de desenho urbano como um instrumento necessário diante da intensificação do processo de urbanização. Verifica-se, contudo, que algumas formas urbanas resultantes de processos inconscientes favorecem características tais – como vitalidade urbana, por exemplo – que são frequentemente mimetizadas por meio de processos conscientes de desenho urbano, na busca por essas mesmas características.

Vislumbrando esse fato, toma-se a definição de desenho urbano como um processo que pode se dar de maneira consciente ou inconsciente como um pressuposto, ou um elemento constante, da análise empreendida ao longo deste trabalho. Destaca-se esse aspecto, pois as demais temáticas trabalhadas apresentam aspectos sempre variáveis em relação ao desenho urbano (variáveis ao longo do tempo e segundo a abordagem de cada autor), conforme detalhado nas duas seções subsequentes: seção 3.5, Abordagens Contemporâneas e seção 3.6, Evolução Histórica.

3.3.2 Produto e processo de planejamento urbano

O planejamento urbano, ao contrário do desenho urbano, não pode ser entendido como um produto em si mesmo, pois é, muito tradicionalmente, considerado um **processo** (DUARTE, 2007, p.22). Tomando-se o termo “planejamento” de maneira estanque, verifica-se que sempre se constitui como um **processo consciente**, pois pressupõe uma atividade de ordenamento de atos e elementos para o cumprimento de um objetivo pré-determinado (HALL; TEWDWR-JONES, 2011, p.3). Seu sentido remete ao futuro, à antevisão de fenômenos com o objetivo de tratá-los de maneira adequada (SOUZA, 2010). Mesmo quando suas consequências não são pré-determinadas, ou seja, não fazem parte das intenções

explicitamente colocadas para a cidade pelo planejamento urbano, ele permanece sendo um processo consciente de organização de aspectos relativos ao desenvolvimento urbano.

Os planos, por vezes, são tomados como produtos do planejamento. São, contudo, apenas elementos que consubstanciam ideias, desígnios, diretrizes para um futuro desejado. Podem tanto documentar etapas e procedimentos de um planejamento contínuo, quanto demonstrar um quadro estanque de uma situação idealizada.

O verdadeiro produto do planejamento urbano é intangível e incomensurável em diversos aspectos, pois remete às complexas relações envolvidas no processo de desenvolvimento urbano.

Na seção 3.6, Evolução Histórica, são explicitados alguns aspectos que denotam a transformação do tratamento das questões urbanas sob uma quebra de paradigma ocorrida entre 1950 e 1970. Baseado nessa análise, afirma-se que o planejamento urbano é direcionado para ações processuais em detrimento de planos determinísticos únicos, cuja metodologia foi hegemônica até o período mencionado (HALL; TEWDWR-JONES, 2011, p.9).

De forma correlata ao desenho urbano, o planejamento urbano como um processo consciente é tomado como um pressuposto ou um elemento constante da análise empreendida ao longo deste trabalho. Destaca-se esse aspecto, pois as demais temáticas trabalhadas apresentam aspectos sempre variáveis em relação ao planejamento urbano (variáveis ao longo do tempo e segundo a abordagem de cada autor), conforme detalhado nas duas seções subsequentes: seção 3.5, Abordagens Contemporâneas, e seção 3.6, Evolução Histórica.

3.4 ENTENDIMENTO E APLICAÇÃO DE TERMOS

No desenvolvimento deste trabalho, constatou-se a presença de uma questão terminológica envolvida na leitura e interpretação das referências bibliográficas estudadas sobre planejamento urbano e desenho urbano: as menções ao “urbanismo”. Tal questão se coloca diante da temática deste trabalho, pois verificou-se que o termo “urbanismo” ora é adotado em sentido idêntico, ora em sentido oposto ao planejamento urbano e desenho urbano.

Optou-se por não levar adiante neste trabalho a discussão relativa ao sentido carregado pelo termo urbanismo e qual é a implicação disso sobre a relação entre planejamento urbano e desenho urbano. Contudo, a ausência de um esclarecimento inicial sobre essa questão poderia ser interpretada como ignorância ao caso, o que, por não ser verdadeiro, exige a breve discussão apresentada nesta seção.

Foram identificadas claramente as seguintes situações de entendimento e aplicação dos termos:

- a) uma mesma circunstância é denominada por um autor como “urbanismo” e por outro como “planejamento urbano”;
- b) um mesmo autor diferencia o sentido de “urbanismo” do sentido de “planejamento urbano” para circunstâncias distintas;
- c) um mesmo autor emprega “urbanismo” e “planejamento urbano” como equivalentes; e
- d) um mesmo autor diferencia o sentido dos termos “urbanismo” e “desenho urbano”.

A primeira situação pode ser exemplificada por dois textos distintos, em que (i) Hall e Tewdwr-Jones (2011) e (ii) Choay (2010a) mencionam o mesmo momento histórico – a urbanização decorrente da Revolução Industrial – e os mesmos personagens – os pioneiros Tony Garnier, Le Corbusier, Wright, Soria y Mata, Unwin, Howard e Geddes. Na análise dessas circunstâncias, Hall e Tewdwr-Jones não empregam em momento algum os termos “urbanismo” e “urbanista”, utilizando unicamente “*planning*” e “*planner*”:

[...] a maioria desses planejadores estava preocupada com a produção de plantas, ou declarações do futuro estado final da cidade (ou região), como eles desejavam vê-lo: na maioria dos casos, eles eram muito menos preocupados com o **planejamento** como um processo contínuo que tinha de acomodar as forças sutis e mutantes do mundo exterior. Sua visão parece ter sido a do planejador como governante onisciente, sem interferência ou questionamento. [...] **Howard e Geddes são, talvez, honrosas exceções à maioria destas críticas** (HALL, TEWDWR-JONES, 2011, p. 53, grifo nosso, tradução nossa).

Já a autora francesa utiliza os termos “urbanismo” e “urbanista” ao tratar das mesmas circunstâncias, como é possível verificar nesta afirmação: “Em todos os casos, a microlinguagem do **urbanismo** é imperativa e limitadora. [...] O **urbanista** monologa ou discursa; o habitante é forçado a escutar, sem compreender sempre” (CHOAY, 2010a, p. 54, grifo nosso).

Assim, uma mesma circunstância é denominada por Hall e Tewdwr-Jones (2011) como “planejamento urbano” e por Choay (2010a) como “urbanismo”.

A segunda situação (em que um mesmo autor diferencia o sentido de “urbanismo” e de “planejamento urbano”) pode ser demonstrada também por esse mesmo exemplo. Diferentemente de Hall e Tewdwr-Jones (2011), que colocam todos os pioneiros citados acima sob os termos “*urban planning*” e “*planners*” indistintamente, Choay (2010a) utiliza a exceção envolvendo Patrick Geddes para distinguir a adoção dos termos “urbanismo” e “planejamento urbano”.

Para Choay (2010a), a prática e pensamento do “urbanismo” baseia-se na idealização de modelos de cidade, segundo meios apriorísticos e que envolvem necessariamente o processo consciente de desenho urbano conduzidos por arquitetos-urbanistas (CHOAY, 2010a, p. 18). Já o termo planejamento urbano é citado pela autora para descrever a prática contrária ao aporismo, baseada em levantamentos prévios sobre as condições urbanas existentes como antecedente fundamental a qualquer intervenção sobre a cidade, destacando Patrick Geddes⁵ como o precursor desse “movimento metodológico que *suprime a recorrência ao modelo*” (CHOAY, 2010a, p. 40, grifo da autora). A autora destaca ainda que o termo “*town-planner*” é utilizado para “designar aquele que planeja novas aglomerações segundo princípios diferentes dos do urbanismo propriamente dito” (CHOAY, 2010a, p. 39), diga-se, os princípios de idealização de modelos de cidade.

Ou seja, uma mesma autora – Choay (2010a), nesse caso – adota distintamente os termos “urbanismo” e “planejamento urbano” a partir de características assumidas pela prática e pensamento sobre a cidade em circunstâncias diversas.

A terceira situação identificada, em que um mesmo autor usa “urbanismo” e “planejamento urbano” como sinônimos pode ser exemplificada pelo texto da arquiteta brasileira Ermínia Maricato (2002), nas citações:

Lefébvre foi mais longe em sua atraente radicalidade, identificando o **planejamento** (ou o **urbanismo, indiferentemente**) como o pior inimigo do urbano ao destruir a vida cotidiana (MARICATO, 2002, p. 130, grifo nosso).

Até o presente estágio deste texto utilizamos **indiferentemente** os conceitos de **urbanismo** e **planejamento urbano**. Estabelecer uma

⁵ Cujas formação é em Biologia e Sociologia, e não em Arquitetura.

diferenciação entre eles não é fundamental para os objetivos deste trabalho. Da mesma forma estamos incluindo, na esfera do planejamento urbano, as propostas que dizem respeito à regulação do espaço urbano, ou seja, toda a legislação urbanística que implica padrões de produção do ambiente construído urbano. Embora não seja nossa intenção discorrer sobre o que foi o movimento moderno ou modernista no Brasil [...], interessa fazer um parêntese para incluir algumas explicações que podem fazer falta. [...] (MARICATO, 2002, p. 144, grifo nosso).

Nessa passagem, Maricato (2002) julga não ser necessário distinguir os termos “urbanismo” e “planejamento urbano” em seu trabalho. Não obstante, observa-se que a autora remete à necessidade de esclarecimentos acerca do movimento modernista. Nessa sutil observação está presente uma das interpretações também existentes para o termo “urbanismo” – a prática e pensamento vinculados ao movimento modernista⁶, distintas das posteriores.

Essa interpretação é mantida no uso contemporâneo no termo “urbanismo” sob a forma do *New Urbanism*, uma nova corrente que desponta entre os anos 1970 e 1980 nos Estados Unidos. Esta, assim como o urbanismo modernista, apregoa o processo consciente de desenho urbano como base na busca por soluções aos problemas urbanos e tem como personagem-chave o arquiteto-urbanista (ou o *urban designer*), pautado por princípios descritos em uma Carta⁷. Ao contrário dos princípios modernistas, o *New Urbanism* defende a contenção da expansão urbana periférica; a adoção de usos mistos, misturas de faixas de renda e redução da dependência do automóvel em vizinhanças compactas; e a rigorosa regulamentação da forma urbana por meio de códigos de desenho urbano, de procedimentos de planejamento urbano e de implantação de políticas públicas (CNU, 2012). Trata-se, portanto, de um rompimento com os preceitos do movimento modernista, e de uma aderência à estética pós-modernista. O fator que mantém o caráter do urbanismo é a força propositiva dos arquitetos-urbanistas, que mantêm como principal escopo as questões físico-territoriais, embora se permita abertura interdisciplinar (SOUZA, 2010, p. 143-144).

Em relação ao caso brasileiro, onde o *New Urbanism* não encontrou repercussão semelhante à atingida nos países anglo-saxões, verifica-se que o paradigma do movimento modernista influencia a maneira de arquitetos encararem o urbanismo como um campo congregador de toda a prática e pensamento sobre a

⁶ Essa discussão sobre o modernismo e pós-modernismo é retomada na seção 3.6.2.

⁷ Remete-se à Carta de Atenas e à *Charter of the New Urbanism*.

cidade, envolvendo tanto o planejamento urbano quanto o desenho urbano. Tal situação pode ser notada na forma como o arquiteto brasileiro Vicente del Rio, em parceria com Siembieda (2010), coloca para o termo “urbanismo” seu recente livro:

*Contemporary **Urbanism** in Brazil: Beyond Brasília* é uma avaliação de como as cidades no Brasil **superaram a hegemonia do paradigma modernista** e como estão sendo moldadas no alvorecer do século XXI. Doze estudos de caso em oito cidades diferentes mostram desenvolvimentos e avanços animadores na prática do **planejamento** e **desenho urbano**, bem como discutem as diferentes forças do Estado, da sociedade civil e políticas que atuam sobre elas (DEL RIO, SIEMBIEDA, 2010, p. xvii, grifo nosso, tradução nossa).

O título da obra acima citada pode conter dois sentidos: (i) uma intenção de superação do movimento modernista, que, no Brasil, teve seu auge em Brasília; e (ii) a congregação das práticas do planejamento urbano e desenho urbano contemporâneos sob o termo urbanismo.

Isso demonstra dois modos de ver o urbanismo. Primeiramente, o urbanismo presente na formação dos arquitetos compreende tanto o desenho urbano quanto o planejamento urbano e é ainda amplamente influenciado pela herança modernista, podendo ser entendido como algo maior que o planejamento urbano. De outro modo, o urbanismo pode ser compreendido como o campo de atuação dos arquitetos dentro de um contexto mais amplo – um processo de planejamento urbano – lado a lado com outros profissionais sem com eles estabelecer uma relação hierárquica (e então pode ser entendido como algo menor que o planejamento urbano).

Percebe-se, também, que esses sentidos existentes no Brasil inserem-se em uma tradição latina do uso do termo. A amplitude que o termo “urbanismo” pode atingir pode ser notada na multiplicidade de sentidos nele implicados por François Ascher (1995):

[...] globalmente o **urbanismo** parte do postulado que é necessário e possível agir conjuntamente sobre as cidades e sobre a sociedade. Nós entendemos aqui, e em todo esse capítulo, o **urbanismo** de forma muito ampla, como o conjunto das teorias e práticas de planejamento e gestão dos espaços urbanos, da planificação aos serviços urbanos, passando pelo urbanismo operacional, pelos estudos e composição urbana. Se apresentando como conhecimento dos fenômenos urbanos, projeto de cidade e técnicas de ação sobre o espaço, o **urbanismo** é bem uma ideia, e uma atitude essencialmente reformadoras (ASCHER, 1995, p. 204, grifo nosso, tradução nossa).

Nessa passagem, o autor congrega sob o “urbanismo” todo um conjunto de teorias e práticas sobre a cidade. Destaca-se, ainda, a nota explicativa colocada por Ascher (1995) neste trecho, em que relata o pequeno uso do termo “urbanismo” na língua inglesa em detrimento de uma série de outros termos:

A palavra **urbanismo** é pouco utilizada em inglês, em que se prefere distinguir os “**urban studies**” (estudos de urbanismo ou estudos urbanos), o “**urban design**” (a composição urbana ou o desenho urbano), o **town-planning** ou **city-planning** (o planejamento urbano) (ASCHER, 1995, p. 334, grifo nosso, tradução nossa).

Assim, observa-se uma distinção na aplicação dos termos “urbanismo” e “planejamento urbano” entre as línguas latinas e anglo-saxãs. Souza (2010, p. 58) aponta que nos países anglo-saxões o termo *urbanism* não é utilizado “com o sentido de um campo de saber [e...] as expressões *urban planning* e *town planning* apresentam-se, de todo modo, bastante abrangentes” (SOUZA, 2010, p.58). O autor destaca, entretanto, que o termo “urbanismo” é utilizado de maneira distinta pelos autores franceses:

Já no ambiente intelectual francês, que nos inspirou o termo Urbanismo, é freqüente o termo *urbanisme* ser tomado como sinônimo de planejamento urbano (*aménagement de la ville, planification urbaine*), embora isso nem sempre ocorra (SOUZA, 2010, p. 59).

Villaça (1999) também destaca a equivalência entre os termos “urbanismo” em francês e “planejamento urbano” em inglês, cujo sentido único remete ao “conjunto de técnicas e/ou discursos referentes à ação do Estado sobre a cidade” (VILLAÇA, 1999, p. 180).

Verifica-se, ainda, que alguns autores tratam planejamento urbano e desenho urbano como termos que vem a substituir o termo “urbanismo”, devido ao desgaste que o último sofreu em suas práticas modernistas – como observa-se em Villaça (1999, p.227) e Souza (2010, p.57). Já Kohlsdorf (1985, p.33) afirma que tal crítica não apenas originou o termo “planejamento urbano” – na Inglaterra e nos Estados Unidos – como também o relacionou às novas práticas ascendentes, pautadas por processos racionais desenvolvidos para atingir objetivos pré-estabelecidos (como detalhado adiante, na seção 3.6.2).

Por fim, apresenta-se a posição de Hebbert (2006). Esse autor, com base em Piccinato (1987), considera “planejamento urbano” um termo anglo-saxão que

remete a um método racional de intervenção e “urbanismo”, um termo latino ligado à arquitetura (em seu ato projetual) e à idealização da forma urbana: “o planejamento vê a si mesmo como uma atividade profissional distinta de arquitetura e engenharia, o urbanismo é uma cultura compartilhada ou terreno comum entre essas profissões” (HEBBERT, 2006, p. 89, tradução nossa). O autor aponta para indicativos, com base no caso de Barcelona, que demonstrariam o sucesso do urbanismo sobre o planejamento urbano.

A quarta, e última, situação identificada refere-se à diferenciação do sentido dos termos “urbanismo” e “desenho urbano” por um mesmo autor. Exemplifica-se esse caso com a leitura de del Rio (1990), para quem o termo “urbanismo” se refere a um campo amplo e interdisciplinar que congrega uma miríade de profissionais, dentro do qual o desenho urbano se posiciona como uma especialidade dos profissionais com “formação acadêmica na dimensão físico-espacial” (DEL RIO, 1990, p. 52), independentemente de serem estes arquitetos ou outros profissionais.

Longe de serem conclusivos ou generalizantes, os pontos apresentados são indicadores de uma multiplicidade de interpretações e utilizações dos termos envolvidos na análise desta dissertação. A título de síntese, destaca-se as principais situações identificadas na análise das referências bibliográficas:

- a) autores anglo-saxões podem denominar *urban planning*, *plannning*, *town planning*, ou *city planning*, circunstâncias que os autores latinos podem denominar urbanismo;
- b) alguns autores elegem o termo “urbanismo”, e outros, o termo “planejamento urbano”, empregando-os generalizadamente e sem ressalvas quanto aos demais;
- c) o termo “urbanismo” pode ser adotado por autores latinos em um sentido generalizante de todo o conjunto de práticas e teorias sobre a cidade;
- d) arquitetos brasileiros podem tomar urbanismo e planejamento urbano como sinônimos;
- e) o termo “*planning*” pode ser adotado por autores anglo-saxões em um sentido generalizante de todo o conjunto de práticas e teorias sobre a cidade;
- f) autores anglo-saxões raramente utilizam o termo *urbanism*, salvo, possivelmente, ao mencionarem o movimento *New Urbanism* e seu

contraponto – o urbanismo do movimento modernista – do qual o primeiro pretende se diferenciar;

- g) autores podem interpretar os termos “planejamento urbano” e “desenho urbano” como sendo substitutos renovados do termo “urbanismo”, vinculado ao movimento modernista superado; e
- h) autores podem diferenciar “urbanismo” de “planejamento urbano” ou de “desenho urbano” com o intuito de defender uma prática ou teoria específica em detrimento de outras.

Ao contrário de Hebbert (2006), não se pretende neste trabalho defender o “urbanismo” ou “planejamento urbano”. Considerando todo o repertório apresentado, a partir do qual é demonstrada a pluralidade de sentidos assumidos pelos termos, sugere-se a questão aqui introduzida como um objeto de investigação específica em trabalhos futuros. Para o presente trabalho, determina-se um posicionamento pragmático sobre a questão.

Assim, convencionou-se a adoção dos termos “planejamento urbano” e “desenho urbano” de maneira generalizada, incluindo o período modernista e pós-modernista. Eventualmente, o termo “urbanismo” é utilizado em relação ao período modernista, sobretudo em citações cujos autores adotam o termo, mas não é utilizado de maneira generalizada para descrever a prática e o pensamento sobre a cidade.

Tomando como base a análise da seção 3.3, Produto e Processo, e a constatação da amplitude de sentidos assumidos pelos termos em questão, reitera-se que o elemento constante na definição de planejamento urbano e desenho urbano são suas características enquanto processo e produto, e suporta as análises das duas seções subsequentes.

3.5 ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

Tomando como base as características de processo e produto como elementos constantes na análise, inicia-se um exame sobre como a relação entre planejamento urbano e desenho urbano é entendida contemporaneamente a partir de elementos variáveis na análise. Esse é o primeiro passo da pesquisa em direção a compreender como ocorre a relação entre os dois campos, e é aqui considerado

um elemento variável, pois a diversidade de abordagens e resultados identificados nas obras de referência impede sintetizá-las segundo um único aspecto.

Para isso, foram selecionadas apenas obras de referência que enfrentam explicitamente a análise sobre a relação entre planejamento urbano e desenho urbano. Destaca-se que, apesar da existência de uma ampla gama de autores que abordam as temáticas do planejamento urbano e do desenho urbano em específico, é restrito o número de obras que dedicam uma análise significativamente extensa e direta sobre a relação entre esses campos.

Os autores e obras analisados são Carmona et al. (2003), Cuthbert (2003; 2006; 2011a; 2011b), del Rio⁸ (1990), Lang (2005) e Souza (2010), sob os aspectos do (i) conceito de planejamento urbano e desenho urbano, e (ii) da relação entre planejamento urbano e desenho urbano. Ao final desta seção, apresenta-se uma síntese das questões analisadas.

Esta análise é reveladora de posicionamento próprio de cada autor – pendente ao otimismo, à crítica ou à neutralidade – em relação ao pensamento e à prática do planejamento urbano e/ou do desenho urbano.

3.5.1 Definições de planejamento urbano e desenho urbano

Considera-se fundamental para a compreensão sobre a relação entre planejamento urbano e desenho urbano tomar como ponto de partida a definição colocada por cada autor para cada um desses campos. Nota-se, nesta análise, o predomínio da tendência à valorização de um campo em detrimento de outro na construção do conceito, havendo autores que não definem explicitamente ambos os campos, mesmo quando falam explicitamente sobre sua relação. Percebe-se isso como uma situação generalizada, em que pouco se discute sobre ambos os campos, simultânea e equilibradamente – enquanto o campo destacado é conceituado cuidadosamente, o segundo é tratado como um coadjuvante da discussão.

Tanto Carmona et al. (2003) quanto del Rio (1990) apresentam definições segundo pontos de vista otimistas sobre o papel do desenho urbano. Contudo, a

⁸ Embora já tenha completado duas décadas, optou-se por incluir esse livro de Vicente del Rio na análise dos autores contemporâneos, pois permanece ainda como a principal obra de referência brasileira sobre desenho urbano.

definição oferecida pelo segundo diferencia-se por seu caráter pragmático. Sua obra é um elemento de transposição de referências norte-americanas para a realidade brasileira da década de 1980, época em que o desenho urbano começava a ser discutido como uma nova prática profissional e acadêmica no Brasil (conforme detalhado posteriormente na seção 3.6.2.1). Dentro desse contexto, a definição oferecida pelo autor remete à constituição do desenho urbano como um campo disciplinar – posicionando-se em relação às discussões acadêmicas – e relaciona o desenho urbano à constituição da forma urbana em seus aspectos de apresentação concreta em um momento específico, segundo suas características materiais e cognitivas (conforme discutido na seção 3.2, Forma urbana):

[...] campo disciplinar que trata a dimensão físico-ambiental da cidade, enquanto conjunto de sistemas físico-espaciais e sistemas de atividades que interagem com a população através de suas vivências, percepções e ações cotidianas (DEL RIO, 1990, p. 54, grifo do autor).

Del Rio (1990, p.57-58) considera o planejamento urbano, ainda que não o defina explicitamente, como uma atividade contínua e necessária para a tomada de decisões, a partir da definição de objetivos e meios para atingi-los. Considera-o, ainda, um processo sempre permeado pelo desenho urbano, ainda que apenas de modo inconsciente, como detalhado adiante.

Já o caráter otimista presente na definição de Carmona et al. (2003) tem um ponto de partida distinto. O tom da obra é normativo (sobre o que deveria ser o desenho urbano), o que se reflete na definição apresentada pelos autores: “o desenho urbano é o *processo* de fazer lugares *melhores* para as pessoas *do que de outra forma seriam produzidos*” (CARMONA et al., 2003, p. vi, grifo dos autores). O desenho urbano é tido como um processo criativo de tomada de decisões que agrega valor a suas resultantes (CARMONA et al., 2003, p. 54). Esses autores não estabelecem uma definição explícita para planejamento urbano, mas defendem um processo integrado de desenho urbano que envolve o planejamento urbano, engenharia e paisagismo, como detalhado a seguir.

A característica comum a del Rio (1990) e Carmona et al. (2003) pode ser expressa como uma defesa da importância do desenho urbano junto ao processo de planejamento urbano, em um contexto de valorização do processo consciente de desenho urbano como uma ferramenta para a construção da boa forma urbana.

Ambos os autores destacam os aspectos qualitativos que devem estar envolvidos nesse processo consciente. Carmona discorre sobre os processos de elaboração e implantação do desenho urbano sob suas dimensões morfológica, social, perceptual, visual, funcional e temporal, considerando os contextos global, de mercado e regulatório. Já del Rio (1990) analisa aspectos qualitativos referentes à morfologia urbana, percepção do ambiente e seus reflexos no comportamento do usuário; além de focar grande parte de sua análise sobre os aspectos práticos das temáticas de desenho urbano⁹ e dos instrumentos que permitem sua implantação. Ambas as obras apresentam forte aspecto normativo, em que o peso das recomendações sobre aspectos do desenho urbano ideal é superior a uma discussão sobre a legitimidade desse campo e suas colocações.

De maneira distinta, Lang (2005) procura posicionar-se com certa neutralidade em seu estudo, focado na prática do desenho urbano. A ponderação sobre a adoção de um conceito fechado sobre desenho urbano está expressa em sua constatação de que esse termo “pode assumir qualquer sentido pretendido por alguém” (LANG, 2005, p. xix, tradução nossa). O autor verifica, também, que ocorre uma generalização nas definições do domínio público como objeto do desenho urbano, constituindo-se como os “lugares aos quais todos têm acesso, mesmo que esse acesso seja controlado em alguns momentos. Consiste tanto nos espaços internos quanto externos” (LANG, 2005, p. 7, tradução nossa).

Lang (2005, p.6) aborda o processo de desenho urbano classificando as intervenções segundo sua escala e seus procedimentos de implantação, partindo do pressuposto de que o desenho urbano assume distintas escalas e objetos, que podem variar da cidade como um todo até áreas específicas, podendo chegar ao ponto de determinar a forma dos edifícios e suas características particulares de tratamento exterior. Dentro dessa ideia, as intervenções de desenho urbano são classificadas pelo autor em: “*total urban design*”, “*all-of-a-piece urban design*”, “*piece-by-piece urban design*” e “*plug-in urban design*”.

⁹ As temáticas do desenho urbano apresentadas por del Rio (1990 p. 107-108), com base em Shirvani (1985), são: uso do solo; configuração espacial (coeficiente de aproveitamento e taxa ocupação dos lotes, recuos dos lotes, altura e gabarito das edificações, cones de visibilidade, relação com topografia e com o conjunto urbano existe); circulação viária e estacionamento; espaços livres de edificação; percursos de pedestres; atividades de apoio (alocação de “nós” de atividades); e mobiliário urbano, sinalização e arborização.

O “*total urban design*” é um processo que tende a se concretizar em projetos de arquitetura de grande escala, envolvendo um processo consciente de desenho urbano, tanto para o domínio público quanto para a arquitetura. Tais projetos são elaborados para uma parte ou para a totalidade da cidade, por uma equipe de profissionais específica que detém o controle sobre o processo. O autor atenta ao fato do imaginário que envolve o desenho urbano normalmente recair sobre esse processo, que, entretanto, não representa a maioria das intervenções de desenho urbano. São exemplos o Plano Piloto de Brasília, de Lúcio Costa e o projeto do centro da cidade indiana de Chandigarh, de Le Corbusier (LANG, 2005, p.28-32).

O processo denominado “*all-of-a-piece urban design*” é empregado principalmente nos casos em que o Estado não possui a capacidade de investimento para realizar todo o conjunto da intervenção desejada, seja pela escala da área de abrangência ou pela quantidade de atores envolvidos. Mesmo sob essas condições de fragmentação, um projeto único, elaborado por uma equipe de profissionais específica, possibilita a idealização de um desenho urbano “produto” para o local. Cada interessado na intervenção – como o Poder Público, os proprietários e investidores, individualmente ou em parceria – passa então a inserir o fragmento da intervenção que lhe compete. Como exemplo, o autor cita o caso do *Battery Park City* em Nova York, iniciado na década de 1960 e gradualmente implantado segundo as diretrizes estabelecidas (LANG, 2005, p.30-32).

O processo “*piece-by-piece urban design*” é o que mais se aproxima do planejamento urbano, segundo Lang (2005). Tende a se assumir a escala de bairros da cidade, e não edifícios individuais. Parte de uma intenção do Poder Público em favorecer a implementação de determinados objetivos delimitados para uma área da cidade, para os quais são elencadas diretrizes e políticas públicas (LANG, 2005, p.32). Como exemplo, o autor cita os casos em que o Poder Público municipal oferta incentivos à implantação de determinada atividade em áreas específicas, por meio de maior permissividade com alguns parâmetros urbanísticos.

O processo “*plug-in urban design*” ocorre quando o Poder Público decide implantar uma infraestrutura especificamente com o objetivo de “obter uma reação catalítica” (LANG, 2005, p.33). Esse processo pode ocorrer em duas vias – a infraestrutura pode ser implantada tanto em locais não ocupados (o que cria um vetor de ocupação) ou pode ser implantada em uma área urbana já consolidada com o objetivo de qualificá-la em um aspecto específico. Como exemplo desse processo,

Lang (2005, p.66) cita a concepção da infraestrutura de Curitiba que, por meio da implantação de elementos urbanos, arquitetônicos e de engenharia, permitiu a implantação de um sistema viário e de transporte onde foi possível “plugar” equipamentos urbanos.

Lang (2005) define o campo desenho urbano em função da conjunção com seus campos “afins” – o planejamento urbano, o paisagismo e a arquitetura. Segundo diversas situações em que o desenho urbano se “transveste” ou se utiliza desses campos afins como meio de sua própria aplicação. Ao optar por não oferecer uma definição única e decisiva sobre desenho urbano, o autor imprime um caráter difuso e ubíquo à sua prática, sempre em estreita relação com outros campos de prática sobre a cidade. Demonstra-se esse fato a partir da seguinte definição de planejamento urbano oferecida pelo autor:

[...] o planejamento urbano é preocupado principalmente com a distribuição de usos do solo em relação às redes de transporte. É focado no desenvolvimento econômico, independentemente das consequências para o desenho físico. Contudo, somente em sua melhor performance o planejamento urbano consegue considerar a terceira e quarta dimensão das cidades em vez de permitir que sejam subprodutos de outras decisões. O desenho urbano surgiu como uma atividade separada em grande parte porque o planejamento urbano negligenciou o ambiente construído nas suas deliberações para o futuro (LANG, 2005, p. 21-22, tradução nossa).

De tal modo, Lang (2005) não profere definições fechadas sobre desenho urbano e planejamento urbano, preferindo demonstrar as características próprias desses campos em uma discussão sobre sua inter-relação, conforme detalhado adiante. Estratégia similar é utilizada por Souza (2010), embora sob um olhar diametralmente oposto. Enquanto Lang (2005) trás como peça central o desenho urbano e se embasa em estudos de casos implantados, Souza enfoca o planejamento urbano e recorre a teorias das ciências sociais para expor sua posição.

Para Souza (2010), o campo necessariamente associado ao planejamento urbano (como seu “complemento”) não é o desenho urbano, mas a gestão urbana. O autor não apresenta uma definição estanque de planejamento urbano, mas embasa sua análise sobre o conceito dos distintos referenciais temporais envolvidos no planejamento e na gestão: planejamento como a antevisão de fenômenos futuros, caracterizando uma preparação para a futura gestão, pois essa é a administração de situações presentes, com recursos disponíveis, contemplando demandas imediatas.

Assim, com referenciais temporais e tipos de atividades distintos, esses campos não estabelecem uma relação de hierarquia, ao contrário, dependem um do outro (SOUZA, 2006, p.46,150-151).

Souza (2010) descreve diferentes correntes de planejamento urbano, destacando as diversas formas como este pode se desenvolver como prática e teoria sobre a cidade: planejamento físico-territorial clássico¹⁰, planejamento sistêmico¹¹, perspectivas mercadófilas¹², planejamento e gestão urbanos social-reformistas¹³ e planejamento e gestão urbanos autonomistas. Esta última corrente é proposta pelo autor como a única real possibilidade às decisões do planejamento e gestão urbana tomarem forma de modo autônomo, pois, para o autor, as outras correntes de planejamento envolvem a tomada de decisão por uma minoria em detrimento da coletividade (SOUZA, 2010, p.212). A autonomia proposta por Souza (2010) é baseada na radicalização da politização do planejamento urbano, em que ocorre “a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos [...] dando-se a oportunidade de surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes” (SOUZA, 2010, p. 175).

Já o desenho urbano é tido por Souza (2010, p.57) como um novo rótulo à prática dos arquitetos sobre a cidade, em função do desgaste que outros termos sofreram na transição do modernismo ao pós-modernismo. Essa leitura de Souza (2010) embasa parte da discussão apresentada na seção 3.6, sobre a evolução histórica dos campos planejamento urbano, desenho urbano, e sua relação.

Diferentemente da posição dos demais autores aqui analisados, Cuthbert (2003) não aborda aspectos práticos da elaboração e implementação do planejamento urbano e desenho urbano em sua análise. Sua trilogia (CUTHBERT, 2003, 2006, 2011a)¹⁴ é focada na teoria do desenho urbano, com um viés crítico em relação à maneira como esta é usualmente pautada pela autorreferenciação, pela abordagem pragmática e inflexível e pela desvinculação da realidade econômica e política em que está inserida (CUTHBERT, 2011b, p.84). Com base nessa crítica, a abordagem do autor é propositiva, no sentido de tornar o desenho urbano um campo

¹⁰ Retomado na seção 3.6.1.

¹¹ Retomado na seção 3.6.2.

¹² Retomado na seção 3.6.2.5.

¹³ Retomado na seção 3.6.2.4.

¹⁴ Aqui complementada pelo capítulo do livro *Companion to urban design: “Urban design and spatial political economy”* (CUTHBERT, 2011b).

disciplinar autônomo, dentro da sociedade e da academia¹⁵, vinculando-o à “economia política espacial em vez do determinismo arquitetônico, planejamento de políticas ou anarquia generalizada de ideias dentro da corrente principal do desenho urbano” (CUTHBERT, 2006, p. 14, tradução nossa). Tomando isso como base, define desenho urbano e planejamento urbano com base na discussão de Castells sobre o processo de produção da forma urbana, a partir da qual é “impossível separar o desenho urbano de suas funções sociais, que são interligadas com outros processos, particularmente o planejamento urbano” (CUTHBERT, 2006, p. 18, tradução nossa). A definição de Castells para desenho urbano e planejamento urbano é adotada por Cuthbert (2003), na seguinte acepção:

Nós chamamos mudança social urbana a redefinição do significado urbano. Nós chamamos de planejamento urbano a adaptação negociada de funções urbanas para um significado urbano partilhado. Nós chamamos desenho urbano a tentativa simbólica de expressar um significado urbano aceito em certas formas urbanas (CASTELLS, 2003, p. 25, tradução nossa).

A base dessa definição encontra-se no entendimento da forma urbana como a expressão simbólica material da maneira como os conflitos sociais se estruturam sobre o espaço, como detalhado anteriormente na seção 3.2, Forma Urbana.

Conclui-se, a partir desta análise, que a multiplicidade de conceitos apresentados nas abordagens contemporâneas para planejamento urbano e desenho urbano se deve, principalmente, aos distintos pontos de partida e aspectos enfocados por cada autor, como sintetizado no quadro 2, a seguir.

¹⁵ Cuthbert propõe que o escopo teórico do desenho urbano seja composto por dez temáticas, a cada qual compete uma questão específica:

“1 Teoria. Como devemos entender o desenho urbano como um esforço teórico?

2 História. O que podemos aprender a partir da história sobre o desenho das cidades?

3 Filosofia. Que sistema de significados informa o processo urbano?

4 Política. Que sistemas de valores e compromissos estão envolvidos no desenho das cidades?

5 Cultura. Como a sociedade e cultura geram a forma urbana?

6 Gênero. Que implicações o “gênero” oferece para o desenho do espaço urbano?

7 Ambiente. Quais são as implicações chave do mundo natural para o processo de desenho?

8 Estética. Como devemos entender o domínio dos sentidos em relação à forma urbana?

9 Tipologias. Quais formas organizacionais podem ser identificadas no desenho das cidades?

10 Pragmática. O que os *urban designers* precisam saber?” (CUTHBERT, 2003, p. 14, tradução nossa).

A temática socioeconômica não é tratada em específico porque permeia transversalmente todas as demais.

Quadro 2 – Aspectos utilizados para conceituação de planejamento urbano e desenho urbano

Autor	Campo	Aspectos básicos utilizados para conceituação
del Rio (1990)	Desenho urbano	Inserção na academia e na situação profissional; aspectos qualitativos com objetivo na boa forma urbana.
	Planejamento urbano	Processo integrado que envolve o desenho urbano.
Carmona et al. (2003)	Desenho urbano	Qualidades intrínsecas ao desenho urbano; contextos envolvidos no desenho urbano; dimensões atingidas pelo desenho urbano.
	Planejamento urbano	Processo integrado que envolve o desenho urbano.
Lang (2005)	Desenho urbano	Relação com outros campos (planejamento urbano, arquitetura e paisagismo); resultados visualizados em estudos de caso.
	Planejamento urbano	Relação com desenho urbano.
Souza (2010)	Desenho urbano	Perspectiva de planejamento inserida em um momento histórico; relação com o planejamento urbano.
	Planejamento urbano	Características temporais, <i>modus operandi</i> .
Cuthbert (2003, 2006, 2011)	Desenho urbano	Conceito oferecido por um autor “clássico” (Castells); características das relações sociais envolvidas.
	Planejamento urbano	Conceito oferecido por um autor “clássico” (Castells); características das relações sociais envolvidas.

Fonte: a autora, 2012.

Verifica-se que alguns autores contemporâneos conceituam planejamento urbano e desenho urbano a partir de sua relação, refletindo um entendimento de que esses campos devem sempre estar relacionados. A relação entre planejamento urbano e desenho urbano, segundo as abordagens contemporâneas, é analisada a seguir.

3.5.2 Relação entre planejamento urbano e desenho urbano

Verifica-se que há dois modos de apresentação da relação entre planejamento urbano e desenho urbano pelos autores: segundo um caráter propositivo, em que se enfoca uma situação ideal; e segundo um caráter descritivo,

em que se enfoca a narrativa dos fatos existentes. Um modo não descarta o outro por completo e ressalva-se que a descrição de fatos não é desvinculada da posição ideológica de cada autor.

Tomando como ponto inicial a abordagem de del Rio (1990), verifica-se a distinção entre tipologias de relação quando o desenho urbano é analisado como processo ou como “produto”. O autor afirma que o planejamento urbano sempre contém o processo de desenho urbano, ainda que de maneira inconsciente, e que o desenho urbano “produto” sempre é afetado pelas decisões tomadas ao longo do processo de planejamento urbano (DEL RIO, 1990, p. 57). Sob essa perspectiva, a relação entre os campos ocorre de duas formas simultaneamente: (i) o processo inconsciente de desenho urbano está inserido no planejamento urbano e (ii) o desenho urbano “produto” é alvo de dominação ou imposição do planejamento urbano.

Diante disso, o autor defende a inserção do processo consciente de desenho urbano no processo contínuo de planejamento como uma forma de tratar a “qualidade físico-ambiental do meio urbano” (DEL RIO, 1990, p. 57). Não obstante, o autor considera esses dois campos totalmente inter-relacionados, sendo um equívoco dissociá-los em momentos de atuação distintas:

Não existe um momento exato para “começar a pensar em Desenho Urbano”, esta preocupação deve estar sempre presente na administração das cidades, gerando uma inter-relação dinâmica e constante entre planos e projetos (entre o geral e o particular), entre conteúdo e continente (entre dentro e fora), entre formulação e implantação (entre início e fim) (DEL RIO, 1990, p. 57).

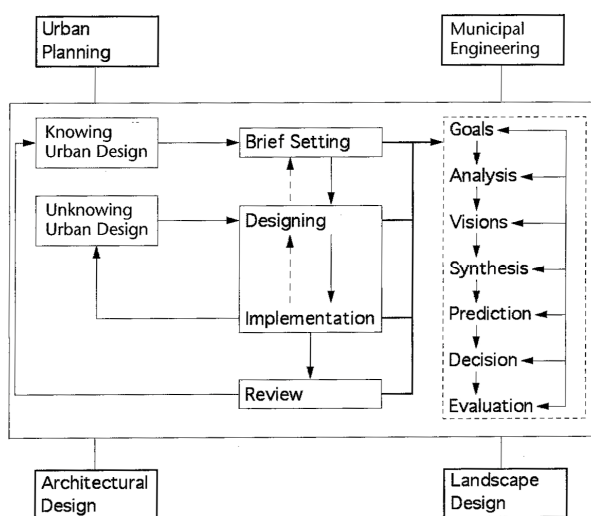
Nota-se o caráter propositivo dessa afirmação de del Rio (1990), idealizando a relação de inserção do processo consciente de desenho urbano no processo de planejamento urbano como forma de manter a absoluta e constante inter-relação entre eles.

Carmona et al. (2003) também assumem uma abordagem otimista e propositiva para a maneira como a relação entre esses campos deve ocorrer. Os autores criticam o que consideram uma postura generalizada: “O desenho urbano comumente tem sido considerado como uma escala intermediária entre planejamento (o assentamento) e arquitetura (edifícios individuais)” (CARMONA et al., 2003, p. 6, tradução nossa). Para os autores, esse entendimento não é positivo,

pois consideram mais adequada a adoção de uma visão holística e pluriescalar do desenho urbano.

Sua postura é propositiva, no sentido de demonstrar como ocorre um caso “típico” de processo integrado de desenho urbano, que envolve tanto a determinação de etapas do processo consciente de desenho urbano quanto a alimentação deste pelas práticas realizadas em nível do planejamento urbano, da arquitetura, do paisagismo e da engenharia, conforme o esquema ilustrativo da figura 3.

Figura 3 – Fluxograma de processo integrado de desenho urbano



Fonte: Carmona et al., 2003, p. 56.

Esse processo ideal, proposto por Carmona et al. (2003), pode ser interpretado como uma sobreposição parcial do escopo do desenho urbano e do planejamento urbano (assim como da arquitetura, paisagismo e engenharia), o que permite uma integração entre os dois campos estudados, ainda que haja aspectos particulares a cada um deles.

Assim, diferentemente de del Rio (1990), Carmona et al. (2003) vislumbram a relação entre planejamento urbano e desenho urbano como uma entre diversas relações existentes entre campos disciplinares distintos. Lang (2005) aprofunda essa análise, descrevendo em detalhes os tipos de relação que o desenho urbano pode assumir com o planejamento urbano.

No mesmo sentido que o exposto por del Rio (1990), Lang (2003) afirma que os planos, embora usualmente vinculados ao processo de planejamento urbano, sempre trabalham o desenho urbano de maneira direta ou indireta. A abordagem

indireta ocorre por meio de um processo que não enfoca o desenho urbano, mas cujas políticas públicas decorrentes influenciam a configuração da forma urbana. Já a abordagem direta está frequentemente ligada aos planos que contemplam a qualidade da forma urbana por meio de processo consciente de desenho urbano (LANG, 2005, p.61), resultando em um instrumento que contempla indistintamente o planejamento urbano e o desenho urbano:

O desenho urbano e o planejamento urbano se sobrepõem quando o planejamento urbano envolve o desenho físico da cidade ou de suas zonas [...], quando esses planos trabalham com visões para a cidade tridimensional e com métodos para alcançar tal visão (LANG, 2005, p. 62, tradução nossa).

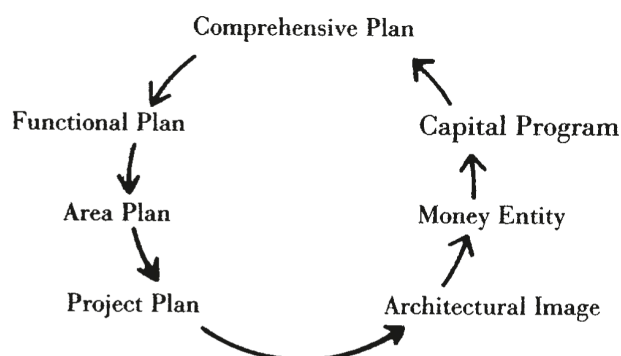
Nesse caso estão inseridos, principalmente, os planos “piloto” para novas cidades – como Brasília e Seaside – que “podem ser vistos tanto como planejamento urbano quanto como desenho urbano” (LANG, 2005, p. 62, tradução nossa). Assim, nesses casos, a relação entre planejamento urbano e desenho urbano é de interdependência ou mutualismo, pois acontecem simultaneamente e indissociavelmente.

Em contraponto à tipologia de interdependência, o autor apresenta dois aspectos que distanciam planejamento urbano e desenho urbano. Em primeiro lugar, o planejamento urbano é focado sobre a distribuição de usos do solo, de maneira a relacioná-los com o sistema de transporte e evitar a convivência de atividades incompatíveis, estando excluídas de seu foco as consequências de tais questões para o desenho urbano “produto” (LANG, 2005, p.21). Para o autor, o processo de planejamento urbano que resulta em uma lei de Zoneamento não pode ser considerado um processo consciente de desenho urbano, pois, na maioria dos casos, esses processos não são pautados pela preocupação com a qualidade da forma urbana resultante, ou seja, pelo desígnio de uma forma urbana idealizada. Isso ocorre principalmente quando o Zoneamento é trabalhado bidimensionalmente sobre um mapa na escala de todo o município, negligenciando a visão da conformação final, tridimensional, dos parâmetros urbanísticos estabelecidos (LANG, 2005, p.62). Sob estas condições, os campos são caracterizados por relação de separação entre o planejamento urbano e o processo consciente de desenho urbano.

Em segundo lugar, o planejamento urbano raramente trata as questões referentes à qualidade e ao caráter do domínio público de maneira mais detalhada do que em forma de diretrizes. Contudo, as políticas públicas fruto de tais diretrizes acabam por influenciar a configuração da forma urbana, abrindo margem a um “processo de desenho urbano escondido” (LANG, 2005, p. 64, tradução nossa) ou, segundo a denominação convencionada nesta dissertação, um processo inconsciente de desenho urbano. Assim, ao tratar a questão da forma urbana genericamente em diretrizes textuais, sem a presença de desenhos específicos, abre-se margem à implementação de intervenções distintas daquelas inicialmente pretendidas (LANG, 2005, p. 63-64).

Lang (2005) analisa o processo de planejamento urbano também sob o enfoque da relação que este constitui com o desenho urbano, e, diferentemente de del Rio (1990) e Carmona (2003) e consoante com sua abordagem tendencialmente “neutra”, não apresenta uma proposição de processo ideal envolvendo esses campos. Assim, analisa o processo idealizado por Edmund Bacon em 1969, pautado pelo princípio da continuidade do planejamento – pilar da perspectiva racionalista-abrangente e dos planos compreensivos vigentes na época (conforme detalhado na seção 3.6.2.3). A proposta de Bacon (1969) consiste em um ciclo contínuo de planos com escalas distintas – desde o plano que envolve todo o município (*comprehensive plan*) até os planos com detalhamento projetual e de financiamento, que então retroalimentam o plano mais abrangente, conforme figura 4.

Figura 4 – Desenho urbano como parte do processo de desenvolvimento



Fonte: Bacon, 1969, apud Lang, 2005, p. 65.

A análise crítica de Lang (2005) sobre esse processo resume-se na seguinte afirmação: “as questões de desenho urbano deveriam tanto derivar quanto alimentar

o plano compreensivo para o futuro da cidade. A maioria dos planos compreensivos falha em fazê-lo” (LANG, 2005, p. 66, tradução nossa). Tal falha deve-se ao fato de a maioria das cidades não lograr implantar o processo para além da regulamentação de Zoneamento sem atingir o objetivo traçado por Bacon (1969) para os “planos de área” e “planos de projeto”, em que as zonas receberiam uma proposta de caráter tridimensional. Assim, os planos não representam uma forma urbana idealizada que pode ser “efetivamente perseguida e construída” (LANG, 2005, p. 65, tradução nossa).

Um segundo ponto censurado por Lang (2005) refere-se à idealização de uma relação hierárquica unidirecional na relação entre planejamento urbano e desenho urbano, na qual as diretrizes advindas do planejamento urbano se transformariam em intervenções de desenho urbano e posteriormente projetos arquitetônicos e paisagísticos. Segundo o autor, essa é uma conclusão precipitada e simplificadora dos inúmeros aspectos envolvidos nesse processo, à qual propõe uma alternativa:

É fácil, mas enganoso, ver o processo de planejamento como algo unidirecional, em que as decisões do planejamento urbano são traduzidas em decisões de desenho urbano, que são então traduzidas em desenhos de edifícios e de paisagismo. O fluxo da tomada de decisão também deve ir em sentido contrário. Decisões importantes no nível do detalhe são ramificações para decisões em grande escala (LANG, 2005, p. 73-74, tradução nossa).

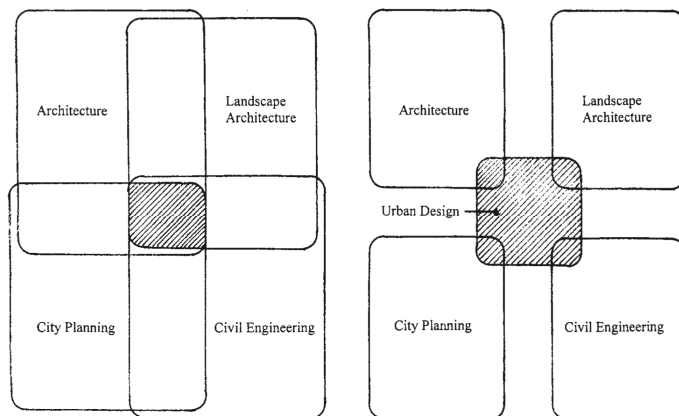
Assim, conclui-se, a partir da abordagem de Lang (2005), que a relação entre planejamento urbano e desenho urbano pode ocorrer segundo uma hierarquia de escalas, possível em ambas as direções e determinada segundo a opção por um ponto de partida na escala mais abrangente (mais frequentemente associada ao planejamento urbano) ou mais detalhada (mais frequentemente associada ao desenho urbano).

Com base na análise que empreende, Lang (2005, p.74) sintetiza as possíveis posições que o desenho urbano pode assumir na relação com o planejamento urbano: (i) tornar-se indistinto do planejamento urbano devido a uma mútua dependência; (ii) distanciar-se do planejamento urbano como processo consciente e permanecer inserido nele apenas como processo inconsciente; (iii) tornar o planejamento urbano sua subárea; e (iv) constituir-se como uma subespecialização do planejamento urbano, na qual este encontra a arquitetura e o paisagismo.

O autor também descreve como a relação do desenho urbano com os campos do paisagismo e da arquitetura acontece. Embora não se enfoque esses elementos neste trabalho, cabe destacar que o autor não caracteriza uma hierarquia entre arquitetura, paisagismo e planejamento urbano em sua relação com o desenho urbano, apenas diferencia e enumera as distintas situações que os campos se relacionam. Para o autor, o desenho urbano é um campo de atuação de todas as disciplinas mencionadas, mas cada um possui processos específicos que levam a resultados distintos de desenho urbano. As práticas dessas disciplinas podem ser consideradas desenho urbano quando atendem aos critérios de trabalhar com a tridimensionalidade da forma urbana e considerar o impacto gerado pelo desenho urbano proposto no contexto a que pertencem (para além do contexto restrito da concepção do desenho).

Em suas conclusões, Lang (2005, p.393) contrapõe uma visão própria à visão tradicional do desenho urbano como o campo de interseção entre planejamento urbano, paisagismo, arquitetura e engenharia civil – situações esboçadas graficamente na figura 5.

Figura 5 – Visão tradicional e visão de Lang na conformação do campo disciplinar do desenho urbano



Fonte: Lang, 2005, p. 394.

Para Lang (2005, p.394) as relações que o desenho urbano guarda com o tais disciplinas são determinantes para sua especialização em um campo disciplinar e área de atuação própria e exclusiva.

Dentre os autores analisados, Souza (2010) é o único que não apresenta uma abordagem propositiva sobre como deve ocorrer a relação entre planejamento urbano e desenho urbano. Sua interpretação para essa questão é reflexiva, baseada

nos aspectos históricos da constituição distintos em natureza e origem. Como apresentado na seção 3.4, Souza (2010, p.55-59) opta por não discutir a diferença entre urbanismo e desenho urbano, tratando-os como campos equivalentes, mas distintos do planejamento urbano:

Planejamento urbano (o qual deve, aliás, ser sempre pensado junto com a gestão, seu complemento indissociável), sugere, por conseguinte, um contexto mais amplo que aquele representado pelas expressões Urbanismo e Desenho Urbano. O planejamento urbano *inclui* o Urbanismo (ou o Desenho Urbano, como preferirem); o último é um *subconjunto* do primeiro (SOUZA, 2010, p. 58-59, grifo do autor).

Assim, é possível esboçar a relação apontada por Souza como a inserção do desenho urbano no planejamento urbano, tanto sob a situação atual visualizada pelo autor quanto para sua proposta de planejamento urbano autonomista – sobre a qual destaca em relação ao desenho urbano: “recusam-se receitas apriorísticas e aceita-se a variabilidade de soluções e preferências (locais, regionais, etc.), deixando-se essa questão, como muitas outras, para a alçada decisória da própria coletividade organizada” (SOUZA, 2010, p. 212).

Cuthbert (2003; 2006; 2011a; 2011b), em sua visão reflexiva e crítica, considera o desenho urbano um campo destituído de teoria substancial própria e “colonizado” pelos campos da arquitetura e do planejamento urbano. Para o autor, a diferença entre esses três campos pode ser sintetizada da seguinte maneira:

- a) arquitetura: “restrita ao projeto de edifícios individuais, que são governados por parâmetros impostos por ambientes artificialmente criados [...] a função essencial da arquitetura é defensiva” (CUTHBERT, 2006, p. 13, tradução nossa);
- b) desenho urbano: “representado como um sistema aberto que usa elementos individuais de arquitetura e o ambiente urbano [...] focado na interação social e comunicação no domínio público” (CUTHBERT, 2006, p. 13, tradução nossa);
- c) planejamento urbano: “agente de Estado controlando a produção e reprodução do lucro proveniente da terra, alocando bens de consumo coletivo” (CUTHBERT, 2006, p. 13, tradução nossa).

Essa leitura é detalhada por meio da comparação entre os elementos de cada campo, segundo a síntese apresentada no quadro 3, Quadro 3 a seguir.

Quadro 3 – Visão sistêmica dos limites e abrangências da arquitetura, desenho urbano e planejamento urbano

Elemento	Arquitetura	Desenho urbano	Planejamento urbano
Estrutura	Estática + atividade humana	Morfologia do espaço e forma (história + atividade humana)	Burocracia governamental
Ambiente	Três dimensões (sistema fechado)	Quatro dimensões (sistema aberto)	Economia política do Estado
Recursos	Materiais + energia + teoria do desenho	Arquitetura + espaço e ambiente + teoria social	Sistemas de legitimação e comunicação
Objetivos	Fechamento social/ proteção física	Comunicação e interação social	Implementar a ideologia prevalecente de poder
Comportamento	Parâmetros de desenho: ambientes controlados artificialmente	Dinâmicas de mercados de terra urbana	Dinâmicas das sociedades capitalistas avançadas



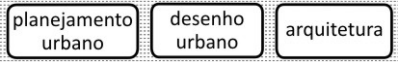



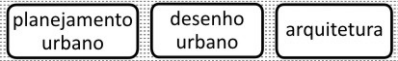

Fonte: Cuthbert, 2006, p. 13, tradução nossa.

A tendência da interpretação do autor é caracterizar o planejamento urbano como algo dominado pelo Estado e pela ideologia, e o desenho urbano como algo com natureza e objetivos mais concretos ou pragmáticos, semelhantes, em natureza, à arquitetura. Cuthbert (2006) propõe a quebra da dominação do desenho urbano pelo planejamento urbano e pela arquitetura, tornando sua relação simétrica por meio da valorização do desenho urbano vinculado à economia política espacial.

Da mesma forma que os conceitos, a relação entre planejamento urbano e desenho urbano é expressa contemporaneamente segundo diferentes circunstâncias. As tipologias de relação entre planejamento urbano e desenho urbano identificadas nas abordagens dos autores contemporâneos estão sintetizadas no quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Tipologias de relação entre planejamento urbano e desenho urbano identificadas nas abordagens contemporâneas





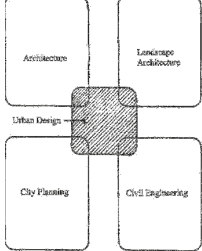
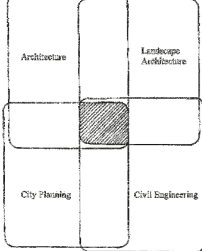
(continua)

Autor	Tipologia de relação	Situação
del Rio (1990)		O processo de P.U. sempre contém o D.U., ainda que somente de modo inconsciente.
		O D.U. “produto” é subordinado ao P.U.
Carmona et al. (2003)		Modo equivocado de visualizar a relação, segundo o autor – o D.U. “produto” é visto como escala intermediária entre o P.U. e arquitetura.
		Modo correto de visualizar a relação, segundo o autor – parte do escopo do D.U. sobrepõe-se ao escopo do P.U.
Souza (2010)		O D.U. é parte do P.U. (o conteúdo do segundo é mais abrangente que o primeiro), tanto na situação proposta quanto na atual visualizada pelo autor.
Cuthbert (2003, 2006, 2011a, 2011b)		Situação atual visualizada pelo autor – subordinação do campo disciplinar D.U. ao P.U. e à arquitetura.
		Situação atual visualizada pelo autor – o campo D.U. mantido entre o P.U. e arquitetura.
		Simetria proposta pelo autor entre os campos disciplinares do P.U e D.U.

Fonte: a autora, 2012.

Quadro 4 – Tipologias de relação entre planejamento urbano e desenho urbano identificadas nas abordagens contemporâneas

(conclusão)

Autor	Tipologia de relação	Situação
Lang (2005)		D.U. torna-se indistinto do P.U. devido a uma mútua dependência.
		Processo consciente de D.U. atua de modo independente do P.U.
		Processo consciente de D.U. e D.U. “produto” subordinados ao P.U.
		Processo consciente de D.U. dominante sobre o P.U.
	 <p data-bbox="483 1263 807 1296">Fonte: Lang (2005, p. 394).</p>	<p data-bbox="906 1039 1406 1117">Modo equivocado de visualizar a relação, segundo o autor –</p> <p data-bbox="879 1128 1433 1263">D.U. como um campo de conjunção do planejamento urbano, arquitetura, paisagismo e engenharia.</p>
	 <p data-bbox="483 1599 807 1632">Fonte: Lang (2005, p. 394).</p>	<p data-bbox="879 1397 1433 1565">Situação proposta pelo autor – sobreposição parcial dos conteúdos do D.U. e do planejamento urbano, arquitetura, paisagismo e engenharia.</p>

Fonte: a autora, 2012.

Tomando a análise realizada nesta seção como um ponto de partida para a compreensão de como ocorre a relação entre planejamento urbano e desenho urbano, conclui-se, neste estágio, que pode ser expressa de múltiplas maneiras, segundo a abordagem de cada autor. Verificou-se que todas as tipologias de relação hipoteticamente estabelecidas na seção 2, Metodologia da Pesquisa, se apresentaram sob diferentes posicionamentos propositivos e reflexivos dos autores.

Enquanto del Rio (1990), Carmona et al. (2003) e Lang (2005) apresentam uma abordagem mais reflexiva sobre a realidade existente e “organizadora” do pensamento e da prática envolvida nos campos analisados, Souza (2010) e Cuthbert (2003, 2006, 2011a, 2011b) apresentam análises que servem de suporte à suas teorias, apresentando abordagens mais propositivas sobre como esses campos deveriam se comportar em uma situação nova e diferente da existente.

Essa análise evidencia a pluralidade de modos de configuração da relação entre planejamento urbano e desenho urbano, que, embora pareçam pertinentes se considerados os pontos de partida de cada obra e cada autor, denotam: (i) um pequeno debate interno entre as obras de caráter reflexivo (conforme enunciado acima), que tendencialmente adotam ou criam teorias sem significativo escrutínio de outras teorias; (ii) uma tendência à predominância da análise dos aspectos de um dos campos em especial, em detrimento de análise em igual medida do outro; e (iii) a ausência de um consenso sobre como ocorre a relação entre planejamento urbano e desenho urbano nas referências contemporâneas.

Essa pluralidade e toda a inconclusividade que gera sobre a questão demonstra que planejamento urbano e desenho urbano não são campos herméticos no compartilhamento de um objeto – a cidade. Assim, longe de ser conclusiva, essa etapa da pesquisa suscita mais questões do que oferece respostas. Retoma-se alguns desses pontos na conclusão deste trabalho, após uma reflexão sobre a principal questão que permanece a partir desta análise: como esses campos chegaram a atual conformação, com as características identificadas ao longo da análise presente nesta seção. Com o objetivo de esclarecer esse questionamento, analisa-se a evolução histórica dos campos planejamento urbano e desenho urbano a seguir.

3.6 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A presente seção apresenta a evolução histórica do planejamento urbano e desenho urbano conjuntamente, apontando suas particularidades ao longo do caminho. Toma-se como ponto de partida para a presente análise a definição de desenho urbano como um processo que pode se desenvolver consciente ou inconscientemente.

Considera-se a análise da evolução histórica peça-chave no entendimento sobre os aspectos que levaram planejamento urbano e desenho urbano a se conformarem segundo a dicotomia apresentada no início deste trabalho, como também segundo a pluralidade de conceitos e de possíveis relações identificadas pelos autores analisados na seção 3.5.

Demonstra-se, nesta seção, como a relação entre planejamento urbano e desenho urbano acontece de diferentes formas, sob dois paradigmas. Em um primeiro momento – arraigados sob o paradigma de uma ciência autoafirmada, que versa sobre os problemas urbanos –, o processo consciente de desenho urbano e o processo de planejamento de etapas de concretização desse desígnio conformam a relação entre os campos aqui analisados. Com a transição a um segundo paradigma – que envolve a ascensão de novas metodologias, disciplinas e teorias sobre a cidade e o fenômeno urbano –, planejamento urbano e desenho urbano têm sua relação transformada, ao passo que a própria conformação específica de cada um se transforma. Entende-se paradigma com base na teoria de Kuhn (2000), sob os dois sentidos apontados pelo autor:

De um lado, indica toda constelação de crenças, valores, técnicas, etc..., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregados como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal (KUHN, 2000, p. 218).

O primeiro sentido demonstra que paradigma é o que une uma comunidade científica, sem o qual esta não pode existir. Já o segundo sentido refere-se às “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes da ciência” (KUHN, 2000, p. 13).

Assim, a “ciência normal” é a praticada por uma maioria que pressupõe conhecer o fenômeno e ser capaz de explicá-lo com base no paradigma aceito (KUHN, 2000, p.57-66), definindo uma tradição de investigação que detém a prerrogativa de decidir sobre a legitimidade científica de um determinado problema (AGAMBEN, 2002).

Quando um paradigma passa a não mais explicar um fenômeno, a “ciência normal” passa a um momento de crise em que seus métodos e crenças são

rejeitados e substituídos por outros, que buscam construir um novo paradigma. Essa transição é marcada por um período de competição entre o paradigma aceito anteriormente e novas teorias que buscam explicar um problema científico de uma nova forma, na tentativa de estabelecer um novo paradigma. Esse processo, que pode resultar em uma “revolução científica”, ocorre em um contexto de incerteza profissional (KUHN, 2000, p.93-95, 184).

Ressalva-se que a aplicação da teoria de Kuhn nas ciências sociais conta com um grau de controvérsia, pois o autor baseia toda sua análise sobre as ciências da natureza, além de apontar diferenças essenciais entre elas. Assim, há autores que rejeitam sua aplicação às ciências sociais – vide Dogan (1996). Essa controvérsia é ampliada se considerados aqueles que discutem a própria legitimidade científica do conjunto de teorias sobre a cidade – vide Marshal (2012), em relação ao desenho urbano, e Choay (2010a, 2010b), em relação ao conjunto de teorias anteriores aos anos 1970.

Contudo, verifica-se, da mesma forma, uma série de autores que empregam a teoria de Kuhn para além das ciências da natureza. Kozen (2011) a utiliza para explicar mudanças na sociologia urbana descritas por Gottdiener e Hutchison (2010); Fishman (2011) a utiliza para explicar as mudanças de paradigma no desenho urbano; Galloway e Mahayni (1977) a utilizam para explicar as mudanças de paradigma no planejamento urbano; e Taylor (1999), contrariamente, usa a teoria de Kuhn (2000) para afirmar que não houve mudanças de paradigmas no planejamento urbano.

Ao que pese o próprio posicionamento de Kuhn (2000), o autor afirma que é necessário ampliar a discussão presente em sua obra ao tratar das ciências sociais (KUHN, 2000, p.223) e afirma que a essência das ciências da natureza é distinta das ciências sociais, pois enquanto na primeira a educação básica é pautada na “ciência normal” em que não ocorre o questionamento dos paradigmas vigentes, na segunda o estudante “é constantemente posto a par da imensa variedade de problemas [... e] numerosas soluções para tais problemas, conflitantes e incomensuráveis – soluções que, em última instância, ele terá que avaliar por si mesmo” (KUHN, 2000, p. 207).

Assim, adota-se o entendimento de Kuhn (2000) sobre o sentido de paradigma, tendo em mente, todavia, a diferença entre a velocidade das transformações do mundo físico e da natureza – analisados diretamente pelo autor –

em relação às transformações das relações sociais, em que se inserem a cidade e o fenômeno urbano.

Os dois paradigmas identificados na relação entre planejamento urbano e desenho urbano conformam dois grandes períodos com características comuns – mas não homogêneos em todo seu transcurso – que se subdividem em períodos menores, com características específicas. Esses períodos e subperíodos foram identificados nas obras dos seguintes autores:

- a) Hall e Tewdwr-Jones (2011), que apresentam uma revisão histórica do planejamento urbano norte-americano e europeu;
- b) Choay (2010a), que apresenta uma análise das correntes de pensamento urbanístico até a década de 1960 – quando é publicada sua obra;
- c) Villaça (1999), que apresenta uma revisão histórica do planejamento urbano brasileiro;
- d) Souza (2010), que realiza uma tipologização das correntes de planejamento urbano; e
- e) Monte-Mór (2008), Costa (2008) e Araújo (2008), cujas abordagens se complementam, compondo uma classificação de pensamentos e práticas segundo métodos institucionalizados em diferentes momentos.

Realizou-se uma síntese e compêndio dos períodos e subperíodos elencados por esses autores, complementando informações necessárias, de forma a construir uma evolução histórica unificada. Nesta análise, a experiência brasileira é inserida em um contexto de difusão internacional das “soluções” para as cidades, que partem do centro do sistema capitalista para os países periféricos:

O desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro [...] criou os chamados “problemas urbanos” e, com eles, a necessidade de buscar soluções nas propostas elaboradas por países desenvolvidos. Assim, as diversas tendências e correntes, surgidas no centro do sistema capitalista, vão sendo incorporadas “tardamente” pela periferia. No caso das cidades, à medida que as “mazelas” geradas pela concentração populacional e industrial vão surgindo no processo de expansão do capitalismo, vão sendo importadas, também, as “soluções” (MONTE-MÓR, 2008, p. 34).

Na periodização apresentada, destacam-se características identificadas na evolução histórica da experiência brasileira, norte-americanas e europeias – entre as quais foram identificadas fortes correlações temporais que corroboram a afirmação anterior sobre a incorporação brasileira de “soluções” criadas nesses países.

Ressalta-se que o objetivo com a adoção dessa periodização não é apresentar uma interpretação reducionista acerca do pensamento e da prática sobre as cidades, pois faz-se presente a consciência acerca da miríade de fatores presentes ao longo dessa evolução histórica. Assim, esses períodos são colocados como grandes grupos com características comuns que permitem identificar as transformações do planejamento urbano e desenho urbano ao longo do tempo. As datas apresentadas são aproximações, e adverte-se sobre a sobreposição de alguns aspectos em distintos períodos. Cada período remete a uma perspectiva preponderante, identificada (na abordagem dos autores mencionados) por meio das seguintes características: instrumentos, enfoque e legitimação – conforme apresentado, em caráter introdutório, no quadro 5, abaixo:

Quadro 5 – Perspectivas de planejamento urbano e desenho urbano e suas características

Período	Perspectiva	Principais autores	Instrumentos	Enfoque	Legitimação
Surge com a Revolução Industrial	(i)	Choay (2010a)	(i)	Modelos de cidade ideal e críticas sem modelo	(i)
Mudança de paradigma					
Década de 1875 a 1930	Estético-elitista	Villaça (1999)	Plano de embelezamento e melhoramento	Modelos de cidade ideal	Hegemonia da elite
Década de 1930 a 1960	Racionalista-progressista	Choay (2010a) Hall; Tewdwr-Jones (2011)	<i>Master plan</i> ; <i>Blueprint</i>	Modelos de cidade ideal e Regulatório	Tecnocracia; Estado de bem-estar social
Mudança de paradigma					
Década de 1960 a 1980	Racionalista-abrangente	Souza (2010) Monte-Mór (2008) Costa (2008) Araújo (2008)	Plano Local Integrado	Regulatório	Tecnocracia; Estado de bem-estar social
Década de 1980 - hoje	Social-reformista (ii)	Souza (2010) Monte-Mór (2008) Costa (2008) Araújo (2008)	Plano Diretor Participativo	Justiça socioespacial	Participação popular
Década de 1980 - hoje	Mercadofila (ii)	Souza (2010)	Plano estratégico; Projeto urb. estratégico; GPU	Intervenções Pontuais; Grandes Projetos Urbanos	Construção de consensos; Estado Neoliberal
(i) Não é objeto de análise neste trabalho. (ii) Termo empregado com base em Souza (2010).					

Fonte: elaborado pela autora com base em Araújo (2008), Costa (2008), Hall; Tewdwr-Jones (2011), Monte-Mór (2008), Souza (2010), Villaça (1999).

A construção da evolução histórica tem como ponto de partida a urbanização decorrente da Revolução Industrial, fenômeno jamais visto, em igual proporção e conteúdo, até então. Antes disso, a prática sobre a cidade restringia-se a “*normas* de composição arquitetônica, baseados em critérios estéticos, funcionais ou construtivos e, [...] estas *artes urbanas* não se propunham a *explicar* a cidade

enquanto fenômeno espacial” (KOHLSDORF, 1985, p.18, grifo da autora). Os “problemas urbanos” e a conformação da sociedade industrial despertaram pensadores sobre origens e implicações do fenômeno da urbanização¹⁶.

A partir do período de agudização da industrialização e da urbanização, o processo consciente de desenho urbano ganha força por meio de uma atividade intelectual que estará intensamente presente na prática e no pensamento sobre a cidade até a década de 1960: a idealização de modelos de cidade.

Os modelos de cidade ideal são trazidos como solução aos problemas urbanos decorrentes da industrialização. O termo “modelo” é utilizado a partir da seguinte definição: “tipos de projeções espaciais, de imagens da cidade futura” (CHOAY, 2010a, p. 7). Choay (2010a) aplica-o no sentido de idealização de uma cidade-tipo – que contempla, necessariamente, aspectos da forma urbana com maior ou menor teor de detalhamento. Desse modo, a concepção de uma imagem de cidade a partir de uma projeção espacial colocada anteriormente à sua concretização corresponde a um processo consciente de desenho urbano, nos moldes da definição exposta preliminarmente na seção 3.3.1.

As teorias que surgem nesse período têm a característica de provir de teóricos com distintas formações e de associar os problemas urbanos às questões sociais, econômicas e políticas – em uma crítica à sociedade industrial. Os modelos de cidade ideal são desenvolvidos em duas correntes: progressista (a partir das obras de Owen, Fourier, Richardson, Cabet e Proudhon) e culturalista (a partir das obras de Ruskin e Morris) (CHOAY, 2010a, p.7-15). Ambas as correntes pautam suas teorias sobre a homogeneidade reprodutível de modelos de cidade: “Em todos os casos, a cidade, ao invés de ser pensada como processo ou problema, é sempre colocada como uma coisa, um objeto reprodutível” (CHOAY, 2010a, p. 14).

Contudo, há ainda uma terceira corrente: a crítica de Engels e Marx à sociedade industrial – desprovida de modelos, pois não recorre ao “mito da desordem urbana” e a sua contraposição idealizada (CHOAY, 2010a, p. 3-15), estudando os processos sociais sem relação direta com a forma urbana (CUTHBERT, 2006, p.2).

¹⁶ Em um período denominado por Choay (2010a) como “pré-urbanismo”.

Eles não opõem a essa ordem a imagem abstrata de uma cidade nova. A cidade, para eles, é apenas o aspecto particular de um problema geral e sua forma futura está ligada ao advento da sociedade sem classes. É importante e inútil, antes de qualquer tomada de poder revolucionário, tentar prever o futuro planejamento (CHOAY, 2010a, p. 15).

Essa corrente é a única em que não está presente o processo consciente de desenho urbano, adotado, pelas demais, com o objetivo de contrapor à cidade dos “problemas urbanos” uma cidade ideal, livre deles (CHOAY, 2010a, p. 16-17). Marx e Engels tomam os problemas urbanos como consequência das relações sociais de modo indiferente às proposições de cidade futura, assim como o desenvolvimento imediatamente posterior de suas teorias mantém-se à parte do enfoque urbanístico (BENEVOLO, 1981, p.89,150). Assim, o desenvolvimento das práticas e teorias sobre a cidade não encontram alicerce sob essa corrente estritamente crítica, mas sob o fortalecimento das correntes que adotam o desígnio consciente de modelos de cidade ideal.

Esse fato marca o desenvolvimento das modernas ciências sociais à parte do enfoque na forma urbana e voltado fortemente à análise dos processos socioeconômicos intrínsecos à cidade (CUTHBERT, 2006, p.2). Não obstante, a abordagem crítica de Marx e Engels é retomada posteriormente, com força e destaque no pensamento e na prática sobre a cidade, como detalhado na seção 3.6.2.

A evolução desse cenário é elucidada nas seções subsequentes, com o detalhamento do conteúdo sintetizado no quadro 5. Ao final da seção 3.6, Evolução Histórica, é apresentada uma síntese da relação entre planejamento urbano e desenho urbano ao longo do tempo, por meio do uso das tipologias de relação identificadas na metodologia da pesquisa (seção 2). A análise a seguir expõe os aspectos que levaram à primeira mudança de paradigma percebida na construção dessa evolução histórica – a autoafirmação de uma ciência baseada na concepção de modelos de cidade, a partir da evolução das correntes progressista e culturalista.

3.6.1 A primeira mudança de paradigma: a autoafirmação de uma ciência

A primeira das mudanças de paradigma mencionadas acontece com a autoafirmação de teorias em torno de uma ciência com o objetivo de solucionar os problemas urbanos. Em contraste com as características da fase precedente, esse

momento é marcado pela especialização – cuja figura-chave é o arquiteto despolitizado – esgotando a pluridisciplinaridade anterior e dedicando-se menos à reflexão crítica sobre a sociedade e mais à concepção de modelos de cidade ideal (CHOAY, 2010a, p.18). As experiências que decorrem são caracterizadas pela ausência da intenção de investigar características sociais, políticas, econômicas e ambientais envolvidas na urbanização (FAINSTEIN, 2005, p.122).

Assim, a “pretensão científica” é o fator que distingue essa circunstância das tradições anteriores (CHOAY, 2010a, p.2-3). Em torno desse novo paradigma, a comunidade de teóricos oferece soluções aos problemas urbanos a partir de uma verdade universalmente aceita – a concepção de modelos de cidade ideal, por meio de um processo consciente de desenho urbano.

Essa ciência autoafirmada estava pautada em um determinismo pessimista, que busca “a solução não no conserto, mas sim na fuga” (ULTRAMARI, 2009, p. 173). As teorias se desenvolvem, desse modo, sob três correntes: (i) naturalista, a exemplo da (norte-americana) *Broadacre City* de Wright; (ii) culturalista, a exemplo da (também norte-americana) *Garden City* de Howard (que influenciou, posteriormente, Unwin e Parker); e (iii) progressista, à exemplo dos modelos europeus da Cidade Industrial de Tony Garnier, da *Ciudad Lineal* de Soria y Mata; e da *Ville Radieuse* de Le Corbusier (CHOAY, 2010a; p.18-34; HALL; TEWDWR-JONES, p.28-53, 2011).

Essas teorias urbanísticas ao mesmo tempo anunciavam um discurso científico e silenciavam sobre sua dimensão utópica (CHOAY, 2010b, p.266-306). Embora pautadas em princípios distintos, essas correntes possuem a característica comum da contraposição da realidade urbana existente por meio da idealização, processo típico da utopia: “tal como a utopia, esses textos opõem duas imagens da cidade, uma negativa que traça o balanço de suas desordens e de seus defeitos, a outra positiva que apresenta um modelo espacial ordenado” (CHOAY, 2010b, p. 266). A dimensão utópica, contudo, não é assumida por essas teorias, autoafirmadas sob um discurso científico que prega verdades sem considerar questionamentos autocríticos quanto à sua epistemologia (CHOAY, 2010b, p. 291). A constatação acerca dessa característica e a titulação dos personagens desse momento histórico como “utópicos”, são fruto de reflexões posteriores e externas a essas teorias, desencadeadas com uma mudança de paradigma, como detalhado na seção 3.6.2.

Os modelos derivados dessas teorias, quando transpostos à concretização sobre a cidade, geravam um desenho urbano “produto”, ou seja, a concretização de um desígnio de forma urbana com características próprias. Esse processo envolve o planejamento de etapas para a concretização do desígnio antevisto – desde a concepção até a execução do desenho urbano “produto”. Assim, é possível afirmar que esse processo consciente de desenho urbano contém o planejamento em si mesmo. Ambos estão inter-relacionados em uma relação de mutualismo, em uma simbiose que pressupõe a existência conjunta de planejamento urbano e desenho urbano.

Esse planejamento urbano, todavia, em lugar de uma abordagem abrangente dos aspectos da urbanização, está restrito aos passos necessários à concretização do desenho urbano idealizado. Assim, a elaboração de planos que pressupunha a definição de um “estado final” de cidade, sem a preocupação de consolidar um processo contínuo de planejamento urbano, em que as mutações das relações sociais são acomodadas (HALL; TEWDWR-JONES, 2011, p. 53).

[...] a produção de planos¹⁷, ou declarações do estado final futuro da cidade (ou região), como eles desejavam vê-lo: na maioria dos casos, eles eram muito menos preocupados com o planejamento como um processo contínuo que teve de acomodar as forças sutis e mutantes no mundo exterior. Sua visão parece ter sido do planejador como comandante onisciente, que deveria criar novas formas de assentamento, e talvez também destruir as antigas, sem interferência ou questionamento. As complexidades do planejamento em uma economia mista, na qual interesses privados vão iniciar muito do desenvolvimento que realmente ocorre, ou em uma democracia participativa, em que indivíduos e grupos têm suas próprias, geralmente contraditórias, noções do que deve acontecer – tudo isso estava ausente dos textos da maioria desses pioneiros (HALL; TEWDWR-JONES, 2011, p. 53, tradução nossa).

Essa característica de proximidade entre o processo consciente de desenho urbano e o planejamento de ações para realizá-lo justifica a adoção, por alguns autores, dos termos “*physical planning*” (HALL; TEWDWR-JONES, 2011) e “planejamento físico-territorial” (SOUZA, 2010) para denominar essa situação.

Em um período marcado pela (i) consolidação da industrialização da produção de bens, (ii) ascensão das lógicas capitalistas de mercado, (iii) força do Estado de bem-estar social e (iv) presença da especialização técnica como base para a organização das funções produtivas e sociais (ASCHER, 2010, p. 23-24); a

¹⁷ Convencionou-se traduzir o termo “*blueprint*” como “plano”.

idealização de modelos de cidades pelos arquitetos estava desconectada de uma perspectiva focada nas relações sociais de produção do espaço, e voltada à “tentativa de organizar este espaço segundo uma dominância ideológica” (MONTE-MÓR, 2008, p. 33).

Sob este paradigma aqui apresentado, destacam-se duas perspectivas que se desenvolvem consecutivamente no Brasil: estético-elitista e racionalista-progressista, analisadas a seguir.

3.6.1.1 Perspectiva estético-elitista

Adota-se como origem da perspectiva estético-elitista a identificação realizada por Villaça (1999, p.193-194) do primeiro documento com importância para o urbanismo brasileiro, elaborado em 1875: o “Relatório da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro”. Esse documento integra um conjunto de “planos de melhoramento e embelezamento urbano” concebidos no país até a década de 1930, tendo o Plano Prestes Maia para São Paulo como o último dessa perspectiva (VILLAÇA, 1999, p.198).

Leme (1995, p.352) aponta para a transferência, à época, da prática e pensamento movidos na Europa ao discurso acerca das necessidades das cidades brasileiras, não obstante as discrepâncias entre essas realidades. No Brasil, esse momento é caracterizado pela formação de engenheiros-civis e engenheiros-arquitetos como profissionais aptos à prática urbanística.

A principal característica dessa época é a hegemonia da classe dominante brasileira – atuante na proposição clara e aberta de intervenções de embelezamento das cidades, já que suas “condições de hegemonia eram tais que lhe permitia fazê-lo” (VILLAÇA, 1999, p. 197). As intervenções de Haussmann em Paris constituem inspiração estrangeira para as demandas da elite brasileira pelo embelezamento, saneamento e modernização das cidades (LEME, 1999).

Esses planos consolidavam um processo consciente de desígnio à forma urbana por parte da elite legitimada e com força para promover a implantação de intervenções nas cidades, como a reforma e ampliação de portos marítimos e fluviais

e o melhoramento de áreas centrais¹⁸ (LEME, 1999, p.22-24; VILLAÇA, 1999, p. 197). De especial relevância, também, são as intervenções sanitaristas realizadas nesse momento, envolvendo planos de saneamento e de expansão das cidades (LEME, 1995, p.353-354).

O processo consciente de desenho urbano era efetivado sobre a cidade por meio do planejamento de ações para a efetivação da intervenção idealizada sobre o espaço urbano, em uma relação simbiótica, de mútua dependência.

Essa fase embrionária envolve, no país, a prática de melhoramentos de partes das cidades – o que se transforma, a partir de 1930, com o desenvolvimento de planos para o conjunto urbano (LEME, 1995, p.23-25). A superação da perspectiva estético-elitista ocorre com a ascensão da burguesia urbano-industrial, classe que passa a necessitar de uma constante produção e reprodução dos mecanismos imperativos à manutenção de seu *status quo* (VILLAÇA, 1999), dentre eles, os planos – elaborados sob a nova perspectiva racionalista-progressista.

3.6.1.2 Perspectiva racionalista-progressista

Assim como na perspectiva estético-elitista, os planos elaborados a partir da década de 1930 continuam apresentando propostas de intervenção sobre a forma urbana, mas passam a carregar forte conteúdo de dominação ideológica da burguesia urbano-industrial brasileira.

Os planos abdicam do objetivo de embelezamento e inaugura-se um novo momento, sob uma perspectiva racionalista-progressista. As novas dimensões tomadas pelos problemas urbanos, aliadas à perda da hegemonia pela elite urbana, transformam os planos em um discurso que “esconde a direção tomada pelas obras e pelos investimentos que obedecem a um plano não explícito” (MARICATO, 2002, p. 138).

Em 1930, é elaborado o primeiro Plano Diretor brasileiro: o Plano Agache para o Rio de Janeiro. A prática de elaboração dos Planos Diretores, no Brasil, se estende até os anos 1960, com base na tecnocracia, sobretudo na força propositiva dos arquitetos e executiva dos engenheiros (MONTE-MÓR, 2008, p.43). A principal

¹⁸ Como exemplo de intervenções, Leme (1999, p. 23-25) cita a readequação dos portos de Vitória, Recife e Porto Alegre, o melhoramento na área central de Niterói, São Paulo

característica quanto à forma urbana é de “uma visão de totalidade, [...] articulação entre os bairros, o centro e a extensão das cidades através de sistemas de vias e de transportes. Neste período são formuladas as primeiras propostas de Zoneamento” (LEME, 1999, p. 25-26).

A eficiência suplanta a estética na composição da forma urbana e na busca da industrialização – objetivo em que as cidades tinham papel fundamental (VILLAÇA, 1999). Essa prática é fortemente regulatória, em que o Estado é capaz de intervir maciçamente e exercer plenamente “seus poderes de controle e disciplinamento da expansão urbana e do uso da terra” (SOUZA, 2010, p. 124).

Em reação à crise de 1929, a década de 1930 observa a ascensão do modelo de Estado de bem-estar social, que se expande após a Segunda Guerra Mundial, cujas bases são a ampla capacidade de regulação da economia, o provimento de serviços sociais e a realização de investimentos pelo Estado. A retórica autocentrada das teorias e práticas sobre a cidade era compatível com esse Estado fortalecido e centralizador.

Assim, o problema urbano se deslocava da pré-concepção ideológico-formal do espaço, segundo uma análise funcional do organismo ou instrumento “cidade”, para uma visão da aglomeração urbana centrada na ideia de resolução técnica dos serviços de consumo coletivo que o Estado era crescentemente chamado a assumir, aliada à tentativa de “ordenação” do espaço em expansão pela localização de investimentos indutores e legislação apropriada ao controle social (MONTE-MÓR, 2008, p. 43).

Durante o período de vigência da perspectiva racionalista-progressista são regulamentados os cursos de Arquitetura nas universidades brasileiras, aos quais se vinculam os estudos urbanos em nível de graduação e pós-graduação (LEME, 1999). Gomes e Lima (1999, p.136) destacam que em Belo Horizonte o “oferecimento dessa formação, bem como a disseminação do ideário do movimento moderno no campo da arquitetura e do urbanismo terão papel decisivo na entrada em cena dos arquitetos no equacionamento e proposição referentes à cidade”. Essa situação pode ser transposta ao cenário brasileiro em geral.

As propostas urbanísticas se multiplicaram no Brasil com base nos modelos de cidade das correntes estrangeiras, dentre as quais preponderou a corrente progressista, vinculada ao movimento modernista, com destaque na constituição de novas cidades e conjuntos habitacionais. A corrente progressista foi amplamente apregoada pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (fundados em

1928), pela Carta de Atenas e pelo arquiteto franco-suíço Le Corbusier, seu principal representante, que vinculava diretamente ao papel do arquiteto a produção do espaço urbano (LE CORBUSIER, 2008, p. 99¹⁹).

Choay (2010b, p. 298) afirma que Le Corbusier é o personagem em que a característica utópica das teorias urbanísticas repercute com maior ênfase, pois suas proposições de modelos de cidade desconsideravam a conservação do caráter do lugar, julgando-se capazes de construir uma sociedade nova e ideal.

De modo geral, a adoção dos princípios modernistas significou, no pensamento e prática sobre a cidade, “uma extensão da atividade profissional do arquiteto e, assim, opõe-se a um entendimento multidisciplinar” (ULTRAMARI, 2009, p. 177).

O processo consciente de desenho urbano e o processo de planejamento urbano modernistas tinham como objetivo ajustar a cidade à era industrial. Era pautado pelos princípios de universalidade: não considerava as especificidades locais e de indivíduos no tratamento dos espaços; adotava de um Zoneamento hiper-restritivo das funções urbanas habitar, trabalhar, recrear e circular; priorizava a ordem, regularidade, higiene e funcionamento da cidade como uma máquina com o objetivo de espelhar a racionalidade da produção industrial (TORRES, 1996, p.18; CHOAY, 2010a, p. 18-26). A diferenciação de funções segundo zonas urbanas específicas tornou-se uma prática pautada pela racionalidade, com o objetivo de garantir a reprodução, na cidade, das condições para a produção capitalista e a “superação” da cidade renascentista, precedente à sociedade industrial (ASCHER, 2010, p. 23-24). Esses elementos levaram a prática e o pensamento modernistas a serem considerados o ápice do apriorismo no tratamento da cidade (SOUZA, 2010, p.124-127).

Tais preceitos de racionalidade simplificadora e rígida na alocação das funções urbanas são materializados pelo Estado de bem-estar social na provisão de habitação popular, equipamentos e serviços públicos, consolidando um modelo “fordista-keynesiano-corbusiano” (ASCHER, 2010, p. 28).

A corrente progressista foi adotada na elaboração de planos para diversas cidades no mundo, como Paris, São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Argel, Barcelona e Estocolmo (TORRES, 1996, p.18).

¹⁹ Texto original publicado em 1946, na França.

Em 1929, antes de concluir seus projetos para a “cidade radiosa”, Le Corbusier visitou a América do Sul [...] o Rio de Janeiro impressionou-o como uma cidade linear natural [...]. A forma desse terreno urbano parece ter sugerido espontaneamente a idéia da cidade-viaduto, e Le Corbusier imediatamente esboçou uma extensão do Rio em forma de uma via costeira de cerca de seis quilômetros de comprimento, cem metros acima do solo e compreendendo quinze andares de “lugares artificiais” para uso residencial, colocados sob a superfície da via (FRAMPTON, 1997, p. 218).

De forma ainda mais pronunciada, os princípios dessa corrente marcaram a construção de novas cidades, como Brasília e Chandigarh, tornando-as ícones do modernismo. Frampton destaca a importância que o modelo da *Ville Radieuse* teve sobre essas concepções:

Embora a cidade radiante nunca se tenha concretizado, sua influência como modelo evolutivo sobre o desenvolvimento urbano do pós-guerra na Europa e em outros lugares foi bastante grande. Além dos inúmeros esquemas de conjuntos habitacionais, a organização específica de duas novas capitais ficou claramente em dívida com as idéias contidas na *Ville Radieuse*: o plano piloto de Le Corbusier para Chandigarh, de 1950, e o projeto de Lúcio Costa para Brasília, em 1957 (FRAMPTON, 1997, p. 221).

A importação, pelo Brasil, do modelo progressista-racionalista serviu aos interesses de implantação de novos símbolos de dominação ideológica na década de 1950. O momento político do país era de estruturação de um governo central que buscava o fortalecimento do país com base no desenvolvimentismo. Isso acontecia em paralelo com a manutenção de práticas locais clientelistas, que exigiam do governo central meios de obter apoio dessas bases populares. O Plano Piloto de Brasília – expressão máxima brasileira da corrente progressista e do movimento modernista – é concebido pelo arquiteto Lúcio Costa, em 1957, e materializa um símbolo de integração nacional e de uma nova era no desenvolvimento brasileiro (MONTE-MÓR, 2008, p.38-40).

Ao atribuir uma supervalorização à capacidade de transformação estrutural do espaço programado, os urbanistas progressistas concebiam estruturas urbanas apoiadas em estruturas socioeconômicas inexistentes ou utópicas, fazendo com que, obviamente, o espaço resultante, muitas vezes guardasse pouco das intenções iniciais de sua concepção. [...] Assim, em sua macroestrutura, Brasília não difere das cidades brasileiras geradas no capitalismo industrial recente, onde, a par de uma área central onde se concentram o capital e as classes dominantes, a cidade se estende em uma periferia destituída de infra-estrutura e serviços, ou seja, “marginal” à acumulação de capital fixo, refletindo, no nível urbano, o que se observa no nível nacional e regional (MONTE-MÓR, 2008, p. 41-42).

Outras cidades brasileiras também nasceram a partir de “Planos Piloto”, caracterizados não pelo planejamento urbano contínuo, mas pelo projeto de cidade acabada, como por exemplo Goiânia (1938) e Maringá (1940) – seguindo o modelo Garden City; e Volta Redonda (1942) – seguindo o modelo da Cidade Industrial.

Alfred Agache foi, também, um personagem de grande influência sobre o pensamento e a prática racionalista-progressista brasileira, tendo passado pelas cidades de Curitiba, Rio de Janeiro, Recife e Vitória. Ambos de origem francófona, Agache e Le Corbusier pertenciam a linhas de pensamento e a grupos distintos (LEME, 1999, p.30). As preocupações de Agache em relação ao conhecimento da realidade eram mais significativas, embora também recorresse ao processo consciente de desenho urbano como ferramenta de solução aos problemas urbanos. Leme (1999, p.362) afirma que dentre as três partes do Plano Diretor do Rio de Janeiro, o que constitui a essência do plano é o “modelo de cidade ideal e proposições para atingi-la”. Moreira (1999) destaca que, influenciadas por Agache, a maioria das propostas realizadas para Recife nesse período envolvia o processo consciente de desenho urbano na idealização da cidade desejada:

Não eram mais simples propostas de embelezamento urbano, na medida em que este urbanismo integrava diversas análises e contributos, inclusive do próprio movimento moderno (idéias de *zoning*, liberação do solo, *green-belt*), mas uma mensagem a nível da imagem e a nível estético do que deveria ser a cidade desejável. Estes planos de certa forma detinham um entendimento morfológico da cidade, que os conduzia a atingir grande complexidade na elaboração de suas propostas com belos efeitos cênicos e visuais (MOREIRA, 1999, p. 154).

Já em São Paulo, a partir da década de 1940, as experiências norte-americanas influenciaram a adoção do Zoneamento como o principal instrumento urbanístico, com o objetivo era a proteção do valor da terra das áreas de interesse da elite. Ao contrário do Plano de Avenidas – o último da perspectiva estético-elitista, em que havia uma preocupação com aspectos estéticos, segundo os interesses da elite –, a nova perspectiva racionalista-progressista reflete, em São Paulo, o Zoneamento como um instrumento voltado à ordem funcional e a esse aspecto vincula a beleza da cidade (FELDMAN, 2005, p.113,123,153). Não obstante, as propostas iniciais para o Zoneamento incluíam um modelo de cidade ideal, envolvendo um processo consciente de desenho urbano que busca uma “cidade polinucleada, rarefeita, com uma clara hierarquia organizacional e funcional, para a

qual a unidade de vizinhança, a superquadra e a cidade jardim são as referências” (FELDMAN, 2005, p. 117). Já em 1957, propõe-se um modelo de cidade descentralizada, caracterizada pela hierarquização da circulação, do uso do solo e das funções urbanas, e pela oposição ao desenho radio-concêntrico (FELDMAN, 2005, p.92).

A característica que diferencia São Paulo e sua influência norte-americana é o fato de o Zoneamento não ser implantado integralmente, pois é constantemente alterado e composto em pedaços, segundo a flexibilidade preconizada pelo exemplo estrangeiro, de modo a incluir os interesses privados nesse processo. Assim, embora tenha havido um desígnio sobre a forma urbana nas concepções do Zoneamento de São Paulo, esta forma urbana não se efetiva no conjunto da cidade.

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi o ápice do paradigma sob a perspectiva racionalista-progressista e seus elementos regulatórios, culminando nas décadas de 1950 e 1960, e decaindo na década de 1970. Verifica-se, entretanto, que pautado pela ideologia tecnocrática, esse tipo de pensamento e prática regulatória sobre a cidade ainda encontra espaço em diversos países, como no Brasil, em que a herança de seu “espírito funcionalista de Zoneamento do uso do solo” (SOUZA, 2010, p. 131) é significativa, conforme demonstrado na seção 3.6.2.3. Souza destaca que a parte do modernismo que “sobreviveu e resiste até hoje na prática de planejamento nos mais diferentes países não é tanto a sua estética, mas sim o espírito funcionalista de Zoneamento do uso do solo” (SOUZA, 2010, p. 131).

Conclui-se sobre a perspectiva racionalista-progressista que, assim como a perspectiva estético-elitista, utiliza o processo consciente de desenho urbano na determinação sobre formas urbanas específicas e o planejamento de ações para a efetivação desses planos. O personagem-chave dessa perspectiva é o arquiteto-urbanista, e nela a relação entre desenho urbano e planejamento urbano ocorre sobre um mutualismo, envolvendo dependência simbiótica e indissociabilidade.

Contudo, a pretensão científica autolegitimada na capacidade de instauração de uma nova ordem social por meio do processo de idealização de uma forma urbana “final” se revela inócua diante do fato de que grande parte da ocupação urbana nas cidades brasileiras ocorreu à parte dos Planos Diretores e Planos Pilotos (SIEMBIEDA, 2010, p. 293).

[...] as pessoas ocupam a “cidade real”, não a “cidade desenhada”. Quando a cidade desenhada não pode encontrar as necessidades das pessoas, a cidade real emerge como uma condição necessária à ordem social. O Modernismo simplesmente não pode lidar com tal dualidade (SIEMBIEDA, 2010, p. 293).

Sob um cenário de intensa aceleração do processo de urbanização, o Brasil participa de um momento em que uma mudança de paradigma transforma a prática e o pensamento sobre as cidades.

3.6.2 A segunda mudança de paradigma: o novo olhar das ciências sociais

O processo de saturação do paradigma vigente toma corpo entre as décadas de 1950 e 1970, a partir de dois movimentos interdependentes: a crítica ao pensamento e às práticas modernistas sobre a cidade e a ascensão de práticas e teorias de outras ciências, com destaque para a psicologia, cibernética e ciências sociais.

A década de 1960 foi momento de intensos protestos nas cidades norte-americanas e europeias que passaram por processos de renovação urbana após a Segunda Guerra Mundial, com base nos preceitos da Carta de Atenas: “Critica-se tanto o impacto dos empreendimentos sobre o meio ambiente e a vida das comunidades quanto a própria qualidade dos espaços urbanos e da arquitetura” (DEL RIO, 1990, p. 19).

A psicologia (por meio dos estudos do comportamento) se colocou diante da crítica à sensação de monotonia que a uniformização modernista impunha sobre seus espaços urbanos²⁰.

No campo intelectual, a crítica às teorias da perspectiva racionalista-progressista surge ainda nos anos 1910 e se avoluma após a Segunda Guerra Mundial, desenvolvendo-se “paralelamente e proporcionalmente à importância das realizações do urbanismo [...] foi muito mais precoce nos Estados Unidos e na Inglaterra que na França” (CHOAY, 2010a, p. 35). O principal conteúdo dessa crítica refere-se à arbitrariedade e ao apriorismo dos princípios modernistas,

²⁰ Jane Jacobs publica em 1961 sua obra *The life and death of great american cities* (JACOBS, 2009), contra os corbusianos e de cidade-jardim (HALL, 2011, p. 308-309). Kevin Lynch, com sua obra *The image of the city*, publicada em 1960, pioneiriza a abordagem humana na análise da cidade, trabalhando a percepção das pessoas em relação ao espaço urbano (CHOAY, 2010, p. 48-49).

rompendo com o paradigma de modelos de cidade. Censura-se o declínio do espaço público enquanto lugar de cidadania, e a perda do valor simbólico dos espaços urbanos em detrimento do enfoque no valor dos aspectos funcionais (ANDRADE, 1995, 347-348).

Tal movimento de crítica parte de arquitetos dissidentes do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna e de um conjunto de profissões ligadas às ciências sociais, tais como história, sociologia, geografia, economia, direito e psicologia (CHOAY, 2010a, p. 35).

A partir de 1947, cerca de vinte anos após sua fundação, o CIAM passa a ter suas bases questionadas por arquitetos que dele participam, especialmente aqueles da nova geração (FRAMPTON, 1997, p.329). Em 1956, o décimo CIAM foi palco de importantes críticas por parte do *Team X*, grupo de arquitetos surgido dentro do próprio CIAM, resultando em sua extinção. Um encontro do *Team X* em 1959 propiciou um intercâmbio e desenvolvimento das ideias do grupo, pautadas, contudo, ainda sobre a proposição de modelos segundo desígnios conscientes sobre a forma urbana, embora sob um olhar crítico às realizações corbusianas (FRAMPTON, 1997, p.331-339). Na década de 1960, passada essa fase, “o Team X só continuaria a existir como movimento nominalmente, uma vez que já se realizara aquilo que se pretendia alcançar por uma crítica criativa dos CIAM” (FRAMPTON, 1997, p. 338).

Durante o pós-guerra, cidades europeias iniciaram processos de renovação, em que se destaca Bolonha, a partir de um discurso distinto daquele do Movimento Moderno, em que pese as características do contexto local como objeto de preservação e valorização (ARANTES, 2001, p.177).

Os anos 1960 são um marco de transição na prática e pensamento sobre as cidades, em que a explosão demográfica e de ocupação do solo tomam proporções que inviabilizam as soluções preconizadas até então, ocorrendo uma “implosão da utopia sobre si mesma”²¹ (FRAMPTON, 1997, p. 341). Em um período de incerteza profissional e sobre seu legítimo papel, arquitetos duvidosos de antigas convicções

²¹ A partir desse ponto, propostas sobre modelos de cidade são passadas a assumir características extremas por parte do grupo Archigram e dos metabolistas japoneses, cujas formas propostas são realmente difíceis de serem incorporadas à realidade e não logram repercussão semelhante ao da corrente progressista, culturalista e naturalista na vigência do paradigma anterior.

dividiram-se “tanto para dedicar-se à ação social direta quanto para entregar-se à projeção da arquitetura como uma forma de arte” (FRAMPTON, 1997, p. 341).

Em contraponto aos planos estanques, de determinismo de uma forma urbana acabada, a obra de Patrick Geddes é a precursora do planejamento urbano como processo contínuo. Para ele, o planejamento deve considerar o mundo real, trabalhando na realidade social e econômica existentes. A sequência do planejamento, tal qual colocada por Geddes, consistia na elaboração de um plano que envolvia o levantamento da situação existente, a análise (ou diagnóstico) dessa situação e a identificação das soluções para as questões apontadas (HALL; TEWDWR-JONES, 2001, p. 250) – etapas cumpridas ainda hoje nos Planos Diretores brasileiros.

Hall e Tewdwr-Jones (2011, p.53), observam que Geddes foi um biólogo estudioso da Sociologia e História, logo não integra o grupo dos arquitetos-urbanistas. A natureza de sua formação condiz com sua teoria: enquanto a função do arquiteto era claramente propositiva, Geddes parte da perspectiva analítica. Como mencionado na seção 3.4, Choay (2010a, p. 39) associa o termo “*town-planner*” aos profissionais que aplicam a teoria de Geddes, em detrimento dos arquitetos-urbanistas, cujo enfoque recai sobre a proposição de modelos de cidade.

A partir da teoria de Geddes surge o planejamento urbano como metodologia processual contínua, que não adota o processo consciente de desenho urbano em seu escopo, suprimindo a recorrência ao modelo e reprodução de propostas determinísticas e universais, destituídas de análise sobre o contexto social, econômico, ambiental e político. Para essa nova metodologia, “não existe uma cidade-tipo do futuro, mas tantas cidades quantos casos particulares” (CHOAY, 2010a, p. 40). Assim, o planejamento urbano – antes unido ao processo consciente de desenho urbano com o objetivo de compor formas urbanas ideais e finais, de modo apriorístico – passa a ser tomado como um processo em que o método de levantamento da realidade existente é o aspecto essencial.

Outra contribuição à ascensão do planejamento urbano como uma atividade contínua é ocasionada com o surgimento da cibernética, permitindo o desenvolvimento da metodologia do “planejamento sistêmico”. Essa tipologia de planejamento envolve, além do processo de levantamento-análise-proposta, o contínuo monitoramento e avaliação das decisões e objetivos, evidenciando as

divergências entre o estado planejado e o estado real encontrado, por meio de ferramentas tecnológicas que permitem a interação constante entre o planejamento e o controle do sistema (HALL; TEWDWR-JONES, 2011, p. 250). Ressalta-se, contudo, que o enfoque sistêmico não substituiu o enfoque regulatório na prática sobre a cidade, embora tenha deixado como herança um pensamento e prática menos apriorísticos do que os existentes na perspectiva anterior, racionalista-progressista, além da “consciência do planejamento como devendo ser concebido como um processo constante” (SOUZA, 2010, p. 133-134).

No final dos anos 1960 e início da década de 1970, novas teorias marcam um significativo período de transformações também na Sociologia e na Geografia. Até esse período, a “ecologia humana”, baseada na teoria de Darwin, predominou como forma de análise baseada na adaptação orgânica da população ao ambiente (GOTTDIENER; BUDD, 2005, p.140).

A ecologia humana, portanto, com sua ênfase na adaptação, foi particularmente inadequada à compreensão do conflito urbano durante os anos 1960 e o longo período de desindustrialização que ocorreu desde então, como consequência de mudanças no sistema capitalista mundial (GOTTDIENER; BUDD, 2005, p. 140, tradução nossa).

Novas teorias marxistas são agregadas aos estudos urbanos nesse momento, dentre elas o estudo do processo de acumulação do capital como explicação dos processos específicos de articulação do espaço (TORRES, 1996, p.11). Denominada “abordagem socioespacial”, essa nova forma de analisar o fenômeno urbano é descrita por Gottdiener e Feagin (1988, p.163), e por Gottdiener e Budd (2005, p.140) como uma mudança de paradigma.

De acordo com essa abordagem socioespacial, a vida urbana não foi uma adaptação de uma espécie a um ambiente, mas a produção de forças e escolhas, de estrutura e agência, como indivíduos pertencentes a distintas classes sociais encontraram modos de viver e consumir dentro de suas possibilidades e dentro do sistema de produção industrial capitalista (GOTTDIENER; BUDD, 2005, p. 142, tradução nossa).

A partir do desenvolvimento dos estudos urbanos segundo a teoria marxista, consolida-se uma crítica à prática e à teorização sobre a cidade nos moldes do paradigma vigente, principalmente em relação à sua autolegitimação da ciência e sua despolitização e descontextualização dos fenômenos sociais (HALL, 2011, p.400).

[...] na Inglaterra e nos Estados Unidos, os geógrafos David Harvey e Doreen Massey ajudavam a explicar o crescimento e a transformação urbanos em termos de circulação de capital; em Paris, Manuel Castells e Henri Lefebvre desenvolviam teorias sociologicamente embasadas. [...] Na França, Lokjine e outros afirmavam que a principal e expressa preocupação do Estado era, através de estratégias tais como planejamento macroeconômico e correlato investimento em infra-estrutura, calçar e incentivar os produtivos investimentos diretos do capital privado. Castells, ao contrário, argumentava que a função principal do Estado era suprir o consumo coletivo – como no caso da habitação popular, das escolas ou do transporte de massa –, de ajudar a garantir a reprodução da força de trabalho e abafar a luta de classes, o que era essencial para a manutenção do sistema (HALL, 2011, p. 397).

Surge um novo paradigma, baseado em teorias que propunham novas formas de explicar o fenômeno urbano. A visão dos teóricos marxistas era de que o planejamento urbano é a ação do Estado que busca facilitar o acúmulo de capital por meio da alocação racional de recursos na cidade – como a implantação de infraestrutura – e da oferta de serviços sociais – como habitação popular e transporte – que propiciam a reprodução da força de trabalho, e da ação pautada sobre o direito de propriedade privada do solo urbano, garantindo a manutenção do *status quo* capitalista (HALL, 2011, p.399; SOUZA, 2010, p.26). Toda essa produção intelectual, surgida no âmago da Sociologia e da Geografia (TORRES, 1996, p.2), foi determinante na superação dos paradigmas anteriores, cujos modelos de cidade eram incapazes “de reconhecer na cidade o espaço precípuo da luta de classes” (MONTE-MÓR, 2008, p. 36).

Há, portanto, um distanciamento da abordagem ligada aos aspectos propositivos para a forma urbana ideal, já que ocorre a diminuição do papel do arquiteto e ampliação de outras disciplinas nas proposições para as cidades (DEL RIO, 1990, p. 32). Contudo, surgiram “novas formas de gerenciar a cidade, mas muito pouco se propôs em termos de como construí-la, de como dar-lhe forma, de como nos apropriarmos dela pela obra” (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p. 29).

Esse movimento de protestos e críticas ao movimento modernista, aliado às novas teorias de corte marxista, restituiu o sentido de politização do tratamento das questões urbanas. A partir de 1970, consolida-se, nos Estados Unidos e Europa, o “planejamento urbano politizado”, com práticas de participação popular e teorias sobre os conflitos de interesses no processo planejamento (HALL; TEWDWR-JONES, 2011, p.249). A transposição dessa perspectiva ao planejamento urbano

brasileiro, entretanto, teve que esperar a redemocratização do país – conforme detalhado na seção 3.6.2.4.

Todos esses aspectos integram a superação do modernismo, passando, à “pós-modernidade” (HARVEY, 2007) ou “baixa modernidade” (ASCHER, 2010). A forma urbana criada tanto sob a égide do modernismo quanto do pós-modernismo está ligada ao funcionamento do sistema capitalista, entretanto, o “papel desenvolvido pela forma urbana pós-moderna é se apropriar ou restaurar significado designado através de processos de rediferenciação social e espacial” (ZUKIN, 2003, p. 52).

A acumulação flexível é transformada no pós-modernismo, e isso reflete o fim do Estado de bem-estar e dos credos arquitetônicos do modernismo. A ingenuidade sobre as normas universais e os ambientes ideais para viver e trabalhar é perdida. Há pouca segurança nesse processo porque a acumulação flexível torna irrealista os horizontes de planejamento de longo prazo. A “destruição criativa” não avança mais sob o guarda-chuva único de um grande e unificado sistema ideológico. O pós-modernismo é um equívoco cultural que permite a divergência e heterogeneidade. O termo significa uma direção, mas não um destino. Sua agenda de arquitetura sugere uma antítese. O modernismo negou a história, o pós-modernismo a abraça. O modernismo devastava a paisagem de uma cidade, o pós-modernismo respeita o contexto existente e da cultura da vida urbana. O modernismo desprezou a cultura existente, o pós-modernismo a apoia em todas as suas formas “populares”. O modernismo ignorava protótipos vernaculares, o pós-modernismo elabora tipologias de todas as origens (CLARKE, 2003, p. 38, tradução nossa).

A pluralidade do pós-modernismo se faz presente também nas diversas modalidades de planejamento urbano despontadas nas décadas recentes. Assim, o enfoque regulatório não desapareceu, mas “seu enfraquecimento vem dando origem a uma pluralidade de correntes e estratégias” (SOUZA, 2010, p. 136).

[...] considero o pós-modernismo no sentido amplo como uma ruptura com a idéia modernista de que o planejamento e o desenvolvimento devem concentrar-se em *planos* urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada (as superfícies “funcionalistas” austeras do modernismo de “estilo internacional”). O pós-modernismo cultiva, em vez disso, um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras e uma “colagem” de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros. Como é impossível comandar a metrópole exceto aos pedaços, o *projeto* urbano (e observe-se que os pós-modernistas antes projetam do que planejam) deseja somente ser sensível às tradições vernáculas, às histórias locais, aos desejos, necessidades e fantasias particulares, gerando formas arquitetônicas especializadas, e até altamente sob medida, que podem variar dos espaços íntimos e personalizados ao esplendor do

espetáculo, passando pela monumentalidade tradicional (HARVEY, 2007, p. 69).

Essa afirmação de Harvey (2007) demonstra como as práticas e teorias anteriores tratavam a cidade de forma integral, como um “todo racional”, enquanto as perspectivas pós-modernistas tem como base a fragmentação, o tratamento de partes da cidade, a pluralidade de atores e intenções no desígnio sobre a forma urbana.

Portanto, há uma mudança de paradigma entre as décadas de 1950 e 1970. O período anterior é marcado pelo inter-relacionamento de desenho urbano e planejamento urbano no pensamento e prática sobre a cidade. Em uma condição simbiótica, de mútua dependência, planos físico-territoriais eram elaborados sob a convicção da possibilidade de criar uma forma urbana ideal. Esse contexto é marcado pela força propositiva dos arquitetos, em detrimento de uma ligação direta com as ciências sociais.

A partir de uma mudança de paradigma, o planejamento urbano ascende como campo interdisciplinar apto a congregar distintas disciplinas em torno do objeto “cidade” ou “fenômeno urbano”. O desenho urbano torna-se um campo disciplinar distinto do planejamento urbano, permanecendo ligado, contudo, à prática profissional dos arquitetos – conforme detalhado na seção a seguir. A partir desse ponto, a relação entre planejamento urbano e desenho urbano passa a se configurar de distintas maneiras teóricas e práticas, em contextos a partir dos quais não há mais lugar para hegemonias, conformando-os em uma relação de independência entre planejamento urbano e desenho urbano.

3.6.2.1 A consolidação do desenho urbano como campo disciplinar

O desenho urbano surge e se consolida como campo disciplinar específico, distinto do urbanismo, entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1970. Com a mudança de paradigma e o direcionamento do planejamento urbano às ciências sociais, abre-se um espaço em relação à teoria e prática propositiva para a forma urbana.

O desenho urbano também preencheu uma lacuna profissional. Após o fracasso percebido nos esquemas de renovação urbana do pós-guerra, arquitetos e planejadores urbanos perderam o interesse em imaginar a

forma futura do ambiente urbano, criando uma lacuna profissional que precisava ser preenchida. Havia a necessidade de um grupo de profissionais capazes de imaginar o futuro da cidade de novas formas, para além do lote individual, que era a principal preocupação do empreendedor privado, e em um nível mais concreto do que os mapas de larga escala e diagramas dos planejadores urbanos e regionais (TIBBALDS, 1988 apud MADANIPOUR, 2006, p. 177, tradução nossa).

Arquitetos, no Brasil e no exterior, passam por uma “crise de identidade”, divididos entre a herança modernista e o planejamento urbano emergente a partir das ciências sociais.

Forma-se uma quantidade razoável de “planejadores urbanos” que, se oriundos das escolas de arquitetura, abandonaram o ferramental básico de sua profissão e buscaram nas ciências sociais, principalmente na economia e na sociologia, novos instrumentos para intervir no tecido urbano, sem, entretanto, abandonar os preconceitos e o formalismo do movimento moderno da arquitetura (GASTAL, 1984, p. 74).

Nos anos 1970, houve no Brasil uma transição da busca por referências francesas para as referências anglo-saxônicas (GASTAL, 1984, p. 74). Nos Estados Unidos, é notável o movimento de consolidação do desenho urbano como “subcampo distinto do planejamento” (SHIRVANI, 1985, p. 3), pois havia o interesse, por parte dos intelectuais do país, em “criar uma versão pragmática e americanizada para a construção das cidades sob a rubrica evocativa do desenho urbano” (SOJA, 2009, p. 255, tradução nossa) e em buscar a qualidade na forma urbana distante dos preceitos modernistas (MOUDON, 2003, p. 362).

A Universidade de Harvard esteve entre as pioneiras em criar um programa acadêmico em desenho urbano, em 1960. Distintamente do Brasil, nos Estados Unidos o desenho urbano é ofertado tanto como um programa de graduação específico, quanto uma área de concentração da graduação em arquitetura ou em planejamento urbano (BARNETT, 1982, p.12-13).

Harvard foi também palco de uma conferência em 1956²², em que o termo “*urban design*” foi adotado como substituto ao “*civic design*”, como expressão do rompimento com os preceitos do movimento *City Beautiful* e do movimento modernista, presentes no período anterior, e sua ênfase na elaboração de edifícios públicos e nos planos de cidade “final”, buscando a inserção no processo contínuo de planejamento, como já se começava a preconizar (BARNETT, 2009, p. 105).

²² Mesmo ano da última edição do CIAM.

Essa opção também reflete o desmonte do Estado centralizador e fortalecido, capaz de construir e gerir suas próprias instituições, suplantando pelo Estado neoliberal, com a crescente dominação das funções e atividades de bem-estar social pelo setor privado (CUTHBERT, 2003, p.6).

A Conferência de Harvard ocorreu em um período de otimismo e confiança, no auge da economia fordista, em que se tornava possível pensar em soluções para os “problemas remanescentes da metrópole moderna, tais como a necessidade de domar a voraz [...] expansão suburbana e insuflar o renascimento nas áreas mais pobres do centro da cidade” (SOJA, 2009, p. 255). Os programas de renovação urbana encontraram naquele momento amplas oportunidades de concretização de grandes intervenções, ligando sua prática ao recém-criado campo disciplinar do desenho urbano, e trazendo a ela algumas implicações:

Um efeito negativo, claro, é que a forte associação do desenho urbano com programas de renovação urbana contaminou e continua a confundir o pensamento de muitos sobre os métodos e potenciais do campo. Um erro comum é ver o desenho urbano como a chamada arquitetura de grande escala. Não se pode negar que, em qualquer cidade, é possível que haja vários projetos grandes públicos, privados ou em parceria público-privada que podem ser citados como “desenho urbano”, mas é importante reconhecer que estes grandes projetos não são o único foco do desenho urbano (SHIRVANI, 1985, p. 3, tradução nossa).

Havia também nessa Conferência um forte espírito congregador de arquitetos, paisagistas, planejadores urbanos. José Luis Sert – idealizador da conferência – preconizava, na ocasião, o desenho urbano como “ramo do planejamento urbano, mas com uma profunda herança e perspectiva arquitetônica” (SOJA, 2009, p. 255). Para ele, o desenho urbano era a parte mais criativa e artística do planejamento urbano, pois trabalha um desígnio à forma (KRIEGER; SAUNDERS, 2009, p. 3-4).

Contudo, o otimismo presente nessa Conferência se dissolveu com a crise econômica dos anos 1960 e a explosão do crescimento urbano na década de 1970 – contexto que transformou as cidades e exigiu intervenções imediatas em busca da retomada do crescimento econômico e da tranquilidade social (SOJA, 2009, p. 256). Isso acarretou uma configuração disciplinar do desenho urbano distante da proposta original de Sert, voltando-se à arquitetura e “afastando-se cada vez mais das correntes do planejamento urbano e regional” (SOJA, 2009, p. 256). Embora o desenho urbano se valha da reflexão analítica de outras disciplinas – como a

psicologia, a antropologia e a ecologia (KOHLSDORF, 1985, p.42) – não atinge o status de um campo interdisciplinar semelhante ao do planejamento urbano.

A difusão da produção intelectual sobre desenho urbano em países anglo-saxões influenciou os novos rumos tomados nos trabalhos de arquitetos brasileiros desde a década de 1970, com forte apelo crítico ao pensamento e prática modernistas (MALTA, 1984, p. 52). Os anos 1980 foram pródigos em resultados desse processo, com destaque para os Seminários sobre desenho urbano no Brasil (SEDUR), realizados em 1982, 1984 e 1986, e a publicação do livro de Vicente del Rio em 1990. Essas obras, ainda hoje, são consideradas as principais referências brasileiras do quadro teórico específico sobre desenho urbano, já que a produção intelectual brasileira não acompanhou a profícua produção estrangeira sobre o tema.

O organizador do SEDUR, Benamy Turkienicz, destacou, à época, a importância dos anais dos eventos ante a escassez de referências brasileiras sobre o tema. Turkienicz destaca, ainda, que o sucesso do II SEDUR é parcialmente devido ao comprometimento dos participantes em relação à convocatória do seminário:

[...] em não confundir desenho urbano com planejamento urbano e em colocar em evidência a forma da cidade. Ficou bem clara a necessidade de explicitar que existia uma área disciplinar específica a ser debatida (TURKIENICZ, 1984a, p. 5).

Ao contrário dos Estados Unidos – onde algumas universidades optaram por tê-lo como currículo de graduação único, ou integrante dos cursos de arquitetura ou planejamento urbano – no Brasil, o desenho urbano somente integra-se ao curso de Arquitetura e Urbanismo. Dessa maneira, se mantém distante das ciências sociais e de sua tradição analítica, voltando-se à disciplina de Arquitetura e Urbanismo cuja essência é “*normativa e prospectiva*; em outras palavras, mais voltada diretamente para *como as coisas deveriam ser* do que para *como as coisas são*” (HOLANDA, 2000, p. 9-10, tradução nossa).

Ressalta-se, ainda, que alguns autores anglo-saxões, como Cuthbert (2011a) e Lang (2005), consideram a inexistência de um quadro teórico composto exclusivamente para o desenho urbano um fator que o subjugava às teorias do planejamento urbano e da arquitetura, e defendem a sua consolidação como campo autônomo, conforme exposto anteriormente na seção 3.5.

Marshall (2012, p.259-265) questiona a cientificidade do desenho urbano a partir de uma análise de obras “clássicas” desse campo, concluindo que não passam por um escrutínio sistematizado para serem corroboradas ou descartadas. O autor afirma que o desenho urbano é um campo de saber que não possui uma teoria sólida, e que, embora haja pesquisas que agreguem conhecimentos segundo procedimentos “científicos”, o conjunto da teoria que subsidia a prática do desenho urbano é algo indefinido, destituído de um grau completo de cientificidade. O autor conclui que há três possibilidades de enfrentamento desse campo: (i) como uma arte (não ciência), (ii) como uma prática iluminada pela ciência, (iii) ou como uma ciência – em sua visão, inconsistente.

Independentemente de constituir-se como uma ciência, uma arte ou uma prática esclarecida cientificamente, é possível apresentar a definição de desenho urbano como um campo disciplinar de formação e atuação dos “arquitetos e urbanistas” brasileiros, cujo objeto é o desígnio sobre a forma urbana por meio de um processo consciente.

3.6.2.2 A consolidação do planejamento urbano como campo interdisciplinar

A mudança de paradigma ocorrida entre 1950 e 1970 transformou o escopo da prática e do pensamento sobre a cidade, consolidando a interdisciplinaridade no trato das questões urbanas sob o planejamento urbano. Ocorre, com isso, uma transformação no modo como o desenho urbano é utilizado como um processo consciente, relacionando-se de maneira distinta o planejamento urbano. O processo inconsciente de desenho urbano e seu “produto”, entretanto, permanecem determinados pelas relações sociais, culturais, econômicas, institucionais, técnicas e jurídicas de cada época.

A força das ciências sociais traz novas formas de tratar as questões urbanas, voltadas aos processos sociais, econômicos, políticos e culturais com causas e repercussões espaciais. O entendimento da ciência voltada às questões espaciais com foco na proposição de modelos por meio de um processo consciente de desenho urbano é superado em função da nova abordagem focada na análise das relações sociais. A regulação e a era dos planos físico-territoriais são sobrepujadas pelo planejamento urbano compreensivo, sistêmico e politizado.

O planejamento urbano constitui-se, no Brasil, como um campo interdisciplinar, pois não há cursos de graduação específicos em planejamento urbano no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos. No Brasil, os primeiros cursos de pós-graduação em planejamento urbano e regional foram criados no início dos anos 1970, durante o governo militar, cujo interesse estava na institucionalização do planejamento e no desenvolvimento econômico nacional (PIQUET; RIBEIRO, 2008, p.54).

[...] não há, como em alguns outros países, cursos de graduação em planejamento urbano no Brasil e são ainda muito poucos os cursos de pós-graduação que em sua denominação explicitam o planejamento urbano e/ou regional. [...] Os cursos de pós-graduação na área, em geral situados nos campos das ciências sociais aplicadas, ciências humanas e ciências sociais, tendem a enfatizar a análise crítica do planejamento e do(s) objetos(s) de sua aplicação e menos o ensino de metodologias e práticas de planejamento urbano (COSTA; MENDONÇA, 2008, p. 15-16).

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em planejamento urbano e Regional (ANPUR), fundada em 1983, consolida-se como a principal instituição congregadora do pensamento urbanístico brasileiro: “a Anpur nasceu mais sob a égide das ciências sociais do que do campo configuracional *strictu sensu* [sic], em que se situam a Arquitetura e o Urbanismo” (HOLANDA et al., 2000, p. 9). Situação semelhante é encontrada em países estrangeiros (CUTHBERT, 2003, p. 11).

Constata-se que, ao voltar-se às abordagens das ciências sociais, o planejamento urbano tende a valorizar mais o processo do que o produto, a leitura da realidade existente do que o desígnio sobre a forma urbana. Sendo um congregador de diversas disciplinas, os laços do planejamento urbano – em seu novo formato – com o desenho urbano se alargam na medida em que outros temas, de outras disciplinas, adquirem relevância e enfoque.

No Brasil, tanto planejamento urbano quanto desenho urbano não se consolidaram como campos autônomos e independentes. O desenho urbano é vinculado ao curso de Arquitetura e Urbanismo e o planejamento a diversas disciplinas, com destaque para aquelas pertencentes às ciências sociais.

Conclui-se, desse modo, definindo planejamento urbano como um campo interdisciplinar, com abordagem processual contínua do desenvolvimento urbano,

que, diferentemente do desenho urbano, não possui um único personagem-chave, pois é área de atuação profissional e teórica de formações variadas.

Diante da mudança de paradigma que transformou a prática e o pensamento sobre a cidade, especializando planejamento urbano e desenho urbano em campos distintos, observa-se que o caráter iníquo dos problemas urbanos é comum a ambos, já que não há uma única solução disponível e nunca há certeza sobre a suficiência do que é feito em relação a eles (VERMA, 2011, p. 57-60).

3.6.2.3 Perspectiva racionalista-abrangente

No Brasil, o período entre 1930 e 1965 é marcado por uma transição lenta e gradual entre os planos cuja implantação era assumida pela classe dominante, para um segundo momento, em que a elaboração de planos vinha no sentido de garantir o domínio ideológico por meio de um discurso de planejamento – que não passava necessariamente à fase de implantação do plano (VILLAÇA, 1999, p.211). O planejamento urbano como um ideal de cidade acabada é paulatinamente sobreposto pela ideia do planejamento como a integração de diversos aspectos de análise. Além das constatações quanto às limitações da prática progressista-racionalista, a crescente complexificação dos problemas urbanos foi motivo para a busca por novos princípios de prática sobre a cidade (COSTA, 2008, p.68).

No Brasil, a década de 50 é um momento de importantes transformações no campo dos estudos urbanos pela emergência de novos temas, a introdução de novos métodos e a participação de profissionais de outras disciplinas que, até aquele momento, não haviam se ocupado da questão urbana (LEME, 1999, p.32).

Consolida-se, a partir desse momento, a perspectiva racionalista-abrangente também no Brasil, com a participação crescente de profissionais das ciências sociais no campo do planejamento urbano.

Destaca-se a influência do Movimento Economia e Humanismo, por intermédio do arquiteto Gaston Bardet e do padre Lebreton, sobre a geração de arquitetos, sociólogos e geógrafos brasileiros atuantes no período posterior à Segunda Guerra Mundial (LEME, 1999, p.32). O Movimento Economia e Humanismo prega uma abordagem distinta da proposição apriorística de modelos de cidade, caracterizando-se como um importante elemento de transformação, no

Brasil, da prática e do pensamento sobre a cidade. Sua metodologia apregoava amplos estudos sobre os condicionantes socioeconômicos e de infraestrutura local, buscando o desenvolvimento humano (MOREIRA, 1999, p.158). No Brasil, Lebrecht funda, nos anos 1950, a Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicadas aos Complexos Sociais, com atuação em diversas cidades brasileiras, como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro e Recife.

A década de 1960 testemunha, também no Brasil, uma série de fatos que contribuem para um rompimento com práticas e pensamentos da perspectiva anterior. O planejamento urbano é adotado em moldes semelhantes aos estrangeiros, contudo, sem a repercussão inicial quanto à abertura à participação popular. Ainda nessa década, motivado pela explosão do crescimento demográfico urbano que evidenciou os problemas das cidades, tem início o debate sobre a Reforma Urbana no Brasil, com o enfoque na questão da moradia. O Golpe Militar, entretanto, levou à hibernação dessa iniciativa, adiando por duas décadas ações mais incisivas do Movimento pela Reforma Urbana, retomadas apenas em função da nova Constituição de 1988 (SOUZA, 2010, p. 155-157).

Sendo assim, enquanto Estados Unidos e Europa começavam a desenvolver experiências de planejamento participativo, o Brasil ingressava na ditadura militar, em 1964. Outras características do planejamento urbano sob a égide das ciências sociais, entretanto, são implantadas no país. A resposta do governo militar às iniciativas da sociedade civil quanto à intenção de uma reforma urbana se baseou na implantação de uma “nova” forma de planejamento – o planejamento local integrado. A década de 1960 foi um período de intensa elaboração de Planos Locais Integrados, elaborados com forte participação de técnicos de diversas disciplinas e cujo conteúdo extrapola a abordagem determinística da forma urbana. O termo “Plano Diretor” (utilizado anteriormente) é substituído por um termo que passaria a ser veiculado com um sentido de “abrangência”, “compreensividade”, “integração”. “Álibi ou convicção positivista, o planejamento foi tomado como solução para o ‘caos urbano’ e o ‘crescimento descontrolado’” (MARICATO, 2002, p. 139).

Dessa maneira, durante o período de ditadura militar, em que não poderia haver legitimação do processo de planejamento e dos planos pela sociedade, o planejamento urbano legitimado pela técnica, com base em uma suposta “isenção política”, e “neutralidade” do técnico (MONTE-MÓR, 2008; VILLAÇA, 1999, p.226). “Acreditava-se que este método abrangente, técnico e dedutivo de análise urbana,

resultaria na seleção racional de objetivos e prioridades, capazes de influenciar as decisões políticas” (COSTA, 2008, p. 69).

A força propositiva presente nos planos elaborados por arquitetos, e suas concepções de modelos de cidade acabada, é suplantada pelo desejo de implantar uma abordagem compreensiva nos planos, cuja força passa a ser analítica e dos técnicos das ciências sociais. O planejamento urbano torna-se algo maior que o processo consciente de desenho urbano, e desvincula-se dele. Nesse sentido, a relação entre esses campos pode ser interpretada como uma dominação hierárquica do planejamento urbano sobre o desenho urbano “produto” – que passa a ser constituído por um processo inconsciente de desenho urbano, resultado do processo de produção social da cidade (do que faz parte os novos planos tecnocráticos da perspectiva racionalista-abrangente), mas não de um processo consciente de desígnio sobre a forma urbana ideal.

Nos anos 1960, a perspectiva racionalista-abrangente configurou-se no Brasil em um “sistema de planejamento urbano emergente [que] não encontrou na prática do desenho vigente instrumental adequado para planejar a cidade, considerando a dinâmica das inter-relações dos elementos urbanos” (MALTA, 1984, p. 51). O planejamento urbano se distancia do processo consciente de desenho urbano, e passa a compreender distintas disciplinas das ciências sociais. Os “Planos Locais Integrados” consolidam-se como documentos técnico-normativos, cujas propostas para a forma urbana se restringiam aos aspectos “de Zoneamento das funções urbanas (dimensionamento, distribuição e localização das áreas para as atividades e residências) e de estrutura viária (hierarquia das vias)” (MALTA, 1984, p. 51).

O Plano Doxiadis, elaborado em 1965 para o Rio de Janeiro,²³ é o marco de transição entre os planos elaborados pelo corpo técnico das prefeituras dos planos elaborados por consultores externos, caracterizando o início de uma fase de “superplanos” com amplos diagnósticos. Esses Planos, elaborados dentro de um regime tecnocrático, diferenciam-se do período anterior pelo fato de que as recomendações passam a não ser mais assumidas pelas administrações públicas, representando apenas discurso de dominação ideológica (VILLAÇA, 1999, p.211-216).

²³ Sob influência parcial do planejamento sistêmico (SOUZA, 2010, p. 134).

Nesse momento, o governo federal militar detinha os recursos, a decisão sobre a abordagem do planejamento urbano (cujos objetivos tinham que estar voltados ao “desenvolvimento nacional”), e a instituição centralizadora da política urbana: a SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo), criada em 1964. “Encerrava-se, neste momento, o período em que se podia detectar lógicas internas à formação do urbanismo em cada cidade, em favor de uma política de planejamento centralizada” (LEME, 1999, p. 16).

Cita-se o caso de São Paulo para exemplificar a ineficácia dos planos da SERFHAU. O PUB, concluído em 1969, é um plano exaustivo financiado pelo órgão federal, “composto por exaustivos diagnósticos e abrangente a todos os aspectos da vida urbana” (FELDMAN, 2005, p. 243). Esse é o primeiro plano elaborado para São Paulo que incorpora o zoneamento, já que esse instrumento se desenvolvia à parte dos planos. O PUB, contudo, não é aprovado. Já em 1971, entretanto, a Câmara de Vereadores de São Paulo regulamenta, sob o contexto do regime militar o PDDI – que, desprovido de diagnóstico e de abrangência interdisciplinar, caracteriza-se como um plano físico-territorial composto somente por lei e mapa, ao contrário de toda a abrangência defendida anteriormente (FELDMAN, 2005, p.252-253). Assim, verifica-se que em São Paulo a política de planejamento centralizada não reverteu resultados ao município, que, em última instância, não aprovou seu plano com caráter técnico, sob a perspectiva racionalista-abrangente.

Destaca-se, ainda, que muito embora tenha havido um movimento na administração municipal de São Paulo para “institucionalizar um novo perfil de urbanista – o planejador urbano” (FELDMAN, 2005, p. 279), com o objetivo de promover interdisciplinaridade, acaba-se por legitimar a figura do “arquiteto planejador, pois a maioria dos cargos criados é assumida por arquitetos, como resultado de uma mobilização desta classe de profissionais para manterem sua hegemonia (FELDMAN, 2005, p. 280).

A implantação dos planos, contudo, cabia aos municípios, cujas dificuldades tinham como base sua fraca autonomia política e de recursos (MONTE-MÓR, 2008, p.52). Desse modo, os resultados dos “Planos Locais Integrados” não se sobressaíram à crescente complexificação dos problemas urbanos, e a integração desejada e pregada “na quase totalidade dos casos não foi além do discurso” (VILLAÇA, 1999, p. 177).

A SERFHAU foi extinta em 1974, e a década de 1980 foi um período de esvaziamento da abordagem do “planejamento local integrado”, fruto do próprio esvaziamento político e financeiro do Estado. As falhas da SERFHAU são apontadas por diversos autores, dentre os quais se destaca a abordagem de Maricato (2002):

Foi exatamente durante a implementação do primeiro e único sistema nacional de planejamento urbano e municipal e do crescimento da produção acadêmica sobre o assunto que as grandes cidades brasileiras mais cresceram... fora da lei. **Boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano [...].** É notável como essa atividade referida, de pensar a cidade e propor soluções para seus problemas, permaneceu alienada dessa realidade que estava sendo gestada (MARICATO, 2002, p.140, grifo nosso).

A partir dessa afirmação, é possível concluir sobre a predominância de um processo inconsciente de desenho urbano nas cidades brasileiras, desvinculado do planejamento urbano e dos Planos de Desenvolvimento Integrado. Assim, constitui-se uma relação de independência ou separação do processo consciente de desenho urbano no processo de planejamento urbano.

O enfraquecimento do Estado de bem-estar social e a ascensão do Estado Neoliberal associam ao sistema capitalista novas demandas à reprodução do capital nas cidades, aliado à extinção do intervencionismo, da burocratização, e do autoritarismo do Estado (MARICATO, 2002, p.129). Diante desse contexto e da superação do planejamento regulatório promovido pela SERFHAU – conduzido sob uma perspectiva racionalista-abrangente –, novas perspectivas teóricas e práticas se posicionam, dentre as quais duas obtêm destaque na cena brasileira: a perspectiva social-reformista e a perspectiva mercadófila²⁴. A análise de cada uma dessas perspectivas encontra-se nas seções subsequentes, mas cabe aqui realizar uma análise preliminar comparativa sobre suas características próprias.

Essas perspectivas se desenvolvem a partir da década de 1980 e vigoram até os dias atuais (e são, portanto, tratadas como contemporâneas neste trabalho), são consideradas antagonistas por alguns autores: Vainer (2003, p.29) trata a perspectiva social-reformista²⁵ e a perspectiva mercadófila²⁶ como dois modelos

²⁴ De acordo com a denominação oferecida por Souza (2010).

²⁵ A que o autor se refere como “cidade democrática”.

²⁶ A que o autor se refere como “modelo da cidade-empresa-mercadoria”.

contemporâneos concorrentes na substituição da perspectiva racionalista-abrangente; já Costa (2008, p.73-74) afirma que a adoção da perspectiva mercadófila se opõe à reinserção do planejamento urbano em um processo abrangente, contínuo e analítico no Brasil.

A crise do modelo tecnocrático-centralista-autoritário de cidade²⁷ é simultânea à ascensão dos movimentos urbanos, ao fortalecimento das organizações populares em praticamente todas as cidades brasileiras. [...] A abrangência e consistência do processo em marcha permite afirmar que emergia, então, com enorme força, uma nova utopia urbana: a utopia da cidade democrática. [...] Ao lado da utopia democrática, pouco a pouco foi se apresentando e fortalecendo um novo modelo: o modelo da cidade-empresa, da cidade-mercadoria (VAINER, 2003, p. 28).

Contudo, há uma característica comum a ambas as perspectivas: a “explicitação da dimensão *política* do planejamento (identificação dos grupos de interesse envolvidos, análise de conjuntura etc.)” (SOUZA, 2010, p. 138). Ou seja, cada uma, a sua própria maneira, utiliza e explicita meios de legitimação distintos dos períodos marcados pelo autoritarismo político ou pela tecnocracia.

A perspectiva social-reformista possui um caráter endógeno mais significativo que a perspectiva mercadófila, pois é desenvolvida no Brasil a partir da luta pela Reforma Urbana, com resultados na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade. Seus principais objetivos estão ligados à justiça socioespacial, à proteção ambiental e à participação popular no processo de planejamento urbano.

Já a perspectiva mercadófila se desenvolve a partir de teorias e práticas estrangeiras, envolvendo distintas correntes teóricas e metodologias de planejamento (e não vigora apenas no planejamento estratégico, como alguns acreditam) que possuem em comum a característica de romper com as práticas regulatórias, vigentes até a década de 1970, e buscar a adequação aos interesses do capital por meio da desregulamentação, diminuição da presença do Estado e fortalecimento de parcerias público-privadas e fortalecimento da competitividade urbana (SOUZA, 2010, p. 136).

Essas duas perspectivas contemporâneas apresentam abordagens diferentes para a relação entre planejamento urbano e desenho urbano, que dizem respeito, principalmente, à maneira como o processo consciente de desenho urbano é

²⁷ A que se denomina “perspectiva racionalista-abrangente” neste trabalho.

apropriado dentro do processo de planejamento urbano e da elaboração de planos. Como detalhado adiante, a partir da análise da sobreposição dessas duas perspectivas no momento atual, é possível concluir sobre a dicotomia constatada na seção 1.1, e tomada como problema desta pesquisa.

3.6.2.4 Perspectiva social-reformista e o contexto contemporâneo

A perspectiva social-reformista brasileira destaca-se como um exemplo de “apropriação do planejamento e da gestão urbanos pelo pensamento crítico” (SOUZA, 2010, p. 155), com forte caráter endógeno, como mencionado anteriormente. Enquanto os anos 1960 e 1970 foram palco de uma abordagem fortemente tecnocrática e centralizada do planejamento urbano no Brasil – “cuja função primordial era a eficiência na gestão das cidades, para eliminar os focos de tensão” (PANIZZI, 1999, p. 25) –, a partir da década de 1980 ressurgiu no país a luta de movimentos sociais pela Reforma Urbana, interrompida durante os anos da ditadura militar, pautada sob o princípio de “um padrão de planejamento em que a intervenção pública ordenadora e racionalizadora teria que vir, necessariamente, associada a uma visão redistributivista [...] com ênfase nos problemas habitacionais” (PANIZZI, 1999, p. 25).

A perspectiva social-reformista também diverge do caráter funcionalista e estético característicos das perspectivas estético-elitista e racionalista-progressista, e volta-se aos aspectos de justiça social (em que se insere a coibição à especulação imobiliária) e democratização do processo de planejamento urbano (SOUZA, 2010, p. 158). Assim, a perspectiva social-reformista consolida uma abordagem desvinculada dos modelos de cidade idealizados a partir de um processo consciente de desenho urbano:

Dessa forma, a reforma urbana diferencia-se, claramente, de simples intervenções urbanísticas, mais preocupadas com a funcionalidade, a estética e a “ordem” que com a justiça social (ou, fantasiosamente, imaginando que uma remodelação espacial trará, por si só, “harmonia social”), não obstante ela conter uma óbvia e essencial dimensão espacial (SOUZA, 2010, p. 158).

Ressalta-se, nessa afirmação de Souza (2010, p.158), que a preocupação com a justiça social envolve, necessariamente, a dimensão espacial – ou seja, de configuração da forma urbana –, contudo essa perspectiva não enfoca tal aspecto.

A perspectiva social-reformista incorpora um movimento em direção à democratização das práticas sobre a cidade – em que os urbanistas, em lugar de sua dominação precedente, “admitem cada vez mais a necessidade da participação da população para que o planejamento urbano alcance algum resultado” (LEME, 1995, p.350).

Com a redemocratização do país, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana logrou compor, e enviar à Assembleia Nacional Constituinte, uma emenda popular com diversas propostas acerca da questão urbana sob o enfoque social-reformista. Entretanto, da emenda popular original muito se retirou e transformou, caracterizando os dois artigos da Política Urbana da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, art. 182 e 183) como uma “derrota estratégica” (SOUZA, 2010, p. 161). A figura do Plano Diretor é colocada como o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, porém a participação popular foi secundarizada no processo de elaboração dos Planos Diretores pós-Constituição, “redundando em um certo ‘legalismo’ e em um certo tecnocratismo (‘tecnocratismo de esquerda’)” (SOUZA, 2010, p. 161).

Mesmo com essas características, os Planos Diretores pós-Constituição Federal de 1988 apresentam-se de maneira distinta dos planos elaborados anteriormente (voltados à idealização de modelos de cidades acabadas ou à regulação). A partir dos anos 1990 vêm à tona as questões ideológicas anteriormente ocultas – os interesses da elite em relação espaço urbano, com destaque para o setor imobiliário, que “surge na arena política como a facção do capital mais diretamente interessada no espaço urbano” (VILLAÇA, 1999, p. 239). Dessa maneira, a politização dos Planos Diretores significa que os conflitos de interesse são revelados e tratados a partir de debates e negociações de caráter político (VILLAÇA, 1999, p.238).

O Plano Diretor inovador dos anos 1990 elegeu como objeto fundamentalmente o espaço urbano de sua produção, reprodução e consumo. Para tanto, seus instrumentos fundamentais, limitados aos da alçada municipal, são, basicamente, os de natureza urbanística, tributária e jurídica. A terra urbana, a terra equipada, eis o grande objeto do Plano Diretor. Essa proposição “urbanística” nada tem de determinismo físico (VILLAÇA, 1999, p. 238).

Fica clara a influência das teorias do marxismo renovado sobre essa nova forma de Plano Diretor, que se consolida como instrumentos com diretrizes para o desenvolvimento urbano, desvinculado do “determinismo físico”, ou do desígnio sobre a forma urbana ideal. No entanto, Villaça afirma que esses Planos, mesmo sob novos princípios e formatos, ainda são um meio de dominação ideológica, pois seus poderes são “superestimados” diante da pequena efetivação das diretrizes que contêm (VILLAÇA, 1999, p. 238).

Em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), consolida-se o planejamento urbano politizado sob a perspectiva social-reformista. O Plano Diretor é ressignificado como o instrumento de ordenamento do desenvolvimento urbano pautado na: (i) definição de meios para o cumprimento da função social da propriedade e da cidade; (ii) busca pela justiça socioespacial; (iii) participação popular no processo de planejamento; e (iv) busca pelo desenvolvimento urbano sustentável (MATOS, 2008, p. 158).

A Constituição e o Estatuto da Cidade ressignificaram o instrumento, transformando o Plano Diretor na peça básica da política urbana do município, responsável pela definição de elementos estratégicos na esfera local, como, por exemplo, a definição de critérios para o cumprimento da função social da propriedade. [...] Para diferenciá-los dos prolixos Planos Diretores de desenvolvimento urbano das décadas de 1970 e 1980, estes foram rebatizados de “Planos Diretores participativos” pelo Ministério das Cidades (BRASIL, 2006), ressaltando outra das principais apostas em torno do instrumento: no lugar de uma peça técnica que circula apenas entre especialistas, o Plano Diretor passa a ser uma peça política, democraticamente construída com a participação dos segmentos sociais que efetivamente constroem as cidades, incluindo principalmente os setores populares – movimentos de luta por moradia, associações de bairros, entre outros – tradicionalmente alijados dos processos de construção da política urbana (CYMBALISTA, 2006, p. 34).

A mudança de paradigma ocorrida por volta dos anos 1960 é reafirmada quando comparadas às perspectivas racionalista-progressista e social-reformista. Enquanto a primeira tinha como objetivo a conformação de uma cidade funcional, segregadora de usos do solo, pautada pelo uso do automóvel, a segunda busca o desenvolvimento sustentável expresso em princípios de proteção ambiental e redução das desigualdades socioespaciais (COSTA, 2008, p. 176-177). A primeira desconsidera a dinâmica social existente nas cidades e enfoca a proposição da forma urbana capaz de promover uma sociedade ideal. Já a segunda desconsidera uma visão propositiva sobre a forma urbana ideal capaz de viabilizar o

“desenvolvimento sustentável” que preconiza. Já em relação ao planejamento racionalista-abrangente, o planejamento urbano social-reformista se destaca em suas características de legitimação:

Pode-se dizer que com o Estatuto da Cidade o planejamento deixa de ser visto como ato administrativo regulatório burocrático cujo conteúdo se limita a apresentar diretrizes gerais e amplas sobre a ordenação do espaço urbano (planejamento compreensivo) e passa a ser concebido como processo democrático de construção de cidades sustentáveis (COSTA, 2008, p. 176-177).

O que transparece dessa fala é que a utopia urbana se transformou. Antes ligada à idealização de um modelo acabado para a cidade, capaz de conformar a sociedade, hoje a utopia se apresenta na idealização de direitos difusos que buscam justiça social, espacial, ambiental.

Algumas de suas diretrizes fazem parte dos chamados “direitos difusos”, difíceis de aplicar, mas necessários ao exercício da democracia e expansão dos direitos civis. Assim, a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho, e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”, soa não-pragmático e pode parecer inatingível no médio prazo, mas ampara-se em uma das mais ricas tradições do pensamento urbanístico, o princípio da utopia (MATOS, 2008, p. 157-158).

A partir do processo de politização do planejamento urbano no Brasil, sob a perspectiva social-reformista, a nova utopia urbana não é mais esboçada em modelos de cidade ideal, concebidos por meio de um processo consciente de desenho urbano elaborado por arquitetos, como anteriormente. Fundamentados nos princípios de justiça socioespacial e preservação ambiental, os procedimentos da perspectiva social-reformista são constituídos a partir de grandes diretrizes que se ligam a um processo inconsciente de desenho urbano, destituído de intenção projetual sobre uma forma urbana ideal, embora os propósitos dessa utopia remetam a aspectos de constituição da forma urbana. Sob esse formato, verifica-se um grau de independência ou separação do processo consciente de desenho urbano no processo de planejamento urbano.

Assim, o último aspecto analisado em relação à perspectiva social-reformista é o desígnio que os Planos Diretores Participativos colocam à forma urbana, considerando para isso a legislação de uso e ocupação do solo como o principal

elemento de análise, tradicionalmente chamado de Zoneamento. Realiza-se tal análise diante da constatação exposta na seção 1.1, com base na leitura de Cuthbert (2003, p.11) sobre o fato de os mecanismos e instrumentos legais de produção da cidade estarem ligados ao planejamento urbano.

Villaça (1999, p. 177-178) alerta para o fato de o Zoneamento ser um instrumento que possui uma trajetória longa e própria no Brasil, vinculada aos Planos “somente no discurso”, pois sua elaboração, modificação e aplicação ocorre, na maioria dos municípios brasileiros, de modo independente. Feldman (2005) destaca que em São Paulo o Zoneamento foi adotado a partir dos anos 1940 sob o discurso da necessidade de sua inserção como um instrumento vinculado ao plano, porém acaba por efetivar-se de modo independente: “O Zoneamento ocupa o lugar do plano enquanto prática: passa a atuar como instrumento que responde às novas necessidades de controle dos setores mais valorizados da cidade” (FELDMAN, 2005, p. 278).

Mesmo diante desse histórico, o Zoneamento é aqui considerado um instrumento vinculado aos Planos Diretores mais recentes, devido à vinculação que o Estatuto da Cidade lhes confere. Toma-se como base a pesquisa de Santos Junior e Montandon (2011, p.31), a qual revela que 91% dos municípios analisados incluíram no processo de elaboração do Plano Diretor Participativo a criação de um Zoneamento ou do macroZoneamento como instrumento de ordenação urbana.

A trajetória do Zoneamento é, de fato, significativa. O movimento modernista o difundiu amplamente, deixando-o como legado para além de seu período hegemônico. O amadurecimento desse instrumento na pós-modernidade permitiu a flexibilização de sua antiga característica de rigidez na segregação de usos do solo, embora ainda esteja carregado de significado segregador na composição de um padrão de uso e ocupação do solo com vistas à sustentação do valor da terra e dos tipos de usos e ocupação do solo para as distintas áreas da cidade (DEL RIO; GALLO, 2000, p.1). Assim, ao “Zoneamento rígido do urbanismo progressista opõe a idéia de Zoneamento por tolerância ou expulsão das diversas funções urbanas” (MONTE-MÓR, 2008, p. 43).

Del Rio e Siembieda (2010) consideram a importância conferida ainda atualmente ao Zoneamento como uma “herança” do movimento modernista, e por isso classificam esse fenômeno como uma tendência brasileira ao “Modernismo tardio”, percebido “na perspectiva positivista das políticas urbanas e líderes políticos

[... e na] luta para exercer controle sobre o desenvolvimento da forma e função da cidade” (DEL RIO; SIEMBIEDA, 2010, p. xxvi, xxviii, tradução nossa).

Observando as regulações urbanísticas – expressas na Lei de Zoneamento – sob o foco da relação entre planejamento urbano e desenho urbano, nota-se que o Zoneamento é vinculado ao processo de planejamento urbano e elaboração do Plano Diretor, com implicações sobre o desenho urbano “produto” que envolvem processos conscientes e inconscientes de desenho urbano. O Zoneamento abrange parâmetros edilícios (coeficiente de aproveitamento do lote, recuos, alturas permitidas, permeabilidade), que são elementos que configuram a forma urbana.

O instrumento usual do planejamento urbano é o Zoneamento, adotado largamente por grande número de cidades, independente de sua escala. [...] Na sua essência, dizem respeito aos tipos de usos permitidos, sua organização por zonas e sua distribuição espacial; muitas vezes eles também incluem alguns parâmetros máximos de utilização do solo, como gabaritos, afastamentos e coeficientes de aproveitamento. Estes são, evidentemente, parâmetros de desenho urbano e devem ser vistos como tal pois são vitais para a geração da qualidade físico-ambiental urbana (DEL RIO, 1990, p. 108).

Apesar de ser um instrumento de desenho urbano, o processo de elaboração do Zoneamento não envolve, necessariamente, um processo consciente de desenho urbano, de idealização da forma urbana.

Entretanto, são raros os casos em que se atinge mais do que um vestígio de organização físico-ambiental coerente, pelas dificuldades inerentes nestes instrumentos generalistas e pouco flexíveis, de tradição estática e mais próprios ao funcionamento da cidade como um todo racional (DEL RIO, 1990, p. 108).

Destaca-se, assim, uma das partes da realidade dicotômica constatada inicialmente na seção 1.1: o planejamento urbano realiza uma abordagem genérica e indireta do desenho urbano por meio da legislação de Zoneamento.

Existem, assim, diferentes graus de utilização do Zoneamento como um instrumento que considera um processo consciente de desenho urbano, do qual fazem parte reflexões sobre a qualidade da forma urbana proposta e sobre as implicações dos parâmetros urbanísticos que determina. A não adoção de tal

pensamento reflexivo pode acarretar, por exemplo, a promoção de condições de segregação social em pequena ou larga escala²⁸.

Ao passo que a desregulação é uma característica generalizada no mundo atual, presente, inclusive no Brasil, o Estatuto da Cidade introduziu uma “nova era de regulação de uso do solo e desenvolvimento urbano” (DEL RIO; SIEMBIEDA, 2010, p. xxv, tradução nossa). Isso é constatado pela inserção de instrumentos urbanísticos no Estatuto da Cidade que representam alternativas à rigidez do Zoneamento na promoção da justiça socioespacial, do cumprimento da função social da propriedade e da cidade, e do desenvolvimento sustentável. Esses instrumentos necessitam de regulamentação específica, também vinculada ao Plano Diretor Participativo do município.

Em pesquisa qualitativa sobre os Planos Diretores Participativos pós-Estatuto da Cidade, Santos Junior e Montandon (2011, p.34) revelam que os Planos foram amplamente elaborados (considerando a obrigatoriedade para alguns municípios com perfil específico), e a eles foram incorporados os instrumentos urbanísticos presentes no Estatuto. Isso não significa, porém, que os instrumentos estão aptos a serem implantados por todos esses municípios, pois frequentemente são remetidos à regulamentação específica posterior, constando no Plano Diretor apenas por formalidade. Outra deficiência apontada pelos autores é a inadequação na demarcação de diretrizes e instrumentos urbanísticos no território municipal:

O Plano Diretor deve definir como cada porção do território cumpre sua função social e, para tanto, deve apresentar, com clareza, a configuração espacial das diretrizes e dos instrumentos voltados à regulação do uso e ocupação do solo e dos investimentos públicos. Mas foram poucos os planos que avançaram no adequado reatamento territorial de diretrizes e instrumentos, o que evidencia, em diversos casos, o descolamento dos propósitos do plano com o território municipal e a fragilidade de estratégias de desenvolvimento urbano pretendidas nesses Planos Diretores (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011, p. 36).

²⁸ Cita-se como exemplo de segregação social em pequena escala, promovida por parâmetros de Zoneamento, a permissividade de execução de torres (únicas ou em conjunto) isoladas no lote e afastadas da rua por paredes ou grades, cujos “recuos geram descontinuidades e terras-de-ninguém tão inúteis quanto perigosas” (DEL RIO; GALLO, 2000, p. 1). Já em larga escala, observa-se que a legislação de Zoneamento é elaborada, muitas vezes, sem a devida consideração à “condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação da terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei” (MARICATO, 2002, p. 147).

Esse aspecto revela que, nesses casos, os instrumentos urbanísticos não são tratados dentro de um processo consciente de desenho urbano, pois isso significaria, necessariamente, o estabelecimento de um desígnio para a forma urbana. Para que esses objetivos sejam considerados no processo consciente de desenho urbano, é necessária sua incorporação em instrumentos que atuam sobre a forma urbana, como o Zoneamento (incluindo os parâmetros urbanísticos e usos que regula) e os instrumentos urbanísticos ligados à alteração de parâmetros urbanísticos (como a outorga onerosa do direito de construir, a transferência do direito de construir e a operação urbana consorciada). Essa não é, contudo, a realidade presente na maioria dos municípios brasileiros:

De acordo com os relatórios estaduais analisados, de maneira geral, os Planos Diretores pós-Estatuto da Cidade pouco ou nada avançaram na promoção do acesso à terra urbanizada. Embora a grande maioria dos planos tenha incorporado os princípios e diretrizes do Estatuto – o que, certamente, não é um fato insignificante –, raramente essas orientações se refletiram nos Zoneamentos, nos parâmetros urbanísticos definidos, na regulamentação dos instrumentos de política fundiária ou na definição de políticas e medidas voltadas para promover a democratização do acesso à terra urbanizada e bem localizada. [...] Raramente os instrumentos de política fundiária foram plenamente regulamentados nos Planos Diretores, e frequentemente a disputa pela apropriação social das terras urbanizadas é relegada para leis específicas (OLIVEIRA; BIASOTTO, 2011, p. 95).

Além dessa questão, alterações pontuais nos parâmetros urbanísticos e nas delimitações de zonas, posteriormente à aprovação dos Planos Diretores, apresentam-se como incongruências diante da proposta de participação popular no planejamento urbano. Tal situação revela que o Poder Legislativo dos municípios buscam, ainda, manter um controle próprio sobre as alterações de parâmetros urbanísticos e delimitação de zonas (SANTORO; CYMBALISTA; NAKASHIMA, 2007). Tais alterações têm consequências sobre a forma urbana, podendo, segundo a maneira como são conduzidas, transformar um processo consciente em um processo inconsciente de desenho urbano.

Assim, em linhas gerais, aponta-se que a efetividade do planejamento urbano sob a perspectiva social-reformista é, ainda, atrelada à vontade política na elaboração e aplicação de uma legislação urbana adequada, capaz de, em conjunto com a capacidade administrativa do município, transformar os princípios de justiça socioespacial e proteção ambiental em ações concretas (ARAÚJO, 2008, p.180-181; OLIVEIRA; BIASOTTO, 2011, p. 95).

Como evidenciado anteriormente nesta seção, a perspectiva social-reformista não dota o planejamento urbano de um processo consciente de desenho urbano em si mesmo, embora tenha como objetivos a justiça socioespacial e a proteção ambiental. Assim, os instrumentos ligados a essa perspectiva – o Plano Diretor, o Zoneamento e os instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade – não são, necessariamente, concebidos nos municípios diante de um processo consciente de desenho urbano, com um enfoque no desígnio de uma forma urbana idealizada, ocorrendo, assim, uma relação de independência ou separação entre eles.

Em contraste com a abrangência da totalidade do território municipal promovida pelo Zoneamento segundo uma tendência contemporânea ao “Modernismo tardio”, a perspectiva social-reformista também se expressa na tendência de intervenções de “inclusão social” (DEL RIO, SIEMBIEDA, 2010, p.199-290), ainda que em menor proporção do que no primeiro caso. Essas intervenções têm como objetivo a promoção de justiça social por meio de projetos de regeneração de espaços urbanos do domínio público ou semipúblico (SIEMBIEDA, 2010, p. 294), como a urbanização e inserção de equipamentos e serviços sociais em ocupações irregulares de baixa renda, a valorização de espaços públicos com o objetivo de reapropriação destes pela população e ações constituídas a partir da participação popular no processo consciente de desenho urbano. São, portanto, intervenções pontuais implantadas segundo demandas sociais específicas, por meio de um processo consciente de desenho urbano que não é atrelado, necessária ou diretamente, ao processo de planejamento urbano social-reformista, e seus instrumentos.

De maneira divergente, a perspectiva mercadófila adota o desenho urbano consciente como estratégia fundamental, embora a área de aplicação desse desígnio de forma urbana ideal seja restrita em comparação à abrangência de todo o território municipal promovida pelos instrumentos da perspectiva social-reformista, dentre os quais se destaca o Zoneamento.

3.6.2.5 Perspectiva mercadófila e o contexto contemporâneo

Ao contrário da perspectiva social-reformista, a perspectiva mercadófila²⁹ é importada para o Brasil a partir de experiências “bem-sucedidas” de países estrangeiros. Sua ascensão deve-se ao descrédito do planejamento regulatório vigente durante décadas de crescimento econômico e é respaldada pelo Estado de bem-estar. A recessão dos anos 1970 e 1980 levou ao desmantelamento da regulação em favor do encorajamento do crescimento econômico (HALL, 2011, p.407).

Quanto às críticas conservadoras contra o planejamento, elas começaram a avolumar-se na esteira tanto de uma certa frustração com os resultados da intervenção estatal em geral – nem sempre capaz de cumprir a promessa implícita, de espírito keynesiano, de evitar as crises e, por assim dizer, salvar o capitalismo de si próprio – quanto a um enfraquecimento das *bases materiais* do planejamento típicos dos *welfare states* dos países capitalistas centrais: o crescimento econômico e a capacidade de investimento e regulação do Estado (SOUZA, 2010, p. 30).

A perspectiva mercadófila surge como parte da agenda neoliberal de crescimento econômico, em que o Estado deixa de intervir sobre o mercado, ou mesmo regulá-lo, e torna-se um agente de mercado (VALE, 2011). Ademais, tal perspectiva tem como cenário a sociedade globalizada, apoiada em tecnologias que permitem a transformação das relações pessoais e financeiras, com a abertura de novas possibilidades de reprodução do capital, bem como a uma “rivalidade entre cidades para captar investimentos, criar empregos, atrair turistas e financiamentos públicos” (SANCHÉZ, 1999). As características dominantes passam a ser a complexidade, a incerteza, a autorregulação e a flexibilidade (ASCHER, 2010, p.58-59,98); além da produtividade e a competitividade urbana (VAINER, 2003, p.28).

As parcerias público-privadas são adotadas a partir da confluência entre os interesses empresariais e da administração pública (SANCHEZ, 1999), e implementadas “como mecanismo privilegiado de captação de recursos [...] caracterizada pela ênfase nos projetos pontuais e pela flexibilidade do controle público sobre o uso e a ocupação do solo” (COPANS, 2005, p. 124). Além dessas

²⁹ Termo empregado com base em Souza (2010).

parcerias, investimentos do Poder Público também são realizados com o objetivo de alavancar investimentos privados nas cidades.

A busca por uma inserção competitiva na economia globalizada impele as cidades a elaborar e implantar estratégias de valorização de seu capital simbólico com o objetivo de destacar características próprias (HARVEY, 2006, p.233). Sob essas circunstâncias, o desenho urbano torna-se um instrumento capaz de criar “produtos diferenciados” (MADANIPOUR, 2006, p. 181). Harvey (2006, p. 237) invoca o conceito de renda monopolista dentro da lógica de acumulação do capital para explicar esse fenômeno: “o capital possui meios de se apropriar e extrair excedentes das diferenças locais, das variações culturais locais e dos significados estéticos, não obstante a origem”.

Tais elementos do capital simbólico podem ser utilizados no processo de *marketing* urbano, publicizando uma imagem de cidade bem-sucedida tanto externa quanto internamente. Externamente, busca-se a atração de investidores. Internamente, busca-se a construção de um sentimento de “patriotismo urbano” e a formação de consensos (VAINER, 2002, p. 91), buscando o apoio dos distintos grupos sociais existentes na cidade na implantação das intervenções idealizadas, “uma vez que elas significarão prioridades de investimentos em detrimento de outros, talvez socialmente mais urgentes ou relevantes” (COPANS, 1999, p. 110).

Verifica-se que esses princípios são aplicados às grandes metrópoles, nas quais “estes projetos constituem planos de intervenção pontual localizada de grande magnitude e de alto impacto sobre a imagem urbana [...] e] reforçariam a imagem da “cidade global” dos espaços econômicos centrais” (TORRES, 1996, p. 20). No caso de cidades de médio e pequeno porte, a presença de intervenções que buscam a inserção competitiva não são sempre presentes – mas, onde existem, buscam articular lógicas econômicas em escalas menores, locais ou regionais.

Esse contexto apresentado envolve fenômenos responsáveis pela consolidação do processo consciente de desenho urbano voltado a intervenções pontuais e incrementais. Estrategicamente posicionadas segundo objetivos de reprodução do capital, esse processo se opõe ao paradigma precedente, em que o processo consciente de desenho urbano tinha o objetivo de conceber uma forma urbana holística e “final”. O desenho urbano sob a perspectiva mercadófila é usado como uma ferramenta pragmática e de curto prazo, flexível e empregável às especificidades (DEL RIO, 1990, p. 44).

Desde o colapso da idéia de planificação global da cidade, como se sabe considerada pelos modernos a mais acabada expressão da organização racional do espaço habitado coletivo – a um só tempo trunfo da modernização capitalista e prefiguração da socialização e que ela parecia antecipar –, as intervenções urbanas vêm se dando de forma pontual, restrita, por vezes intencionalmente *modesta*, buscando uma requalificação que respeite o contexto, sua morfologia ou tipologia arquitetônica, e preserve os valores locais. Este, ao menos, o discurso que acompanha tais iniciativas (ARANTES, 2001, p. 121).

A perspectiva mercadófila adota o processo consciente de desenho urbano para pontos específicos da cidade, privilegiando: o projeto sobre o plano, o curto prazo de implantação e as pequenas intervenções sobre grandes operações urbanísticas (COPANS, 2005, p.108-109), em uma prerrogativa hierárquica do processo consciente de desenho urbano sobre o de planejamento urbano.

Esse fenômeno pode ser descrito como uma “tendência à construção de fragmentos qualificados de cidade” (DEL RIO, 2001, p. 1) a partir de uma “seleção simbólica de fragmentos escolhidos da paisagem urbana” (SANCHEZ, 1999). Arantes (2001, p.177) destaca que as intervenções de revitalização urbana, cuja origem remonta a experiências pós-segunda guerra, tornam-se gradualmente mais limitadas e pontuais.

Hoje em dia, é norma procurar estratégias “pluralistas” e “orgânicas” para abordagem do desenvolvimento urbano como uma “colagem” de espaços e misturas altamente diferenciados, em vez de perseguir planos grandiosos baseados no Zoneamento funcional de atividades diferentes (HARVEY, 2007, p. 46).

Destacam-se como experiências pioneiras dessa perspectiva mercadófila a “revitalização urbana” de Baltimore, Boston e São Francisco (nos Estados Unidos); Londres e Glasgow (na Grã-Bretanha); Barcelona e Bilbao (na Espanha); Berlin e Hamburgo (na Alemanha), cujos modelos que passam a ser replicados no mundo todo (DEL RIO, 2000, p.1).

As intervenções de revitalização urbana pautam-se na criação ou na oportunização de novas funções urbanas em áreas escolhidas na cidade, cujo potencial de reprodução do capital é significativo e pouco efetivado. Dessa forma, antigas áreas portuárias e orlas fluviais e marítimas, centros históricos, distritos industriais decadentes e antigos equipamentos públicos não utilizados são transformados a partir de um processo consciente de desenho urbano. Criam-se novos centros de consumo de serviços (cultura, entretenimento, compras), novas

áreas de habitação para a elite local, novas áreas atrativas à implantação de empresas e à visitação de turistas. O grande objetivo dessas intervenções é promover serviços e turismo (cultural, recreativo, de compras e de negócios). Além disso, os modelos de revitalização urbana são elaborados segundo a lógica pós-modernista, negando a racionalidade progressista que “gerava a renovação urbana indiscriminada e construía ambientes simplórios, assépticos e desprovidos da riqueza socio-cultural típica dos Centros urbanos tradicionais” (DEL RIO, 2000, p.1).

Essas intervenções – às quais alguns autores se referem como “grandes projetos urbanos”, “megaprojetos” e “*master projects*” – variam em escala física e de repercussão, de uma porção da cidade a edifícios arquitetônicos “ícones”.

Especificamente no caso brasileiro (e em contraposição às experiências estrangeiras), os grandes projetos urbanos são aplicados em escala restrita e pontual, o que não permite um reflexo na cidade como um todo, e não atinge resultados obtidos em casos de sucesso como Baltimore, Barcelona ou Bilbao. Contudo, uma série de projetos pode ser tomada como grandes projetos urbanos, ainda que restritos em complexidade e escala, tais como “grandes projetos de valorização e de revitalização de áreas centrais degradadas, de setores históricos subutilizados, de áreas com potencial turístico, entre outros” (ULTRAMARI; REZENDE, 2007, p. 13).

Nesse cenário, destacam-se as experiências brasileiras de Salvador (Pelourinho), Belém (Ver-o-Peso e Ver-o-Rio), Rio de Janeiro (obras relacionadas com os Jogos Pan-americanos de 2007), São Paulo (Operação Urbana Faria Lima), Curitiba (Museu Oscar Niemeyer e Linha Verde), Palmas (Projeto Orla), Fortaleza (Centro Dragão do Mar) e Niterói (Caminho Niemeyer) (DEL RIO; SIEMBIEDA, 2010; OLIVEIRA; LIMA JUNIOR, 2009). Além dessas intervenções já consolidadas, atualmente diversas cidades no país vivenciam um momento de preparação para os megaeventos da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, agregando outros grandes projetos urbanos às cidades (MOURA, 2011). Destaca-se que esses projetos e intervenções elaborados por meio de um processo consciente de desenho urbano, que resulta na transformação de áreas urbanas específicas e pontuais, é considerado por del Rio e Siembieda (2010) uma tendência contemporânea brasileira voltada a “revitalizações de áreas urbanas”.

As intervenções que são agrupadas sob essa tendência não estão necessariamente relacionadas diretamente aos processos de globalização

elencados anteriormente nesta seção. Em grande parte, essas intervenções causam impacto apenas local, envolvendo a transformação de um fragmento da cidade. Desse modo, a referência a uma intenção de inserção global pode estar presente no discurso de legitimação do projeto da intervenção, o que não significa, necessariamente, a efetivação da ampliação da competitividade urbana por meio dele (OLIVEIRA; LIMA JUNIOR, 2009, p.17).

O processo de idealização das intervenções de desenho urbano citadas podem estar atrelados a um processo de planejamento estratégico, defendido por del Rio (2000) como um instrumento fundamental para a integração das ações, mesmo que isso não se consubstancie em um plano formalizado em um documento:

[...] através de um planejamento estratégico entre poder público (viabilizadores), poder privado (investidores) e comunidades (usuários), identifica-se planos e programas que maximizem e compatibilizem os esforços e investimentos, e norteia-se a implementação integrada de ações e projetos a curto, médio e longo prazos. Os resultados positivos, por sua vez, realimentam o processo atraindo novos investidores, novos moradores e novos consumidores, e gerando novos projetos (DEL RIO, 2000, p. 1).

Assim, pode-se verificar uma relação de inserção do processo consciente de desenho urbano em um processo de planejamento estratégico, diferente em origem, metodologia e objetivo do planejamento urbano da perspectiva social-reformista.

Destaca-se que o planejamento estratégico possui especial relevância dentre as correntes pertencentes à perspectiva mercadófila, no entanto, não pode ser tomado como sinônimo dela³⁰ (SOUZA, 2010, p. 137). Além disso, as intervenções podem estar inseridas na perspectiva mercadófila, mas desvinculadas de um processo de planejamento ou de uma visão maior de cidade, seja qual for. Ainda que carregadas de especificidades, observa-se que, de modo geral, os grandes projetos urbanos “raramente compõem uma discussão mais ampla da cidade, aí incluindo a sua virtual capacidade de alavancar mudanças maiores que aquelas observadas nas suas reconhecidas áreas de impacto imediato” (ULTRAMARI, REZENDE, 2007, p. 8).

³⁰ Nota-se na abordagem de Maricato (2002), que o termo “planejamento estratégico”, embora recorrente, não é hegemônico e consensual entre os autores no que se refere às intervenções fragmentadas ou pontuais.

Assim, considera-se que as intervenções *ad hoc*³¹ estão presentes nas cidades brasileiras, e suas motivações podem ser “estratégicas” sem necessariamente pertencerem a um “plano estratégico” ou a um processo de “planejamento estratégico” formalizado e metodologicamente consolidado. No final das contas, trata-se de intervenções pautadas pelo pragmatismo e pelos resultados em curto prazo, em detrimento da abrangência analítica do planejamento urbano:

Nas grandes cidades o planejamento urbano compreensivo está perdendo para o planejamento estratégico baseado em um “urbanismo de resultados: o planejamento de longo prazo está cedendo lugar aos projetos que são visíveis e têm efeitos de curto prazo (DEL RIO; SIEMBIEDA, 2010, p. xxi, tradução nossa).

Sob esse ponto de vista, é possível considerar a existência de separação entre o desenho urbano expresso nessas intervenções e o planejamento urbano *stricto sensu*, considerado neste trabalho vinculado à perspectiva social-reformista.

Críticas de diversas naturezas se somam em relação à perspectiva mercadofila. Arantes (2001) observa que a ordem global vem constituindo “cidades fragmentárias”, em que a maioria da população fica à parte do acesso aos espaços requalificados enquanto produz áreas “extraterritorializadas”, e que a cultura, hoje, se constitui como um instrumento de reprodução do capital. Arantes, Vainer e Maricato (2002) criticam sua postura de tratar a cidade como uma mercadoria diante da economia neoliberal. Harvey (2007, p.78-79) aponta para a criação de uma nova monotonia, agora “pós-moderna” e distinta daquela causada pelo modernismo, em que a repetição de padrões e a globalização tornam as intervenções desconectadas de um sentido verdadeiramente próprio e autêntico, reproduzindo “novos padrões de conformidade”. Moura (2011) questiona tanto a vinculação das intervenções com as diretrizes de planejamento urbano vigentes quanto a existência de um planejamento que elenque um conjunto de projetos verdadeiramente articulados, que permitam desfrutar de oportunidades abertas com o tempo. Somekh e Campos Neto (2005) apontam para os sinais de esgotamento dessa perspectiva – cujas vantagens não sobrepujam os problemas que infligem sobre a cidade –, e defendem, alternativamente, os projetos urbanos de desenvolvimento local – baseados no estreito envolvimento dos diversos atores da comunidade na construção de

³¹ Termo usado por Carmona et al. (2003, p. 55) e Hepner (2010, p. 41).

iniciativas de seu próprio interesse, que podem considerar projetos de renovação urbana e potencialização de especificidades locais.

De modo geral, verifica-se que o contexto da perspectiva mercadófila demonstra um reposicionamento do papel do arquiteto – cuja hegemonia havia se perdido no momento de mudança de paradigma entre os anos 1950 e 1970 – como um personagem-chave que assume a característica de planejador-empresendedor e do criador de capital simbólico (ARANTES, 2002, p.30). Não obstante, Cuthbert (2011b) aponta para a valorização do papel dos arquitetos “*urban designers*”, diante de uma ferramenta de estruturação da economia baseada na “destruição criativa”:

Como tal, a acumulação de capital a partir do espaço demanda um processo de destruição criativa, onde a forma edificada das cidades é continuamente destruída, transformada e reconstruída para recriar um novo capital. O desenho urbano é uma parte integral do processo de acumulação e não simplesmente um espetáculo secundário para a criação de capital simbólico. Nós podemos também reconhecer que o ambiente construído dentro do qual os projetos de desenho urbano são inseridos não é simplesmente um estágio para ser abordado com esquemas estéticos satisfatórios, é uma parte estrutural da economia, assim como o papel do *urban designer* dentro dela (CUTHBERT, 2011b, p. 90, tradução nossa).

Tal característica carrega o mesmo significado implícito no processo de “destruição da cidade tradicional e de sua cultura de bairro antiga” (CLARKE, 2003, p.30) promovido pelas práticas modernistas, cuja função também era a transformação da forma urbana diante das demandas de acumulação de capital.

Uma situação dialética se constrói em torno da perspectiva mercadófila. De um lado, permite a recuperação de áreas com infraestruturas subutilizadas, a criação de oportunidades econômicas e culturais e “permite a gestão da cidade segundo uma lógica neoliberal, cuja prática urbanística passa a ser fragmentada e dispersa, de acordo com as oportunidades, as vantagens competitivas” (DEL RIO, 2001, p. 1). Já por outro lado, há o risco das intervenções pontuais exacerbarem diferenças socioespaciais, serem conduzidas por minorias e gerarem “impactos negativos de difícil mitigação e compensação, apropriação política de seus resultados, construção de imagens falsas de uma cidade e de uma sociedade” (ULTRAMARI, REZENDE, 2007, p. 8).

A complexificação desses processos ocorre na mesma proporção do crescimento e complexificação das próprias cidades. O desenho urbano holístico passa, então, a ser substituído pelo desenho urbano estrategicamente posicionado,

capaz de transformar áreas da cidade que não promovem satisfatoriamente a reprodução do capital. O processo consciente de desenho urbano focado na reabilitação de áreas urbanas gera impactos localizados, capazes de promover uma dinâmica urbana diferenciada, passando a agregar valor a áreas urbanas por meio de projetos pontuais, específicos, que não surgem, necessariamente, da demanda do planejamento urbano diretamente. As “soluções” deixam de ser tratadas no “geral” e passam ser tratadas no “particular”, de acordo com interesses específicos do momento e do local.

Assim, tendo verificado que sob a perspectiva mercadófila o processo consciente de desenho urbano envolve uma seleção da área a receber uma intervenção estratégica, ressalta-se que esse processo pode ser realizado com distintos alcances – desde a inserção de diversas pequenas intervenções na cidade inseridas em um processo maior de planejamento, até a simples implantação isolada de um elemento pontual (com destaque para os casos de intervenções pontuais cujo intuito é promover a requalificação de uma área da cidade).

Conclui-se esta análise com a interpretação de Cuthbert (2006), que afirma que o destaque dado ao desenho urbano no desenvolvimento baseado em projetos provoca uma “diminuição da autoridade da prática de planejamento urbano em favor do desenho urbano” (CUTHBERT, 2006, p. 262, tradução nossa), em uma relação de prerrogativa hierárquica do processo consciente de desenho urbano sobre o de planejamento urbano.

Conclui-se, ainda, que é na perspectiva mercadófila que se insere o contexto contemporâneo brasileiro, constatado por Siembieda (2010, p. 294, tradução nossa): “Como ferramenta para criar o domínio público, ‘projetos’ são preferidos em detrimento de abordagens mais abrangentes que requerem intervenções extensivas por parte do Estado”. Reafirma-se, desse modo, uma das partes da realidade dicotômica constatada inicialmente na seção 1.1 – o desenho urbano é frequentemente expresso em projetos urbanos pontuais, que configuram intervenções urbanísticas destituídas de um tratamento holístico da cidade – visão essa tradicionalmente ligada ao planejamento urbano.

Assim, concorda-se com del Rio e Siembieda (2010), que adotam a classificação de Lang (2005)³² sobre o distanciamento do processo consciente de desenho urbano no Brasil da idealização de um produto final e holístico, característico do modernismo, para buscar soluções parciais, incrementais e fomentadoras de uma implantação gradual do “produto” idealizado – marcando as cidades sob um “dilema pós-moderno”: desempenhar um papel sinóptico, reativo e pautado por ideais universais (como a justiça socioespacial e proteção ambiental) ou um papel oportunista, proativo e voltado às demandas da reprodução do capital e do oportunismo político – dilemas presentes também nos Estados Unidos e Europa (DEL RIO; SIEMBIEDA, 2010, p. xxiv).

A análise da evolução histórica da relação entre planejamento urbano e desenho urbano é encerrada com uma síntese das tipologias de relação identificadas em cada perspectiva e apresentada a seguir.

3.6.3 Síntese e considerações finais sobre a evolução histórica

Ao final da análise sobre a relação entre planejamento urbano e desenho urbano segundo sua evolução histórica, retoma-se o quadro 5, exposto anteriormente no início da seção 3.6, de forma a compor uma síntese das tipologias de relação identificadas ao longo da análise. O quadro 6, apresentado a seguir, esboça tal síntese.

Conclui-se que a mudança de paradigma ocorrida por volta dos anos 1960 tanto reflete quanto é reflexo de uma mudança na natureza da relação entre planejamento urbano e desenho urbano.

Até a década de 1960, sob as perspectivas estético-elitista e racionalista-abrangente, predominava a intenção de concretizar um “produto” de desenho urbano em detrimento de manter um processo contínuo de planejamento urbano. Assim, o planejamento referia-se a um ato contido dentro do próprio processo consciente de desenho urbano e, juntos, conformavam uma prática e uma forma de pensamento sobre a cidade, com pretensões científicas.

Assim, a mudança de paradigma não implica em uma simples separação desses dois campos, pois o desenho urbano e o planejamento urbano que existiam

³² Essas tipologias são apresentadas em detalhe na seção 3.5.1.

sob as perspectivas estético-elitista e racionalista-progressista não são os mesmos que existem sob as perspectivas racionalista-abrangente, social-reformista e mercadófila.

Quadro 6 – Tipologias de relação identificadas nas perspectivas de planejamento urbano e desenho urbano e suas características

Período no Brasil	Perspectiva	Enfoque	Relação entre PU e DU	Tipologia de relação
Mudança de paradigma			Mútua dependência entre o D.U. e o P.U. na conformação de um único campo de prática e pensamento com pretensões de ciência	<div><div>planejamento urbano</div><div>desenho urbano</div></div>
Década de 1875 a 1930	Estético-elitista	Modelos de cidade ideal	Mútua dependência entre o processo consciente de D.U. e o planejamento das etapas para concretização do desígnio antevisto	<div><div>planejamento urbano</div><div>desenho urbano</div></div>
			Predomínio das intenções de concretizar D.U. “produto” em detrimento de manter um processo contínuo de P.U.	<div><div>desenho urbano</div><div>planejamento urbano</div></div>
Década de 1930 a 1960	Racionalista-progressista	Modelos de cidade ideal e Regulatório	Mútua dependência entre o processo consciente de desenho urbano e o planejamento das etapas para concretização do desígnio antevisto	<div><div>planejamento urbano</div><div>desenho urbano</div></div>
			Predomínio das intenções de concretizar D.U. “produto” em detrimento de manter um processo contínuo de P.U.	<div><div>desenho urbano</div><div>planejamento urbano</div></div>
Mudança de paradigma			Separação ou independência – P.U. campo interdisciplinar, D.U. campo disciplinar	<div><div>planejamento urbano</div><div>desenho urbano</div></div>
Década de 1960 a 1980	Racionalista-abrangente	Regulatório	Separação entre o processo de P.U. abrangente e interdisciplinar e o processo consciente de D.U.	<div><div>planejamento urbano</div><div>desenho urbano</div></div>
			O direcionamento do planejamento urbano influencia a conformação do desenho urbano “produto”, ainda que somente sob um processo inconsciente de D.U.	<div><div>planejamento urbano</div><div>desenho urbano</div></div>
Década de 1980 - hoje	Social-reformista (ii)	Justiça socioespacial	Separação ou independência entre o processo institucionalizado de P.U. e o processo consciente de D.U	<div><div>planejamento urbano</div><div>desenho urbano</div></div>
			Subordinação do D.U. “produto” à legislação proveniente do P.U. institucionalizado (social-reformista)	<div><div>planejamento urbano</div><div>desenho urbano</div></div>
Década de 1980 - hoje	Mercadófila (ii)	Intervenções Pontuais; Grandes Projetos Urbanos	Separação ou independência entre o processo institucionalizado de P.U. e o processo consciente de D.U.	<div><div>planejamento urbano</div><div>desenho urbano</div></div>
			Predomínio das intenções de concretizar D.U. “produto” em detrimento do foco no P.U. institucionalizado	<div><div>desenho urbano</div><div>planejamento urbano</div></div>

Fonte: elaborado pela autora com base em Hall; Tewdwr-Jones (2011); Souza (2010); Villaça (1999); Monte-Mór (2008); Costa (2008); Araújo (2008) e outros.

A mudança de paradigma representa a transformação de todo o cenário em que ocorre a relação entre planejamento urbano e desenho urbano. A separação desses campos em planejamento urbano como um campo interdisciplinar e em desenho urbano como um campo disciplinar significa que novos conhecimentos são agregados a esses campos e que sua legitimação acontece de maneira diversa.

Entre as décadas de 1960 e 1980, a perspectiva racionalista-abrangente promove a planejamento urbano como um processo contínuo, abrangente de todas as esferas da vida urbana, e nessa amplitude desvincilha-se o laço forte com o processo consciente de desenho urbano. Mesmo assim, o planejamento urbano influencia a conformação do desenho urbano “produto”, ainda que somente sob um processo inconsciente em que as diretrizes do planejamento urbano se refletem sobre a forma urbana.

A partir da década de 1980, duas perspectivas concorrentes se consolidam no Brasil, ambas envolvendo a separação ou independência entre o processo institucionalizado de planejamento urbano – ligado, hoje, à perspectiva social-reformista – e o processo consciente de desenho urbano.

Embora a perspectiva social-reformista não enfoque o processo consciente de desenho urbano, a legislação urbanística que provém desse planejamento urbano, na forma do Zoneamento, e de outros instrumentos urbanísticos a ele relacionados, determina a configuração do desenho urbano “produto”.

Já a perspectiva mercadófila promove ações pontuais de desenho urbano, prevalecendo intenções de concretizar desenho urbano “produto” em detrimento do foco no planejamento urbano contínuo e institucionalizado.

Essa síntese revela que a relação entre planejamento urbano e desenho urbano é múltipla e mutante, e definidora de como a prática e pensamento sobre a cidade se estabelecem segundo paradigmas vigentes.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada permite a compreensão do planejamento urbano e desenho urbano como campos permeáveis, cuja relação é cognoscível em múltiplos níveis – característica que impossibilita sua delimitação rígida. Assim, empreendeu-se a busca pelo sentido mais essencial de planejamento urbano e desenho urbano buscando afastar o senso comum presente em definições fechadas, que ignorariam singularidades. Constatou-se que planejamento urbano pode ser definido como um processo consciente, e desenho urbano como um processo consciente, um processo inconsciente ou um produto. Tal definição constituiu-se como um parâmetro para a análise de distintas situações que envolvem a relação entre planejamento urbano e desenho urbano. Desse modo foi possível observar, por exemplo, que a prática do desígnio sobre formas urbanas ideais ocorre por processos conscientes de desenho urbano desde muito antes do termo denominar o campo de atuação profissional existente hoje.

Verificou-se, inicialmente, que a forma urbana é determinada pelo planejamento urbano e pelo desenho urbano na medida em que esses campos participam do processo de produção social da cidade.

Observou-se, também, o modo como o entendimento e a aplicação dos termos “planejamento urbano”, “desenho urbano” e “urbanismo” são realizados de modo díspar – ora implicando-lhes equivalência, ora oposição –, segundo diferentes situações descritas e analisadas.

Dois referenciais temporais foram adotados neste trabalho – um referencial sincrônico, por meio do qual se buscou compreender como a relação entre planejamento urbano e desenho urbano é teorizada contemporaneamente; e um referencial diacrônico, por meio do qual foi analisada a relação entre esses campos segundo sua evolução no tempo. Ao final deste trabalho, conclui-se que o conteúdo do referencial diacrônico é capaz de explicar o conteúdo do referencial sincrônico.

Esse conteúdo remete a uma tensão referente à cientificidade do planejamento urbano e do desenho urbano. Da urbanização decorrente da Revolução Industrial surge uma atividade autoafirmada que versa sobre a cidade, buscando diferenciar-se das práticas anteriores por pretender-se uma ciência. Constrói-se um consenso com base na ideia de que, por meio de um processo consciente, seria possível criar uma forma ideal que poderia ser a solução aos

problemas urbanos. Esse é um paradigma que se sustenta até os anos 1960, a partir de teorias e práticas que o suportam.

Por volta da década de 1960 uma conjunção de circunstâncias leva à dissolução de tal consenso. Assim, enquanto o desenho urbano permanece imbricado em uma mistura de cientificidade e inventividade criativa, o planejamento urbano liga-se à pura racionalidade, a uma metodologia rígida, e surge como a nova esperança científica quando o desígnio sobre formas urbanas ideais deixa de ser visto como científico e passa a ser visto como utópico.

A prática e pensamento sobre a cidade, que antes funcionava sob uma relação simbiótica entre planejamento e desenho, passa a permitir que outros elementos sejam inseridos e que os processos sejam distintos e valorizem ora uma sequência lógica, ora um movimento artístico e criativo. Configura-se uma mudança de paradigma em que a essência da relação entre planejamento urbano e desenho urbano já não é a mesma, decompondo-os segundo características próprias.

Na análise das abordagens contemporâneas, verificou-se que, hoje, planejamento urbano e desenho urbano são conceituados a partir de diferentes aspectos e sua relação é entendida de modo desigual entre os autores que a avaliam. Já ao longo da análise da evolução histórica, percebeu-se que a relação entre planejamento urbano e desenho urbano pode explicar a mudança desse paradigma, ocorrida por volta dos anos 1960, e de igual modo ser explicada por ele.

O paradigma da ciência capaz de resolver os problemas urbanos, que envolve a relação simbiótica entre planejamento urbano e desenho urbano, transforma-se em novas e múltiplas teorias com embasamentos distintos. Verificou-se que tal mudança de paradigma não se furta ao espaço de questionamentos acerca da cientificidade dos campos que versam sobre a cidade e o fenômeno urbano.

Não obstante, constata-se um duplo movimento nas abordagens contemporâneas: enquanto alguns autores buscam organizar o conteúdo do planejamento urbano e desenho urbano – procurando dar-lhes sentido e explicar como se relacionam com o objetivo de consolidar um posicionamento sobre a situação existente –, outros autores enfocam as lacunas existentes nestes campos e na relação entre eles – sugerindo alternativas à conformação do planejamento urbano, desenho urbano e de sua relação, e defendendo uma posição mais extrema de promoção de uma transformação profunda nestes campos.

Deste modo, é difícil afirmar em que estágio de desenvolvimento encontra-se o novo paradigma: ainda buscando alternativas ao paradigma anterior, que, por sua vez, busca resistir; consolidando-se como uma “ciência normal”, a partir do esforço em organizar conteúdos e construir consensos; ou buscando a construção de um paradigma inteiramente novo, a partir de novos arranjos entre disciplinas.

Sendo o presente trabalho contextualizado pela experiência brasileira – pois foi a vivência dessas cidades que ofereceu a visão prática sobre as questões aqui colocadas –, verificou-se que, em consonância com a situação internacional, no Brasil houve predomínio da concepção físico-espacial desde o início da elaboração de planos até o auge do espírito modernista. Até esse momento, “pensar a cidade significava pensar seu desenho” (MALTA, 1984, p. 51). Havia uma mútua dependência entre o processo consciente de desenho urbano e o planejamento das etapas para concretização do desígnio antevisto. O arquiteto-urbanista era, então, um profissional legitimado no ato de concepção de modelos de cidade ideal e no desígnio sobre a forma urbana. O desgaste das práticas e do pensamento modernista sobre as cidades e a ascensão de novas e significativas teorias nas ciências sociais promovem uma transformação que resulta, no Brasil, na atual conformação do planejamento urbano como um campo teórico e prático interdisciplinar, com abordagem processual contínua do desenvolvimento urbano, que se identifica fortemente com as ciências sociais sem possuir um único personagem-chave, pois é área de atuação profissional e teórica de formações variadas. Já o desenho urbano compõe um campo disciplinar dedicado à proposição da boa forma urbana, e se apresenta como um campo de atuação e formação de “arquitetos e urbanistas”.

Também inserido no contexto internacional, o momento de mudança de paradigma é marcado, no Brasil, pelo esvaziamento dos planos focados na forma urbana e pela promoção dos planos técnico-normativos com escopo abrangendo um número amplo de aspectos das relações sociais urbanas, suportados por exaustivos diagnósticos da realidade.

A mudança de paradigma pode ser identificada também pelo período de insegurança e dúvidas com que arquitetos se depararam nos anos 1980 – divididos entre manter sua prática modernista ou aderir ao processo dos planejadores das ciências sociais, como descrito por Turckniecz (1984a), pois o paradigma que unia os arquitetos em uma única comunidade já não era hegemônico.

As inseguranças descritas acima permitem dois posicionamentos (especificamente no caso brasileiro, mas acredita-se que também possa ser observado em outras realidades): a competência em propor desenho urbano parece ser o destino profissional exclusivo de arquitetos no Brasil e, em oposição, o planejamento urbano abarca um rol amplo de profissionais – no qual arquitetos também se inserem, porém participando de um processo mais analítico do que criativo e consciente de uma idealização da forma urbana.

Passada a perspectiva racionalista-abrangente, se consolida no país (a partir da década de 1980) um contexto composto por duas perspectivas ainda atuais: a perspectiva social-reformista e a perspectiva mercadofila. Essas duas perspectivas contemporâneas apresentam abordagens diferentes para a relação entre planejamento urbano e desenho urbano, que dizem respeito, principalmente, à maneira como o processo consciente de desenho urbano é apropriado dentro do processo de planejamento urbano e da elaboração de planos. A sobreposição dessas duas perspectivas no momento atual é a base para o entendimento da dicotomia constatada na seção 1.1, e tomada como problema desta pesquisa:

- a) por um lado, o planejamento urbano realiza uma abordagem genérica e indireta do desenho urbano; e
- b) por outro, o desenho urbano é frequentemente expresso em projetos urbanos pontuais, que configuram intervenções urbanísticas destituídas de um tratamento holístico da cidade ligado ao planejamento urbano.

Percebeu-se que a dicotomia identificada inicialmente se refere a duas perspectivas de planejamento urbano que são contemporâneas e possuem abordagens distintas em relação ao desenho urbano.

A perspectiva social-reformista está ligada à regulação de uso e ocupação do solo, ao processo de planejamento urbano e à elaboração dos Planos Diretores e Zoneamentos. Verifica-se que o desenho urbano “produto” é fruto dessa ação regulatória, tipicamente empreendida por meio da determinação do que os proprietários podem concretizar sobre sua terra urbana, contudo tradicionalmente não os obriga à execução de uma forma específica, idealizada em seu estado final. Assim, a idealização de tal forma urbana específica não é foco do planejamento urbano social-reformista, embora este tenha como objetivo a justiça socioespacial e a proteção ambiental – aspectos intimamente ligados ao desempenho da forma urbana.

Já o desenho urbano desligado do planejamento urbano tradicional e regulatório, e ligado a perspectivas mercadófilas, expressa-se como um processo consciente determinando intervenções sobre a forma urbana, configurando o desenho urbano “produto” segundo lógicas de acumulação do capital, em locais específicos, estrategicamente selecionados.

No Brasil, essas ambivalências são evidenciadas em uma realidade dicotômica, na qual a perspectiva social-reformista e mercadófila coexistem contemporaneamente e se refletem sobre a forma urbana por meio de ações e ausência de ações.

Lembra-se que a hipótese levantada na problematização desta pesquisa é de que hoje existe uma dissociação entre planejamento urbano e desenho urbano. Conclui-se ser necessário contextualizar essa hipótese para julgá-la devidamente. À primeira impressão, não se justificaria a dissociação entre dois campos que agem sobre a cidade. Contudo, observando tal questão a partir da evolução histórica dos campos, verifica-se que a dissociação se revela na comparação entre dois paradigmas diferentes.

Comparando as realidades atuais e pretéritas, verifica-se que a força propositiva presente sob o paradigma anterior – com seus modelos de cidade “final”, idealizados por meio de um processo consciente de desenho urbano que contemplava a forma urbana “holisticamente” e era implantado por um Estado fortalecido – contrasta tanto com o tratamento fragmentado da forma urbana, por meio de um processo consciente de desenho urbano inserido na perspectiva mercadófila, quanto com o tratamento genérico ou indireto dado ao desenho urbano pelo planejamento urbano inseridos na perspectiva social-reformista.

Este estudo demonstrou que a relação entre planejamento urbano e desenho urbano define o caminhar da prática e do pensamento sobre a cidade. Muito mais do que uma relação entre escalas, entre plano e projeto, verificou-se que a relação entre o planejamento urbano e desenho urbano é múltipla – permitindo enfoques diversos –, e mutante – transformando-se ao longo do tempo.

Desse modo, é possível verificar, hoje, o grau de ligação de um plano com tradição modernista observando a atenção dada ao processo consciente de desenho urbano durante a elaboração desse plano. Ao mesmo tempo, é possível verificar a demanda por soluções imediatas para a forma urbana segundo a quantidade de

intervenções e projetos de desenho urbano desvinculados do processo institucionalizado de planejamento urbano.

Conclui-se, também, que a pluralidade de relações existentes entre esses campos demonstram uma complexificação das perspectivas de prática e pensamento sobre a cidade. A perda de hegemonia do antigo paradigma e o surgimento de diversas teorias se refletiu, na prática, de distintas maneiras. A dicotomia constatada na realidade brasileira é fruto disso – uma pluralidade de perspectivas que concorrem contemporaneamente, considerando distintamente a importância do processo consciente de desenho urbano e do processo de planejamento urbano.

Assim, retomando a questão introdutória desta dissertação, verificou-se que há uma distância entre a visão global do arquiteto-urbanista em sua formação acadêmica e realização desta totalidade. A prática do planejamento urbano e do desenho urbano no Brasil está ligada a duas perspectivas distintas e que pouco se inter-relacionam: de um lado a perspectiva social-reformista, de outro a perspectiva mercadofila. Assim, ocorre uma tendência à atuação dos arquitetos-urbanistas em duas frentes distintas, pois ainda que estes profissionais possam carregar uma visão totalizante dessas perspectivas, os processos em que se inserem não enfocam, necessariamente, a integração entre as perspectivas mencionadas.

Por fim, julga-se que este trabalho contribui para a discussão epistemológica dos campos planejamento urbano e desenho urbano, esclarecendo as questões iniciais que motivaram a pesquisa sobre o cenário de atuação dos arquitetos-urbanistas. De igual modo, se reconhece modestamente a transitoriedade de muitas coisas que aqui foram ditas, pois a pesquisa tratou de tema sensível a mudanças temporais, ao olhar do observador e ao objeto olhado. Permanece a aspiração pelo aprofundamento da discussão e pelo necessário debate.

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Claudio; DAVIDSON, Forbes. **Densidade urbana**: um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 104 p.

AGAMBEN, Giorgio. **What is a paradigm**. 2002. Palestra realizada na European Graduate School EGS, Media and Communication Studies department program, Saas-Fee, Switzerland, 26 mar. 2002. Disponível em: <<http://www.egs.edu/index.php?id=287184>>. Acesso em: 7 jul. 2012.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. Dar forma ao informe: o urbanismo e a crise da cidade moderna. In: GONÇALVES, Maria Flora. **O novo Brasil urbano**: impasses, dilemas perspectivas (Org.). Porto Alegre: Mercado aberto, 1995. p. 337-348.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001. 224 p.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 192 p.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. cap. 1, p. 11-74.

ARAÚJO, Marinella Machado. Governança local e regulação urbana no contexto metropolitano: reflexões a partir do caso belo-horizontino. In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de (Org.). **Planejamento urbano no Brasil**: trajetórias, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. p. 169-181.

ASCHER, François. Nouvel urbanisme et management public urbain. In: _____. **Metápolis ou l'avenir des villes**. Paris: Odile Jacob, 1995. cap. 6, p. 265-270.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010, 103 p.

AULETE. Dicionário online Caldas Aulete: iDicionário Aulete. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital>. Acesso em: 1 jan. 2012.

BACON, Edmund. Urban process: planning with and for the community. **Architectural Record**, New York, v. 145, n. 5, p. 113-28, 1969.

BARNETT, Jonathan. **An introduction to urban design**. New York: Harper & Row, 1982.

BARNETT, Jonathan. The way we were, the way we are: the theory and practice of designing cities since 1956. In: KRIEGER, Alex; SAUNDERS, William S. (Eds.). **Urban design**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009. cap. 6, p.101-112.

BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Presença. 1981. 166 p.

BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 maio 2011.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 12 jan. 2013.

CARMONA, Matthew et al. **Public places – urban places**: the dimensions of urban design. Oxford; Burlington: Architectural Press, 2003.

CARMONA, Matthew; TIESDELL, Steve (Eds.). **Urban design reader**. Oxford; Burlington: Architectural Press, 2007. 375 p.

CASTELLS, Manoel. The process of urban social change. In: CUTHBERT, Alexander R. **Designing cities**: critical readings in urban design. Malden; Oxford, Victoria: Blackwell publishing, 2003. cap. 1, p. 23-27.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**: utopias e realidade, uma antologia. 2. reimpr. da 6. ed. de 2005. São Paulo, Perspectiva: 2010a. 350 p.

CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo**: sobre a teoria da arquitetura e urbanismo. 2. ed. São Paulo, Perspectiva: 2010b. 333 p.

CLARKE, Paul Walker. The economic currency of architectural aesthetics. In: CUTHBERT, Alexander R. **Designing cities**: critical readings in urban design. Malden; Oxford, Victoria: Blackwell, 2003. cap. 2, p. 28-44.

CNU. **Charter of New Urbanism**. Disponível em: <<http://www.cnu.org/charter>>. Acesso em: 1 jan. 2012.

COPANS, Rose. O paradigma das *global cities*. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 91-114, maio 1999. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/site/revistas/ANPUR_v1n2.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2012.

COPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano**: entre o discurso e a prática. São Paulo: Unesp, 2005.

COSTA, Geraldo Magela. Prática e ensino em planejamento (urbano) no Brasil: da “velha” compreensividade multidisciplinar à abordagem transdisciplinar. In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de (Org.). **Planejamento urbano no Brasil**: trajetórias, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. cap. 2, p. 66-79.

COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de (orgs.). **Planejamento urbano no Brasil**: trajetórias, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. 304 p.

CULLINGWORTH, Barry; CAVES, Roger. **Planning in the USA**. 2. ed. London: Routledge, 2003. 472 p.

CUSTÓDIO, Vanderli et al. Planejamento urbano e realização da esfera pública geral nos sistemas de espaços livres de cidades médias e metrópoles brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de planejamento urbano e Regional, 2011, v. 1. 1 CD ROM. ISSN 1984-8781.

CUTHBERT, Alexander R. **Designing cities**: critical readings in urban design. Malden; Oxford, Victoria: Blackwell publishing, 2003. 401 p.

CUTHBERT, Alexander R. **The form of cities**: political economy and urban design. Malden; Oxford, Victoria: Blackwell publishing, 2006. 304 p.

CUTHBERT, Alexander R. **Understanding cities**: method in urban design. Oxon; New York: Routledge, 2011a. 303 p.

CUTHBERT, Alexander R. Urban design and spatial political economy. In: BANERJEE, Tridib; LOUKAITOU-SIDERIS, Anastasia (Eds.). **Companion to urban design**. Oxon; New York: Routledge, 2011b. p. 84-96.

CYMBALISTA, Renato. A trajetória recente do planejamento territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 29-45, jul./dez. 2006.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no Processo de Planejamento**. São Paulo: Pini, 1990. 198 p.

DEL RIO, Vicente; GALLO, Haroldo. O legado do urbanismo moderno no Brasil. Paradigma realizado ou projeto inacabado? **Vitruvius**, Arquitectos, São Paulo, ano 1, n. 006.05, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/01.006/958>>. Acesso em: 1 jan. 2012.

DEL RIO, Vicente. Voltando às origens. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos. **Vitruvius**, Arquitectos, São Paulo, ano 2, n. 015.06, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/02.015/859>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

DEL RIO, Vicente; SIEMBIEDA, William (Eds.). **Contemporary urbanism in Brazil: Beyond Brasília**. Gainesville: University of Florida Press, 2010. 331 p.

DOGAN, Mattei. The hybridization of social science knowledge. **Library Trends**, v. 45, n. 2, p. 296-314, 1996. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/8090/librarytrendsv45i2l_opt.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1 set. 2012.

DUARTE, Fábio. **Planejamento urbano**. Curitiba: IBPEX, 2007. 177 p.

FAINSTEIN, Susan S. Planning theory and the city. **Journal of planning education and research**, Tallahassee, n. 25, p. 121-130, 2005.

FELDMAN, Sarah. **Planejamento e zoneamento**: São Paulo: 1947-1972. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2005. 305 p.

FISHMAN, Robert. The open and the enclosed: shifting paradigms in modern urban design. In: BANERJEE, Tridib; LOUKAITOU-SIDERIS, Anastasia (Eds.). **Companion to urban design**. Oxon; New York: Routledge, 2011. 709 p. cap. 2, p. 30-40.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 470 p.

GALLOWAY, Thomas D.; MAHAYNI, Riad G. Planning theory in retrospect: the process of paradigm change, **Journal of the American Planning Association**, v. 43, p. 62-71, 1977.

GASTAL, Alfredo. Desenho urbano x identidade cultural. In: TURKIENICZ, Benamy (Org.). **Desenho urbano III: I Seminário sobre desenho urbano no Brasil**. Cadernos Brasileiros de Arquitetura, n. 14. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1984. p. 73-84.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GOMES, Marco Aurélio; LIMA, Fábio José Martins de. Pensamento e prática urbanística em Belo Horizonte: 1895-1961. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. São Paulo: FUPAM; Studio Nobel, 1999. cap. 6, p.120-140.

GOTTDIENER, Mark. Paradigmas flutuantes: o debate sobre a teoria do espaço. In: _____. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1997. 310 p.

GOTTDIENER, Mark; BUDD, Leslie. Socio-spatial approach. In: _____. **Key Concepts in Urban Studies**. London; Thousand Oaks; New Delhi: Sage, 2005. cap. 33, p. 140-144.

GOTTDIENER, Mark; FEAGIN, Joe. The Paradigm Shift in Urban Sociology. **Urban Affairs Review**, n. 24, p. 163-187, dez. 1988.

GOTTDIENER, Mark; HUTCHISON, Ray. The rise of urban sociology. Contemporary urban sociology. In: _____. **The new urban sociology**. 4. ed. Boulder: Westview, 2010. cap. 3-4, p. 49-98.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 578 p.

HALL, Peter; TEWDWR-JONES, Mark. **Urban and regional planning**. 5. ed. New York; Oxon: Routledge, 2011. 279 p.

HAROUEL, Jean-Louis. **História do urbanismo**. Campinas: Papirus, 1990. 150 p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 349 p.

HEBBERT, Michael. Town Planning versus Urbanismo. **Planning Perspectives**, Routledge, New York, v. 21, n. 3, p. 233-251, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02665430600731153#preview>>. Acesso em: 1 set. 2012.

HEPNER, Alexandre. **Desenho urbano, capital e ideologia em São Paulo**: centralidade e forma urbana na marginal do rio Pinheiros. 2010. 342 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HOLANDA, Frederico et al. Forma Urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, ano 2, n. 3, p. 9-18, set. 2000. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revistas/ANPUR_v3n2.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2011.

IPHAN. **Ouro Preto**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do?jsessionid=32FC877D9917DCC5A2A27284B5E24DEB?id=13192&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 6 maio 2012.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 528 p.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: FARRET, Ricardo Libanez et al. **O espaço da cidade: contribuição a análise urbana**. São Paulo: Projeto, 1985. cap. 2, p. 15-72.

KOZEN, Lucas Pizzolatto. A mudança de paradigma em sociologia urbana: do paradigma ecológico ao socioespacial. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis v. 45, n. 1, p. 79-99, abr. 2011.

KRIEGER, Alex; SAUNDERS, William S. (Eds.). **Urban design**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009. 369 p.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. 257 p.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 4. ed. Porto, Portugal: Orgal, 2007.

LANG, Jon. **Urban design**: a typology of procedures and products. Oxford; Burlington: Architectural Press, 2005. 421 p.

LE CORBUSIER. **Planejamento urbano**. São Paulo: Perspectiva, 2008. 200 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. Da cidade à sociedade urbana. In: _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. cap. 1, p. 15-32.

LEFEBVRE, Henri. Urban form. In: _____. **The urban revolution**. Minneapolis; London: University of Minnesota Press, 2003. cap. 6, p. 115-134.

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo, esse desconhecido. In: GONÇALVES, Maria Flora. **O novo Brasil urbano**: impasses, dilemas perspectivas (Org.). Porto Alegre: Mercado aberto, 1995. p. 349-358.

LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). **Urbanismo no Brasil**: 1895-1965. São Paulo: FUPAM; Studio Nobel, 1999. 600 p.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 227 p.

MADANIPOUR, Ali. **Design of urban space**: an inquiry into a social-spatial process. Chichester; New York; Queensland; Ontario; Singapore: John Wiley and Sons, 1996. 241 p.

MADANIPOUR, Ali. Roles and Challenges of Urban Design. **Journal of Urban Design**, v. 11, n. 2, p. 173-193, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13574800600644035#preview>>. Acesso em: 1 set. 2012.

MADANIPOUR, Ali. Connectivity and contingency in planning. **Planning theory**, v. 9, n. 4, p. 351-368, jul. 2010. Disponível em: <<http://plt.sagepub.com/content/9/4/351>>. Acesso em: 1 set. 2012.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Espaços livres e urbanização**: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. 1982. 116 f. Tese (Livre-docência em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MALTA, Maurício. Uma contribuição aos estudos de desenho urbano no Brasil. In: TURKIENICZ, Benamy (Org.). **Desenho urbano I**: I Seminário sobre desenho urbano no Brasil. Cadernos Brasileiros de Arquitetura, n. 12. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1984. p. 49-54.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-191.

MARSHALL, Stephen. Science, pseudo-science and urban design, **Urban Design International**, v. 17, n. 4, p. 257-271, 2012. Disponível em: <<http://www.palgrave-journals.com/udi>>. Acesso em: 1 set. 2012.

MARTINS, Luiz Geraldo Ferrari. A etimologia da palavra desenho (e design) na sua língua de origem e em quatro de seus provincianismos: desenho como forma de pensamento e de conhecimento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. **Anais...** Santos: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1866-1.pdf/>>. Acesso em: 1 maio 2012.

MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Plano Diretor, gestão urbana e participação: algumas reflexões. In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Planejamento urbano no Brasil: trajetórias, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. cap. 8, p. 156-168.

MICHAELLIS, **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

MONTE-MÓR, Roberto L. de Melo. Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira. In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Planejamento urbano no Brasil: trajetórias, avanços e perspectivas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. cap. 1, p. 31-65.

MOREIRA, Fernando Diniz. A aventura do urbanismo modern na cidade do Recife: 1990–1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. São Paulo: FUPAM; Studio Nobel, 1999. cap. 7, p.141-166.

MOUDON, Anne Vernez. A catholic approach to organizing what urban designers should know. CUTHBERT, Alexander R. **Designing cities: critical readings in urban design**. Malden; Oxford, Vitoria: Blackwell, 2003. cap. 28, p. 362-386.

MOURA, Rosa. Grandes projetos urbanos e planejamento territorial. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 7-30, 2011. Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletimcampineiro/article/view/22>>. Acesso em: 1 maio 2012.

OLIVEIRA, Fabricio Leal de; BIASOTTO, Rosane. O acesso à terra urbanizada nos Planos Diretores brasileiros. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (Org.). **Os Planos Diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Cidades: 2011. p. 57-98.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de; LIMA JUNIOR, Pedro de Novais Lima. Grandes Projetos Urbanos: panorama da experiência brasileira. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS – LASA, 28., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação de Estudos Latino-Americanos, 2009. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/OliveiraFabricioLeal.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2012.

OXFORD. **Concise Oxford English Dictionary**. 11. ed. revisada. Oxford: Oxford University Press: 2008. Disponível em: <<http://www.wordreference.com/definition/>>. Acesso em: 1 mar. 2012.

PANIZZI, Wrana Maria. ANPUR: a consolidação de uma proposta. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 24-30, maio 1999. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/site/revistas/ANPUR_v1n2.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2012.

PICCINATO, Giorgio. Las teorías del urbanismo: un intento de análisis. **Urbana**, n. 7, p. 9-14, 1987.

PIQUET, Rosélia P. da Silva; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Tempos, idéias e lugares: o ensino do planejamento urbano e regional no Brasil. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 10, n. 1, p. 49-60, maio 2008.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 115-132, maio 1999. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/site/revistas/ANPUR_v1n2.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2012.

SANTORO, Paula F.; CYMBALISTA, Renato; NAKASHIMA, Rosemeire. Plano Diretor de Sorocaba: um olhar sobre os atores e a auto-aplicabilidade dos instrumentos urbanísticos. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte: Forum, v. 6, n. 31, p. 92-103, jan./fev. 2007.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 5. ed. revisada. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 164 p.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (Org.). **Os Planos Diretores municipais pós-Estatuto da Cidade**: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Cidades: 2011. 296 p. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/miolo_plano_diretor.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2012.

SHIRVANI, Hamid. **The Urban Design Process**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1985. 214 p.

SIEMBIEDA, William. Lessons from Brazilian contemporary urbanism. In: DEL RIO, Vicente; SIEMBIEDA, William (Eds.). **Contemporary Urbanism in Brazil**: Beyond Brasília. Gainesville: University of Florida Press, 2010. p. 291-302.

SOMEKH, Nadia; CAMPOS NETO, Candido Malta. Desenvolvimento local e projetos urbanos. **Vitruvius**, Arquitectos, São Paulo, ano 5, n. 059.01, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/05.059/470>>. Acesso em: 7 maio 2012.

SOJA, Edward W. Designing the Postmetropolis. In: KRIEGER, Alex; SAUNDERS, William S (Eds.). **Urban design**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009. p. 255-269.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 558 p.

TAYLOR, Nigel. Anglo-American town planning theory since 1945: three significant developments but no paradigm shifts. **Planning Perspectives**, v. 14, p. 327-345, 1999.

TERZIDIS, Kostas. The Etymology of Design: pre-socratic perspective. **Design issues**, Cambridge, v. 23, n. 4, 2007.

TIBBALDS, F. Mind the gap! A personal view of the value of urban design in the late twentieth century. **The Planner**, n. 74, v. 3, p. 11-15, mar. 1988.

TORRES, Horacio. El origen interdisciplinario de los estudios urbanos. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE VAQUERÍAS, 2., 1996, Córdoba. **Anais...** Córdoba, FADU- UBA, PIR – Villes – CNRS, 1996, p. 1-28.

TURKIENICZ, Benamy (Org.). **Desenho urbano I**: I Seminário sobre desenho urbano no Brasil. Cadernos Brasileiros de Arquitetura, n. 12. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1984a. 146 p.

ULTRAMARI, Clovis. Significados do Urbanismo. **Pós**, São Paulo, v. 16, n. 25, p. 166-184, jun. 2009.

ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fabio. **Inflexões urbanas**. Curitiba: Champagnat, 2009.

ULTRAMARI, Clovis; FIRMINO, Rodrigo. Urban beings or city dwellers? The complementary concepts of 'urban' and 'city'. **City & Time**, v. 4, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org/novo/revista/viewarticle.php?id=143>>. Acesso em: 7 jan. 2013.

ULTRAMARI, Clovis; REZENDE, Denis Alcides. Grandes projetos urbanos: conceitos e referenciais. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 7-14, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/viewArticle/3733>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. cap 2, p. 75-104.

VAINER, Carlos. Utopias Urbanas e o Desafio Democrático. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 105, p. 25-31, jul./dez. 2003.

VALE, Mário Adriano Ferreira do. **Planeamento estratégico, as perspectivas e os desafios das cidades para o futuro em contexto de crise**: os casos de Lisboa e Barcelona, Curitiba, 2011. Aula proferida ao PPGeografia, UFPR, Centro Politécnico em 2 set. 2011.

VERMA, Niraj. Urban design: an incompletely theorized project. In: BANERJEE, Tridib; LOUKAITOU-SIDERIS, Anastasia (Eds.). **Companion to urban design**. Oxon; New York: Routledge, 2011. 709 p. cap. 4, p. 57-69.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp; Fupam, 1999.

ZUKIN, Sharon. The postmodern debate over urban form. In: CUTHBERT, Alexander R. **Designing cities**: critical readings in urban design. Malden; Oxford, Victoria: Blackwell, 2003. p. 45-55.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro**: remodelação, extensão e embelezamento. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

ANSELIN, Luc; NASAR, Jack; TALEN, Emily. Where Do Planners Belong? Assessing the Relationship between Planning and Design in American Universities. **Journal of Planning Education and Research**, v. 31, n. 2, p. 196-207, jun. 2011. Disponível em: <<http://jpe.sagepub.com/content/31/2/196>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

BACON, Edmund N. **Design of cities**. New York: Penguin Books, 1976. 336 p.

BANERJEE, Tridib. Response to “Commentary: Is Urban Design Still Urban Planning?”: Whither Urban Design? Inside or Outside Planning? **Journal of Planning Education and Research**, v. 31, n. 2, p. 208-210, jun. 2011. Disponível em: <<http://jpe.sagepub.com/content/31/2/208>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

BARNEJEE, Tribid; LOUKAITOU-SIDERIS, Anastasia (Eds.). **Companion to urban design**. Oxon; New York: Routledge, 2011. 709 p.

BARNETT, Jonathan. **Urban design as a public police**. New York: Architectural records, 1974.

BRANDÃO, Zeca. O papel do desenho urbano no planejamento estratégico: a nova postura do arquiteto no plano urbano contemporâneo. **Vitruvius**, Arquitectos, São Paulo, ano 3, n. 025.04, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/03.025/773>>. Acesso em: 7 maio 2011.

CARMONA, Marina (Org.); ARRESE, Álvaro (Colab.). **Globalización y grandes proyectos urbanos**: la respuesta de 25 ciudades. Buenos Aires: Infinito, 2005.

CIDADES (MINISTÉRIO DAS CIDADES). **Plano diretor participativo**: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Confea, 2004.

DEL RIO, Vicente. Em busca do tempo perdido. O Renascimento dos Centros Urbanos. **Vitruvius**, Arquitectos, São Paulo, ano 1, n. 006.10, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/01.006/963>>. Acesso em 7 jan. 2012.

DEL RIO, Vicente. Urban Design and the Future of Public Space in the Brazilian City. In: BI-NATIONAL CONFERENCE THE END OF PUBLIC SPACE IN THE LATIN AMERICAN CITY, 2004, Austin. **Anais...** Austin: The Mexican Center of LLILAS, University of Texas, 2004, p. 12-15. Disponível em: <<http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/cpa/mexcenter/endofpubspace.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2013.

DEL RIO, Vicente. Beyond Brasilia – contemporary urban design in Brazil. In: IsoCaRP CONGRESS, 41., 2005, Bilbao. **Anais...** Bilbao: International Society of City and Regional Planners, 2005, p. 1-15. Disponível em: <http://www.isocarp.net/Data/case_studies/586.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2011.

DEL RIO, Vicente; BURCHER, Lise; KESNER, Brian; NELISHER, Maurice. **A Model for Undergraduate Study in Urban Design**. Baltimore: National Conference of the Association of Collegiate Schools of Planning, 2002. Disponível em: <http://digitalcommons.calpoly.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1005&context=crp_fac&seiredir=1#search=%22Model%20Undergraduate%20Study%20Urban%20Design%22>. Acesso em: 19 jul. 2011.

FAINSTEIN, Susan. New Directions in Planning Theory. **Urban Affairs Review** 2000 v. 35, n. 4, p. 451-478, mar. 2000. Disponível em: <<http://uar.sagepub.com/content/35/4/451>>. Acesso em: 1 set. 2012.

FARRET, Ricardo. Desafios sócio-políticos do desenho urbano. In: GONÇALVES, Maria Flora. **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas perspectivas** (Org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 331-334.

GASTAL, Alfredo. Desenho urbano x identidade cultural. In: TURKIENICZ, Benamy (org.). **desenho urbano III: I Seminário sobre desenho urbano no Brasil**. Cadernos Brasileiros de Arquitetura, n.14. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1984a. p.73-84.

GOSLING, David; MAITLAND, Barry. **Concepts of urban design**. London: Academy Editions; New York: St. Martin's Press, 1984.

GUNDER, Michael. Commentary: Is Urban Design Still Urban Planning? An Exploration and Response. **Journal of Planning Education and Research**, v. 31, n. 2, p. 184-195, jun. 2011. Disponível em: <<http://jpe.sagepub.com/content/31/2/184>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

MACEDO, Silvio Soares. The vertical cityscape in São Paulo: the influence in urban design. In: DEL RIO, Vicente; SIEMBIEDA, William (Eds.). **Contemporary urbanism in Brazil: Beyond Brasília**. Gainesville: University of Florida Press, 2010. p. 82-103.

MACEDO, Silvio S. et al. Os sistemas de espaços livres da cidade contemporânea brasileira e a esfera de vida pública: considerações preliminares. In: ENCÚENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo. **Anais...** Montevideo: Universidad de la República, v. 1, 2009, p. 1-12.

MOREIRA, Fernando Diniz. Urbanismo e modernidade: reflexões em torno do Plano Agache para o Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 95-114, nov. 2007.

PÓLIS. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Instituto Pólis, 2001.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. **Guia para normalização de trabalhos técnicos científicos**. Curitiba, 2012.

ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade, instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza**. São Paulo: Pólis, 2001.

SANTOS, José Lázaro de Carvalho. **Reflexões por um conceito contemporâneo de urbanismo**. Artigos e textos da Sociedade Brasileira de Urbanismo. Disponível em: <http://sburbanismo.vilabol.uol.com.br/reflexoes_urbanismo.htm>. Acesso em: 1 nov. 2011.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SILVA, Geovany Jessé Alexandre da; ROMERO, Marta Adriana Bustos. O urbanismo sustentável no Brasil. A revisão de conceitos urbanos para o século XXI (Parte 02). **Vitruvius**, Arquitextos, São Paulo, ano 11, n. 129.08, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.129/3499>>. Acesso em: 7 jan. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 192 p.

STEINER, Frederick. Commentary: Planning and Design – Oil and Water or Bacon and Eggs? **Journal of Planning Education and Research**, v. 31, n. 2, p. 213-216, jun. 2011. Disponível em: <<http://jpe.sagepub.com/content/31/2/213>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

TALEN, Emily. Response to “Commentary: is urban design still urban planning?” **Journal of Planning Education and Research**, v. 31, n. 2, p. 211-212, jun. 2011. Disponível em: <<http://jpe.sagepub.com/content/31/2/211>>. Acesso em: 7 jun. 2012.

TURKIENICZ, Benamy (Org.). **Desenho urbano II: I Seminário sobre desenho urbano no Brasil**. Cadernos Brasileiros de Arquitetura, n. 13. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1984b. 122 p.

TURKIENICZ, Benamy (Org.). **Desenho urbano III: I Seminário sobre desenho urbano no Brasil**. Cadernos Brasileiros de Arquitetura, n. 14. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1984c. 130 p.

TURKIENICZ, Benamy; MALTA, Maurício (Eds.). **Desenho urbano: Anais do II SEDUR – Seminário sobre desenho urbano no Brasil**. São Paulo: Pini; Brasília: CNPQ; Rio de Janeiro: FINEP, 1986. 392 p.

ULTRAMARI, Clovis. Grandes projetos urbanos no Brasil: conceitos, contextualização e discussão de três casos. **Urbana Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**, Campinas, n. 1, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo3.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2011.

ULTRAMARI, Clovis; FIRMINO, Rodrigo José; SILVA, Séfora F. P. Uma abordagem bibliométrica do estudo do planejamento urbano no Brasil nas décadas de 1990 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de planejamento urbano e Regional, 2011. v. 1, 1 CD ROM. ISSN 1984-8781.

VILLAÇA, Flávio. **Plano diretor**: modernismo x pós-modernismo? Texto de estudo não publicado. 1993. Disponível em: <<http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/pdli993.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2012.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf>. Acesso em: 1 out. 2010.

WIRTH, Louis. Urbanism as a way of life. **The American Journal of Sociology**, The University of Chicago Press, Chicago, v. 44, n. 1, p. 1-24, jul. 1938. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2768119>>. Acesso em: 7 jan. 2013.